

Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Andes-SN - Junho de 2011 - Nº50

Plagiar é preciso?



Maior número de casos de desvio de conduta na pesquisa acadêmica pode estar associado à pressão exagerada por resultados

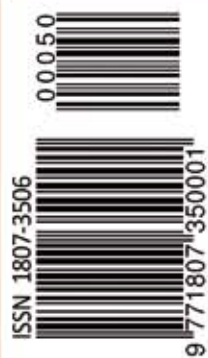


Ciência e Tecnologia

- Elisaldo Carlini, exclusivo
- Os planos de Mercadante

Onde está a Democracia?

- Rubens Paiva, és bandeira!



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

6

Entrevista: ELISALDO CARLINI

“No Brasil, ciência e educação nunca foram prioridades”

14

“Foco na inovação é prioridade absoluta para o governo”

Pedro Estevam da Rocha Pomar e Flávia Teles

21

**Se aprovado como está, PL 41/2010
manterá sigilo eterno na área de C&T**

Paulo Roberto Martins

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2011-2020

25

Metas genéricas e falta de diagnóstico comprometem PNE

César Augusto Minto e Maria Aparecida Segatto Muranaka

34

Novo PNE não define qualidade da educação e tem viés privatista

Lighia Horodynski-Matsushigue e Otaviano Helene

ONDE ESTÁ A DEMOCRACIA?

40

Um crime de Estado permanece impune, quarenta anos depois

Tadeu Breda

47

Na Era das Chacinas, Crimes de Maio seguem sem castigo

Fausto Salvadori

52

No Paraguai, a memória viva da “longa e escura noite de 35 anos”

Daniela Alarcon e Bruno Mandelli

PESQUISA

57

Plágio na produção acadêmica, vespeiro intocado. Ou não?

Antonio Biondi

66

Exoneração de professor reaviva polêmica na USP

Beatriz Pasqualino

72

Unicamp e UFMT investigam acusação de fraude em artigos

Antonio Biondi e Beatriz Pasqualino

USP

75

“Modernização conservadora”, projeto de Rodas

Marcel Gomes

85

Minirreforma amplia cúpula gestora da USP

89

Cartas

90

Desaparecido

DIRETORIA

João Zanetic, Suzana Salem Vasconcelos, Elisabetta Antonietta R.M.C. Santoro, Heloísa Borsari,
Maria de Fátima Simões Francisco, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior,
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Andrés Vercik, Francisco Arthur da Silva Filho

Comissão Editorial

Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva, Flávio César Almeida Tavares,
José Marcelino de Rezende Pinto, José Maria Pacheco, Luiz Menna-Barreto,
Jessé D'Assunção Rebello de Souza Júnior, Maurilane de Souza Biccias, Osvaldo Coggiola

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Flávia Teles

Ilustrações desta edição: Gilberto Maringoni

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra Moretti e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Refeitório: Ivanilda Comotti Ramos

Tiragem: 5.500 exemplares

Gráfica: Eskenazi Indústria Gráfica

Adusp - S. Sind.

Rua da Reitoria, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

UM SUBPRODUTO DELETÉRIO DO PRODUTIVISMO?

A reportagem de capa desta edição, de autoria dos jornalistas Antonio Biondi e Beatriz Pasqualino, joga bastante luz sobre um fenômeno que não é novo, mas tem se multiplicado nos últimos anos: a prática de plágios e fraudes na pesquisa científica acadêmica. Estatísticas sobre o problema, bem como a criação de comissões por órgãos como o CNPq, atestam o crescimento do número de casos de má-conduta e o grau de preocupação que geram. Investigamos a possível correlação entre esse fenômeno deletério e as pressões produtivistas que, a partir da Capes e das agências de fomento, espalharam-se da pós-graduação à graduação. Apuramos, ainda, casos recentes de plágio que tiveram grande repercussão dentro e fora do país.

C&T em três visões diferentes

O entrevistado desta edição é o professor Elisaldo Carlini, da Unifesp, um pesquisador que dispensa maiores apresentações e que expõe suas convicções com enorme franqueza. Nas páginas seguintes, uma reportagem detalha os principais planos do ministro Aloisio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, que os anunciou em audiência pública em São Paulo (continuamos, porém, à espera de entrevista exclusiva com o ministro, solicitada repetidas vezes desde o final de março). Ainda neste bloco, Paulo Roberto Martins defende em artigo sua opinião de que o projeto de lei 41/2010 (“Lei Geral de Acesso à Informação”), caso seja mantido o inciso VI do artigo 23, derrubará o sigilo eterno para a maior parte dos documentos públicos, o que será excelente; mas excetuará as informações oriundas da área de C&T, o que é péssimo.

PNE 2011-2020 visto com lupa

Dois artigos dissecam o Plano Nacional de Educação em tramitação no Congresso Nacional. Os autores criticam as (diversas) inconsistências do projeto e, baseados nas formulações do GT Educação da Adusp, apontam as mudanças que se fazem necessárias.

Anotações sobre a gestão Rodas

Uma ampla reportagem segue os passos dados por João Grandino Rodas desde que assumiu o posto de reitor da USP. Vale a pena conferir, sem esquecer de que o seu estilo inconfundível não discrepa, em nada, do ambiente profundamente conservador desta instituição. Antes pelo contrário.

Democracia frágil e incompleta

Duas matérias retomam o tema da memória e dos desaparecimentos políticos e atrocidades sob regimes ditatoriais na América Latina. Uma aborda o emblemático caso do ex-deputado federal Rubens Paiva, agora objeto de livro do jornalista Jason Tércio. A outra nos fala do *Museo de las Memorias* de Assunción, Paraguai, que contém o Arquivo do Terror, fruto da facinorosa Operação Condor. Mas há uma terceira matéria que se refere ao tempo presente e nos leva a perguntar: onde está a Democracia, se é que a Ditadura terminou? Referimo-nos, aqui, à reportagem sobre o massacre praticado em São Paulo em maio de 2006, por grupos de policiais militares, e que permanece impune, apesar dos pungentes protestos das “Mães de Maio”. A democracia brasileira será frágil e incompleta enquanto permanecer sob a pesada sombra do legado da Ditadura Militar.

50 edições!

Esta é a quinquagésima edição da *Revista Adusp*. A caminho do seu décimo-sétimo aniversário (foi lançada em dezembro de 1994), nossa publicação tem se esforçado para fazer um jornalismo de qualidade. As cartas publicadas na p. 89 nos animam a pensar que, vez por outra, conseguimos tal façanha.

Entrevista: ELISALDO CARLINI

“NO BRASIL, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO NUNCA FORAM PRIORIDADES”

Daniel Garcia



*“Estou muito crítico atualmente, por uma razão muito simples: estou com 81 anos”, manifestou o professor Elisaldo Carlini, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), durante a conversa que manteve, em abril, com a **Revista Adusp** nas dependências do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebid), por ele dirigido. O pesquisador de plantas medicinais discorreu sobre questões que o incomodam, como o “constrangedor” excesso de burocracia, que, a seu ver, constitui um entrave à pesquisa científica maior do que a insuficiência de recursos: “O próprio governo brasileiro impede que a pesquisa tenha o ritmo que deveria ter”.*

Coincidentemente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN/Ibama), um dos alvos das críticas de Carlini e de várias sociedades científicas, aprovou no final de junho de 2011 (portanto, após a realização desta entrevista) uma mudança de suas normas, dispensando certos tipos de pesquisa que se utilizam de ferramentas moleculares da necessidade de autorização de acesso ao patrimônio genético.

Os critérios de direcionamento das verbas empregadas no ensino superior; os privilégios concedidos às ciências exatas e biológicas em detrimento das ciências humanas (e a apologia do tecnicismo, em desfavor das humanidades); as distorções provocadas pelo sistema de publicações em revistas “de alto impacto” — estes e outros assuntos foram objeto da atenção de Carlini, que esteve à frente da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária no período 1995-1997, durante a gestão de Adib Jatene no Ministério da Saúde.

“Ciência no Brasil, educação no Brasil nunca foram prioridades do Estado, não importa que governo assuma, sempre se fala muito mas prioridade mesmo não é”, respondeu o pesquisador, quando instado a comentar o contingenciamento das verbas destinadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Ainda assim, ele relativiza a importância do debate sobre financiamento: “Na minha opinião deveríamos abandonar essa discussão do quanto”, declarou. Não que ache irrelevante a questão dos recursos, mas por sentir-se insatisfeito com a distribuição das verbas, as escolhas feitas pelos gestores. Tais como: investir em um maravilhoso imóvel para sediar pesquisas — e deixar à míngua um pronto-socorro universitário.

Também expressou desconforto em relação ao agigantamento do ensino superior privado e à mercantilização da educação. “Tem um jornal que é publicado pelas universidades privadas que é muito interessante: como fazer para a universidade ter lucro, ‘ela é um bom negócio’, discutem isso basicamente!”, comentou, com alguma ironia.

Carlini é simpático à proposta aventada pelo MCT, de estimular o repatriamento de pesquisadores. Pensa, contudo, que seria necessário oferecer algo semelhante ao “enxoval” para os jovens doutores patrocinado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de modo que o cientista que retorna ao Brasil tenha “a chance de receber algum material de consumo que lhe permitisse trabalhar durante um certo tempo, até que ele pudesse se readaptar às condições daqui”.

*Concedida a **Pedro Estevam da Rocha Pomar***

Revista Adusp. Na sua opinião, quais deveriam ser os principais eixos de uma política de ciência e tecnologia no nosso país?

Carlini. Atualmente, penso apenas num único eixo: desburocratizar, fazer com que o cientista brasileiro não fique amarrado a regras absolutamente impossíveis. É de tal maneira constrangedor o quanto você fica submetido perante regras ultrapassadas, sem nenhum sentido, que não protegem coisa nenhuma, que estamos vivendo um momento de crime lesa-pátria. O próprio governo brasileiro impede que a pesquisa no Brasil tenha o ritmo que deveria ter. Na minha área, é impossível trabalhar hoje em dia com as regras estabelecidas pelo tal CGEN [Conselho de Gestão do Patrimônio Genético]. É um órgão que pertence ao Ministério do Meio Ambiente que faz com que, para poder pesquisar uma planta aqui no Brasil, você tenha algumas coisas importantes para eles. Seria seguir aquela famosa frase: repartição dos benefícios.

Você então é obrigado a descobrir quem seria autor da idéia original do uso de uma planta, alguém da população, para que essa pessoa saiba e nós assinemos um compromisso de que, em caso de qualquer lucro que possa no futuro haver com a pesquisa, essa pessoa terá então direito a parte dos *royalties* que possam advir da descoberta. Qual o inconveniente disso? Na maior parte das vezes nós não conhecemos exatamente de onde surgiu a idéia original — às vezes tem 200 anos, 300 anos, é

um uso disseminado. Em segundo lugar, muitas vezes, quando você tenta falar com um cidadão qualquer sobre esse assunto, a pessoa acaba ficando meio desconfiada, sem saber exatamente do que se trata. Vem um cientista falar: “Quero pesquisar tal planta, mas se por acaso tiver algum resultado eu tenho que discutir com você os lucros”, então confunde tremendamente uma pessoa simples do interior, ou um índio, por exemplo.

“Sou do tempo em que o CNPq mal funcionava, na década de 1950. Era muito discreto. Agora nós temos uma programação bastante intensa. Apesar das dificuldades o CNPq está liberando as verbas diretamente para os cientistas”

Isso está impedindo claramente o progresso. A SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] e a Sociedade Brasileira de Plantas Medicinais denunciaram, isso parece que virou uma calenda grega, nunca mais será resolvido. Esse é o ponto básico a ser resolvido.

Em vários outros aspectos também estamos tendo prejuízo muito acentuado ao desenvolvimento da ciência no Brasil, por causa dos entraves burocráticos. Costumo dizer: não é saber quanto que é impor-

tante para o desenvolvimento da ciência; é saber como a gente pode aplicar, de maneira minimamente produtiva, o que for repartido, dividido, ou doado a fundo perdido para a universidade brasileira.

Por exemplo: não importa qual seja a área de conhecimento, muitas vezes para importar alguma coisa você tem perdas enormes de tempo. Apesar das diretrizes da Fapesp e do CNPq para que o cientista brasileiro possa ser mais expedito, tenha maior rapidez nesse trabalho. As exigências burocráticas são de tal ordem que você não consegue andar.

Revista Adusp. De qualquer forma, o senhor reconhece que a questão do financiamento é importante?

Carlini. Sem dúvida.

Revista Adusp. Neste ano, houve um contingenciamento das verbas do Orçamento que vai impactar muito fortemente os recursos à disposição do Ministério da Ciência e Tecnologia. O sr. concorda com a avaliação de que vai haver um prejuízo para a área com esse contingenciamento?

Carlini. Sem sombra de dúvida. Veja, mesmo sem esse contingenciamento é insuficiente. Ciência no Brasil, educação no Brasil de um modo geral, nunca foram prioridades do Estado, não importa que governo assuma, sempre se fala muito mas prioridade mesmo não é. Se você verificar agora mesmo no Brasil a quantidade do PIB que é destinada à ciência e tecnologia é muito pouca. É pouco? Vai ficar mais insuficiente ainda com esse contingenciamento.

Revista Adusp. Como o sr. avalia a atuação de agências como a Finep e o CNPq?

Carlini. A diferença é fundamental. Eu sou do tempo em que o CNPq mal funcionava, logo de início, na década de 1950. Era muito discreto o que o CNPq fazia. Agora nós temos uma programação bastante intensa. Apesar das dificuldades que tem, de agilidade, é muito melhor porque o CNPq está liberando as verbas diretamente para os cientistas, como sempre fez, não vai para a universidade porque é impossível você trabalhar.

Eu colocaria também a Capes. A Capes tem feito um esforço extraordinário no sentido de fazer com que a ciência brasileira atinja padrão internacional. Então aquela decisão da Capes de fazer com que as pesquisas sejam avaliadas de acordo com a revista em que elas são publicadas, as revistas de alto impacto, isso faz com que realmente haja uma melhoria no nível dos trabalhos executados no Brasil. A nossa pós-graduação, por exemplo, depende disso muito: o grau que vai até 7, o grau máximo de validação, só se consegue se publicar em revista de alto impacto.

Qual a vantagem disso? Sem sombra de dúvida nós fazemos ciência de Primeiro Mundo. Qual a desvantagem? A desvantagem grande é que com frequência nós podemos esquecer os problemas básicos do Brasil, que não são problemas de interesse do Primeiro Mundo, portanto as revistas de alto impacto não se interessariam

muito para publicar os nossos trabalhos. Então vão fazendo com que no Brasil a gente comece a escolher as pesquisas que estejam na vanguarda do mundo, e nem sempre esses temas são aqueles mais convenientes ou os mais necessários para o país. Tenho chamado atenção para esse aspecto.

Nós mesmos estamos fazendo um levantamento do consumo de drogas no Brasil. Esse é um tema de importância mundial? Não é.

“Estamos fazendo um levantamento do consumo de drogas no Brasil, que gostaríamos de publicar em português. Mas temos que publicar em inglês, em revistas de alto impacto. Se não tomarmos cuidado, acabaremos caindo no neocolonialismo científico”

Então a gente gostaria de publicar em português, porque publicando em português você atinge o público-alvo dessa pesquisa, que são os órgãos de governo, como ministérios, secretaria de educação, segurança pública, saúde etc. E nós temos que publicar em inglês. Quando você publica em português nem conta no crédito que você vai receber. São livros de 400, 500 páginas, com todos os dados. Não conta um ponto para o departamento em que a gente trabalha, nem para a gente,

para os nossos próprios currículos. Então esse aspecto é uma faca de dois gumes.

A gente leva em conta, então, as publicações de revistas de alto impacto, mas eu tenho impressão de que acabamos caindo, se não tomarmos cuidado, no neocolonialismo científico. O perigo chega a tal ponto que eu vi um curso de pós-graduação, para formar portanto futuros cientistas do Brasil, que era um curso de seminários, cujo programa era assim: “dia tal, aluno tal: apresentação de trabalho científico publicado em revista de alto impacto; dia tal, segundo aluno: apresentação de trabalho científico publicado em revista de alto impacto”... Todo o programa não tinha um título, só tinha “revista de alto impacto”.

Revista Adusp. Existem muitas críticas na comunidade, porque não é só a questão do colonialismo ou neocolonialismo, digamos, cultural e científico. Existem vários outros problemas com essa metodologia da Capes, por exemplo em exatas e biológicas é comum se fazer artigo, em humanas se faz livro...

Carlini. Você tem toda razão. Antropologia, sociologia, humanas de um modo geral, realmente quando publicam é livro ou então em revistas brasileiras, e isso não conta. E aí acaba havendo um perigo imenso para o humanismo, para o ser humano, que é uma defasagem enorme, entre o tremendo progresso tecnológico que está ocorrendo no mundo, e o progresso em ciências humanas. Estamos cada vez mais defasados. Não temos filosofia

suficiente para entender o que está acontecendo com as grandes descobertas tecnológicas. Tenho medo de que um dia se possa chegar ao ponto de não haver substrato humanístico no mundo para fazer com que as descobertas sejam bem aproveitadas.

Na minha área há uma coisa espantosa. Você sabe que a gente faz psicofarmacologia, e a psicofarmacologia tem realmente drogas, substâncias, que conseguem modificar sentimentos humanos, percepções humanas, a cognição do ser humano, o relacionamento que passa a haver entre diferentes elementos. A psicofarmacologia pode fazer isso através das drogas. Já começam a surgir agora trabalhos dizendo assim: “A psicofarmacologia pode melhorar a capacidade do ser humano; a psicofarmacologia pode, em doses subterapêuticas para indivíduos normais, aumentar sua sociabilidade, seu raciocínio, a capacidade de interação com outros seres” etc. O que nós estamos produzindo, gente? Estamos tirando do homem sua característica fundamental: todos nós somos diferentes um do outro, isso é o que faz o condimento da humanidade, a diferença que existe. Então é impressionante você ler os títulos dos artigos, a psicofarmacologia melhorando, então, o desempenho humano.

Revista Adusp. O senhor é crítico dessa visão?

Carlini. Completamente. Nas aulas eu falo: o *homo sapiens* já se foi. Agora temos o *homo artificialis*, o homem está sendo artificia-

Daniel Garcia



“Há falta de debates no país sobre para que servem os fundos setoriais, que caminho traçar, como é que os cientistas ou a academia vão fazer com que haja mais democracia, mais abertura, não só no destino dessa verba, mas no controle delas”

lizado por drogas que modificam nossa cabeça e fazem com que a gente seja mais agressivo, ou aja com mais ternura. Isso para mim é terrível. Isso ocorre por falta da sociologia, da antropologia, da filosofia, que não estão sendo suficientemente priorizadas através de verbas para que possa haver um

crescimento muito grande dessa área.

Revista Adusp. Voltando à questão do financiamento: a maioria dos fundos setoriais de ciência e tecnologia já completou dez anos. Os fundos têm recebido muitas críticas de setores da comunidade acadêmica, porque a gestão dos recursos acaba sendo feita de modo não muito transparente e ditada pelo capital, pelas empresas que atuam naquela área. O sr. tem acompanhado essa questão? Que avaliação o sr. faz da atuação dos fundos?

Carlini. Quando você fala que os fundos setoriais já têm mais de dez anos e há crítica na comunidade científica de que eles não são suficientemente fiscalizados, isso implica... Não temos por parte da academia brasileira desenvolvimento de um espírito crítico, que é fundamental para o desenvolvimento da ciência nos seus diferentes aspectos. A falta de grandes debates no país sobre para que servem esses fundos, que caminho nós estamos querendo traçar, como é que os cientistas — não só físicos ou biólogos, mas cientistas de um modo geral — ou a academia vão fazer com que haja mais democracia, mais abertura, não só no destino dessa verba, mas no controle delas.

Estou muito crítico atualmente, por uma razão muito simples: estou com 81 anos, e sempre tenho visto isso: não podemos negar que estão aumentando os recursos, isso é pacífico; tem aumentado também a produtividade científica do país;

em que área? Na área das ciências exatas, das ciências biológicas. As ciências humanas ficaram para trás. Costumo dizer que há uma defasagem de meio século aí. Na minha opinião deveríamos abandonar essa discussão do quanto. O quanto haverá de ser feito é insuficiente. Bastará algum dia? Não, porque sempre temos problemas muito grandes pela frente, e é a ciência que irá resolvê-los.

É uma espécie de moto-contínuo, porque a ciência vai criando seus próprios problemas. É o exemplo de Chernobyl e agora do Japão. Estamos sempre diante da possibilidade de surgir um novo problema. A camada de ozônio que está indo embora, o aumento da temperatura, tudo isso que se fala é porque não houve espírito crítico suficiente da humanidade para discutir o caminho desse progresso. E esse caminho está sendo, no meu entender, o caminho da autodestruição.

Uma das coisas que sempre critiquei: será que nós precisamos de tanta tecnologia? Será que todo ano tenho que trocar meu celular por outro mais moderno? Todo ano está surgindo uma televisão nova, os carros... Cada vez somos mais puxados pela tecnologia, a produzir mais, a destruir mais a natureza, a encontrar mais recursos para transformá-los num material do futuro.

Não podemos continuar com essas amarras burocráticas que vitimizam o país. Um exemplo típico: nós temos aqui a Unifesp. Nós pudemos

construir um magnífico, fantástico prédio de pesquisa, é maravilhoso, bem aqui na rua Pedro de Toledo. Mas não conseguimos encontrar um prédio, ou construir um prédio, que possa atender mais de um milhão de pessoas que é a nossa clientela, que nosso pronto-socorro atende. Nosso pronto-socorro é a ante-sala do inferno. E quase todos os pronto-socorros que você encontra. E você vai lá e vê uma coisa inacreditável.

“Construímos um magnífico prédio de pesquisa na Unifesp. Mas não fizemos um prédio para atender 1 milhão de pessoas no pronto-socorro. Nosso pronto-socorro é a ante-sala do inferno. Sorte que temos figuras angelicais lá se matando para dar condição aos pacientes”

Os jovens que estão lá se matam, trabalham doze, treze horas por dia, numa situação absolutamente incompatível. É um negócio dantesco, é a ante-sala do inferno, que sorte que nós temos figuras angelicais lá se matando para dar o mínimo de condição humana para os pacientes. Como é que a gente não vê isso? Não estou dizendo que não tenha que haver o prédio. Mas o ponto é: para quem, de que maneira, e depois como será construído.

Revista Adusp. Uma questão do que é prioritário, questão de escolha.

Carlini. Exatamente! De escolha. E a nossa ciência, olhando esses fundos setoriais todos, se você olhar bem, a prioridade está estabelecida: é aquela do avanço tecnológico do país, para não ficar para trás. Está certo isso, se houver também uma contrapartida idêntica da parte de humanidades.

Revista Adusp. Logo depois que assumiu o MCT, o ministro Aloisio Mercadante falou em promover o repatriamento de pesquisadores que vivem e trabalham no exterior. Que o sr. acha dessa proposta?

Carlini. Uma das formas mais interessantes de os países do Primeiro Mundo se desenvolverem, terem a ciência que têm, é às custas dos países do Terceiro Mundo, países em desenvolvimento. A drenagem é imensa. Eles sugam o que tem de cérebros. Não sei como está agora. Mas há vinte, trinta anos, se você consultasse os membros da Academia Americana de Ciências veria que 70% são de pessoas de fora, que se naturalizaram norteamericanos. É enorme esse número. O CNPq e a Fapesp têm contrato com o pesquisador. Você tem a obrigação, se recebe uma bolsa, de ao fim de dois anos voltar e ficar no mínimo um período aqui. Mas tem muita gente burlando, conheço dezenas de brasileiros que estão fora e não voltam.

Então, o que o Mercadante falou é um *must*, é uma obrigação. Devemos encontrar um meio não de forçar o cara a vir, mas de tornar

a vinda tão atraente que ele deixe de viver num lugar que realmente para ele é... Vivi cinco anos nos Estados Unidos. Tenho cinco filhas e um filho, que é cidadão americano. Tenho uma filha que mora lá, com neto e tudo. A vida lá é muito confortável. É isso que deveria ser fornecido ao brasileiro que sai daqui e fica lá fora: “Volte que aqui você vai ter um laboratório bem montado e verba que você possa aplicar de maneira rápida”, como deve ser em ciência, para poder ter um mínimo de competitividade. Então, mais do que uma tentativa de punir quem não volta, é fazer com que as pessoas queiram voltar, uma vez tenho ganhado lá fora um conhecimento que eles querem aplicar aqui.

Revista Adusp. Nessa mesma seara, professor: o Brasil tem formado 10 mil, 11 mil doutores por ano, talvez mais, nos últimos anos. Mas aparentemente não há emprego para esses doutores. Muitos estão subempregados, as universidades não têm contratado, a iniciativa privada muito menos. Como é que o sr. vê isso?

Carlini. Nossa pós-graduação tinha uma finalidade: formar desempregados. Será que o nosso Ministério da Educação, será que o nosso governo tem a coragem de exigir das nossas universidades privadas — e agora são 80% dos estudantes que as estão frequentando — que contratem um número obrigatório de doutores e mestres? Eu conheço algumas universidades privadas aqui que não estão aceitando doutores. Tem que haver re-

almente uma pressão do governo, firme: “Querem ser universidade, mereçam!”

Você tem 80% dos estudantes universitários em escolas particulares, a imensa maioria das escolas não tem pesquisa, não forma cientistas, estão formando “braços”. Esses MBAs: eles dão cursos de mestre *lato sensu*, 360 horas-atividade: isso não existe, gente. Querem formar técnicos para servir de “braços” para a indústria, para o comér-

“Será que o nosso governo tem a coragem de exigir das universidades privadas que contratem um número obrigatório de doutores e mestres? Conheço algumas universidades privadas que não aceitam doutores. Tem que haver uma pressão do governo: ‘Querem ser universidade, mereçam!’”

cio. Isso para mim não é papel da universidade. Mas todo mundo tem que fazer para arrecadar fundos, para fazer frente a algumas despesas, alguns trabalhos...

Revista Adusp. A maior parte desses recursos é embolsada pelos docentes que participam desses cursos pagos. Temos mostrado isso na revista. Na verdade se afronta a Constituição, porque você não poderia dar curso pago na univer-

sidade pública; as pessoas passam a se preocupar muito mais com essa atividade do que com a docência e a pesquisa na universidade pública, é uma série de distorções que se cria com essa prática.

Carlini. Pois é, a distorção está querendo fazer ciência na universidade. Conheço centenas de cursos feitos em várias universidades, públicas inclusive, e as particulares também estão entrando nisso. Como é que você vai contornar essa situação? Você viu que a Capes mudou a regra. Os bolsistas que recebem bolsas de doutoramento já podem manter uma outra atividade lucrativa. Então passa por aí um outro problema também, não é? Como é que você vai exigir de um cientista da universidade pública que se mantenha com o salário que ele recebe?

Estou aposentado, trabalho feito um doido, 10 horas, 12 horas sem receber um tostão da universidade, sem ter nenhum curso desses pagos, por quê? Porque eu nasci para isso. Minha vocação foi despertada quando entrei no curso de Medicina aqui, por dois professores que faziam ciência, e realmente passei a achar que isso é a justificativa da minha existência.

O jovem tem que partir para a vida prática. Então, quando vira docente, ele se revolta contra seu próprio salário e parte para fazer uma coisa que é ilegal, que ele não pode fazer, correndo o risco de até se expor perante a lei, receber proventos que lhe permitem melhorar a sua vida pessoal, familiar



etc. Temos que ir no fundo desse problema. O jovem cientista tem de ter certeza de que vai ter um segundo tipo de salário, que eu chamo de salário espiritual. Uma satisfação intelectual. É vaidade, sim. Todos nós temos vaidade. Quando você é citado por um autor no exterior, quando você tem seu trabalho repetido por autores do exterior, e de repente você fala: “Faço parte dessa comunidade, sou um indivíduo que está contribuindo para o mundo como um todo”. Esse é um ponto importante por parte da universidade.

E como resolver esse problema tremendo agora, do tecnicismo? A universidade tem que se rever, e ela não vai se rever somente com o aspecto dos que estão praticando essa nova modalidade científica. Quando temos discussões aqui na universidade, eu comento muito isso perante os professores. Não

“Temos que fazer uma modificação importante no conceito de universidade. O Brasil tem muito maior possibilidade de encontrar um novo caminho do que os países do Primeiro Mundo, encadeados numa série de projetos futuros, de domínio, de conquistar privilégios”

podemos virar uma espécie de Giordano Bruno, que foi queimado em praça pública, em Roma, porque quis que o poder abdicasse do poder. Então ele falou: “Mas que inocência a minha, querer que o poder abdicasse do poder!” É a mesma coisa.

Uma universidade que tem, por exemplo, só físicos, é importantíssima, mas se ela não tiver uma contrapartida filosófica... o físico não entende de muitas coisas do mundo, ele está muito mais voltado para o átomo. A mesma coisa o químico, a mesma coisa o médico. Mesmo o médico, que deveria ter uma visão mais ampla do que é o ser humano, não tem não. O médico hoje em dia sabe muito bem o que é um fígado, um coração, sabe como tratar uma perna torta etc. Mas entender o homem na sua integralidade ele não consegue. Esse é o ponto fundamental que devemos discutir.

Revista Adusp. Quer dizer, não pode haver tecnologia como um fim em si mesmo, e a ciência deve estar a serviço do interesse social.

Carlini. É dar ao homem condição de uma vida digna, o bem-estar psíquico, permitir maior convívio entre os seres humanos, coisa que não estamos tendo. Nós estamos achando que o problema que está havendo na universidade brasileira é de recursos. Mas temos que fazer uma modificação muito importante no conceito de universidade. O Brasil tem muito maior possibilidade de encontrar um novo caminho do que os países do Primeiro Mundo, porque esses estão tão encadeados numa série de projetos futuros, de domínio, de conseguir conquistar situações em que sempre terão privilégios sobre características e riquezas do mundo... Não temos isso ainda, mas estamos rapidamente querendo caminhar para esse lado.

“FOCO NA INOVAÇÃO É PRIORIDADE ABSOLUTA PARA O GOVERNO”

Pedro Estevam da Rocha Pomar

Editor da *Revista Adusp*

Flávia Teles

Estagiária de jornalismo

Daniel Garcia



“O Brasil pode dar um salto histórico se focar em inovação”, defendeu o ministro da Ciência e Tecnologia, Aloisio Mercadante, em audiência pública realizada em maio em São Paulo e registrada na imagem ao lado. Mercadante pintou um cenário otimista, mas também apontou os gargalos estruturais existentes e as medidas tomadas para superá-los, dando ênfase à prioridade concedida à inovação, comprovada pela liberação de R\$ 2 bilhões a mais para a Finep em 2011, apesar do contingenciamento dos recursos do MCT. E avisou: não abre mão dos royalties do Pré-Sal

“**T**ransformar ciência, tecnologia e inovação em eixo estruturante do desenvolvimento nacional”. Esse foi o mote ambicioso da exposição feita pelo ministro Aloisio Mercadante, da Ciência e Tecnologia, em audiência pública realizada, em maio, na Assembleia Legislativa de São Paulo. O *data show* de Mercadante incluiu um grande número de tabelas e gráficos relacionados àquele desafio. O ministro anunciou algumas novidades, como a transformação da Financiadora de Estudos e Pro-

jetos (Finep) em banco de fomento e a criação de fundos setoriais para o setor financeiro e para a indústria automobilística. E atacou a “pulverização dos recursos do Pré-Sal”, reivindicando para a área de ciência e tecnologia (C&T) um quinhão generoso dos *royalties* petrolíferos.

O pano de fundo do discurso do ministro, na ocasião, é o que ele chama de *bases para um novo desenvolvimentismo*, a saber: “1. consolidação da estabilidade macroeconômica”, “2. crescimento econômico com distribuição de renda e inclusão social”, “3. inserção internacional soberana e integração regional”, “4. papel do Estado” e

“5. fatores não econômicos de potencialidade”.

Mercadante sustenta que o Brasil, apesar de certas dificuldades, exhibe uma situação econômico-financeira favorável (*base 1*), graças ao controle da inflação; à redução do endividamento externo, do endividamento público e do déficit público; e ao aumento das reservas (que somavam US\$ 327 bilhões em abril de 2011, em número redondo). Neste quadro, estaria ocorrendo aceleração do crescimento baseada na expansão do mercado interno de consumo de massa (*base 2*), bem como geração de empregos (mais de 11 milhões, no período 2003/2010)

e redução do desemprego.

Quanto à *base 3*, diz respeito ao novo protagonismo do Brasil nos fóruns internacionais, bem como à diversificação de mercados e parcerias. A *base 5* é constituída pelo “bônus demográfico” (população jovem) e pela “consolidação da democracia” — representando, ambos, vantagem comparativa em relação aos demais BRICs, como enfatizou Mercadante.

Deixamos para o final, propositalmente, a *base 4*. Na visão do ministro, o papel do Estado é exercido por iniciativas e medidas que reconstruam a capacidade de planejamento e coordenação estra-

“O setor privado investe muito pouco em P&D no Brasil”, diz o ministro. “No exterior, 2/3 das patentes são de empresas. No Brasil, o setor público é que produz patentes. Precisamos criar uma cultura de patentes, não basta produzir artigos”

tégica da União: o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC); a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional (PACTI); e as políticas anticíclicas utilizadas para reduzir o impacto da crise mundial e aquecer a economia. É neste âmbito, porém, que cabe equacionar uma série de problemas, elencados por Mercadante apesar das tintas otimistas do cenário por ele descrito.

sociedade do conhecimento”, “transição para uma economia de baixo carbono e sustentabilidade ambiental”, além da “erradicação da miséria e aprofundamento do processo de distribuição social e regional da renda”. Entre as metas específicas, citou a necessidade de desenvolver diversos setores industriais de ponta, de modo a reduzir a dependência de importações e os enormes déficits na balança comercial.

Em 2010, segundo os dados apresentados pelo ministro, o Brasil

Déficits Comerciais Concentrados em Cinco Setores Críticos

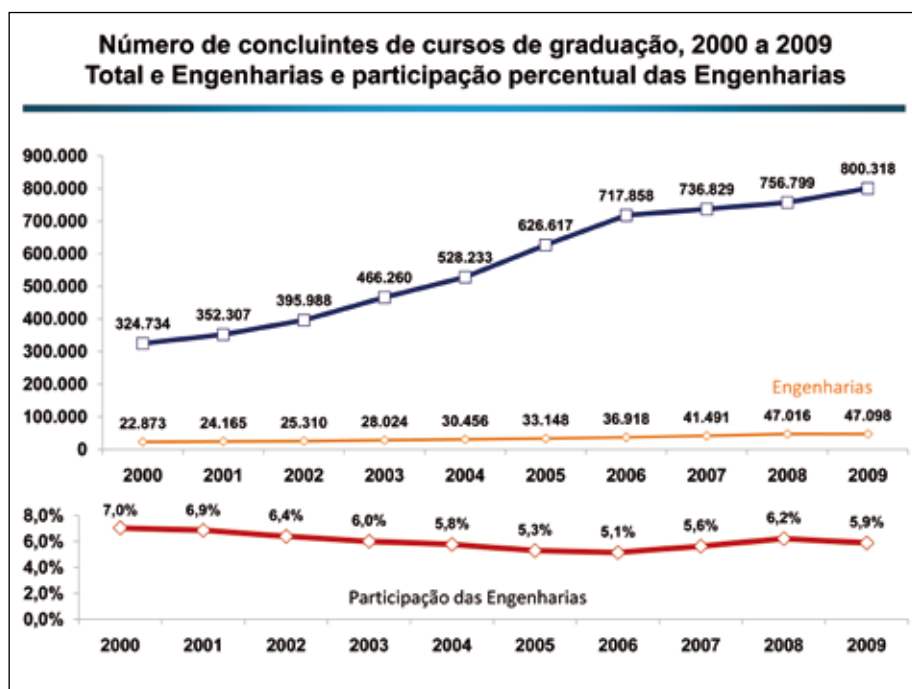
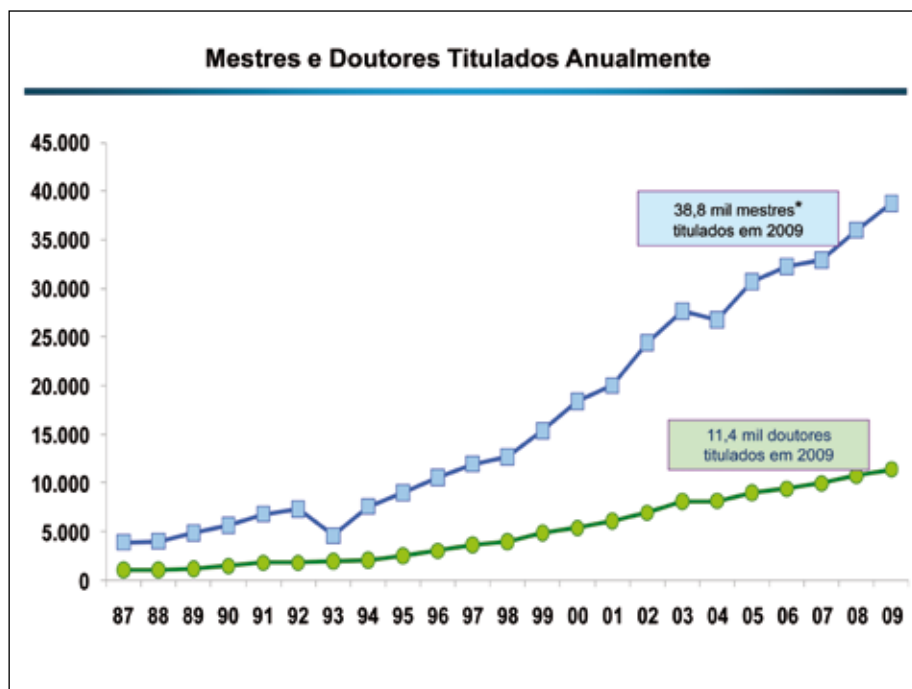
Na indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica, cinco setores respondem por 80% do déficit comercial.

Déficits Comerciais Setoriais - Indústria de alta e média-alta intensidade tecnológica (US\$ Bilhões)				
SETORES	2002	2005	2008	2010
Farmacêutico	1,89	2,28	4,64	6,38
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	1,45	3,88	9,79	11,39
Instrumentos médicos de ótica e precisão	1,62	2,41	5,51	5,65
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	4,49	6,17	20,11	16,12
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	2,51	0,35	8,16	12,73

Fonte: SCEX / MDIC

Entre as metas gerais a apresentou déficits de US\$ 5,65 bilhões no segmento de instrumentos médicos de ótica e precisão (US\$ 5,51 bilhões em 2008), US\$ 6,38 bilhões no de fármacos (US\$ 4,64 bilhões em 2008), US\$ 11,39 bilhões no de equipamentos de rádio, TV e comunicação (US\$ 9,79 bilhões em 2008), US\$ 12,73 bilhões com máquinas e equipamentos mecânicos (US\$ 8,16 bilhões em 2008) e US\$ 16,12 bilhões com produtos químicos (exceto fármacos; US\$ 20,11 bilhões em 2008).

Para reverter tal situação, propõe Mercadante, é preciso dar um salto em C&T e, particularmente, investir em inovação. A título de ilustração do desequilíbrio existente entre a exportação de *commodities* e a importação de produtos de alto valor agregado, o ministro comparou valores de circuitos integrados, minério de ferro e soja. Importar uma tonelada de circuitos integrados custaria US\$ 848 mil ao país; para obter a mesma quantidade, o Bra-



Fonte: MCT

sil precisaria vender 21.445 toneladas de minério de ferro a US\$ 39,58 a tonelada; ou 1.742 toneladas de soja a US\$ 487 a tonelada.

Os dados apontam uma enorme disparidade entre os investimentos anuais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) dos países ricos e

os do Brasil. A Alemanha investe 2,82% do produto interno bruto (PIB), ou US\$ 84 bilhões; Estados Unidos, 2,79% ou US\$ 398 bilhões; Japão, 3,44% ou quase US\$ 149 bilhões. A China investe apenas 1,54% do produto interno bruto (PIB), mas isso representa US\$ 120

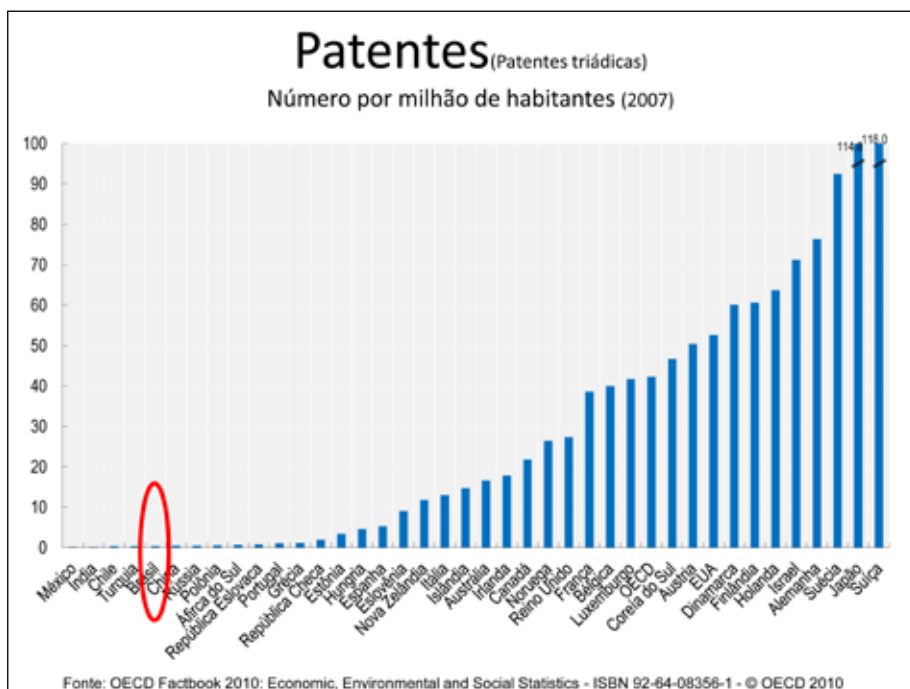
bilhões. O Brasil destina o equivalente a 1,19% do PIB ou US\$ 24 bilhões.

O nível do investimento público no Brasil, equivalente a 0,54% do PIB, é semelhante aos dos países desenvolvidos, de modo que o problema estaria em outro lugar. “O setor privado investe muito pouco em P&D no Brasil, em comparação com os outros países”, afirma Mercadante. A contribuição do setor privado corresponde a 0,57% do PIB. “Precisamos criar uma cultura de inovações no Brasil, em especial na iniciativa privada. O Brasil pode dar um salto histórico se focar em inovação”. Na mesma linha de raciocínio, propôs a constituição de uma “Embrapa da indústria, capaz de atender às demandas da indústria”; de acordo com o ministro, foi por contar com uma instituição desse tipo que “a Alemanha conseguiu resistir à China”. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (“respeitada no mundo inteiro”) e o Instituto Agrônomo de Campinas foram citados por ele como exemplos de organizações públicas que alavancaram a agricultura nacional, ao fornecer-lhe inovações fundamentais.

Outro exemplo que apontou foi o do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos, que teve como um de seus resultados a criação da Embraer (que nasceu pública e foi privatizada em 1994). “O que conseguimos vender para os chineses, em termos de alta tecnologia?”, indagou, referindo-se à recente viagem à China, em que integrou a comitiva da presidenta Dilma Rousseff. “Aviões.”

Um indicador negativo citado pelo ministro é o número muito baixo de patentes: “No exterior, normalmente dois terços das patentes são de empresas. No Brasil, contudo, o setor público é que produz patentes. Precisamos criar uma cultura de [registrar] patentes, não basta produzir artigos. É preciso colocar a ciência a serviço da produção”. Ele disse haver constatado que existem 35 patentes relacionadas à planta medicinal copaíba, nenhuma delas brasileira.

Entre os gargalos estruturais a vencer, citados por Mercadante, está a formação de pessoal qualificado. Assim, além de “fazer muito



“O ponto central não é uma decisão passageira sobre o orçamento”, alega Mercadante; “é o que vai acontecer com os royalties do Pré-Sal, porque, se for votado o projeto como está, já perderíamos neste ano R\$ 900 milhões; em nove anos, R\$ 12 bilhões”

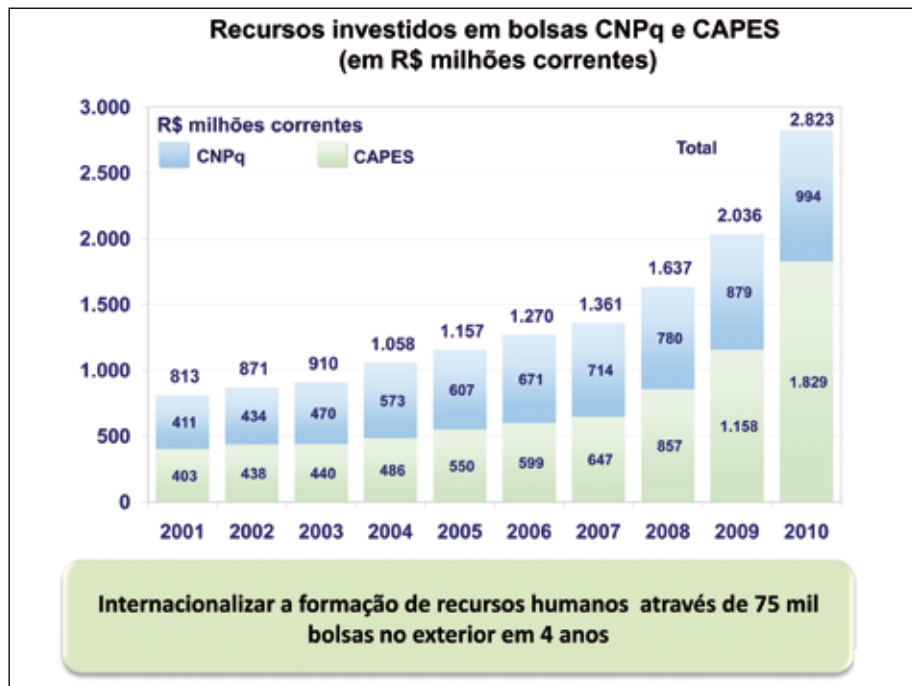
ensino profissionalizante”, há necessidade de formar mais engenheiros. Os dados do MCT informam que há somente um engenheiro, em cada grupo de 50 formandos de nível superior. “A verdade é que estamos com um déficit insustentável em engenharia. A presidenta Dilma quer enviar 75 mil jovens para estudar no exterior, nas 100 melhores universidades, principalmente em engenharias e ciências exatas”, revelou o ministro. Acordo recém-

celebrado ga- rante o envio de mil bolsistas brasileiros à Alemanha. Ainda na área da formação, ele reconheceu que, apesar de avanços na descentralização das universidades federais — o Nordeste já conta com quase 10% dos cursos de pós-graduação; a Amazônia possui 40 cursos de doutorado —, persiste uma forte assimetria regional: “Toda a Amazônia tem menos doutores do que a USP”. Dentro da região sudeste, por exemplo, São Paulo concentra 53% da produção científica. O MCT investiu no Estado, em 2010, R\$ 1,479 bilhão.

Na delicada questão dos financiamento do setor de C&T, Merca-

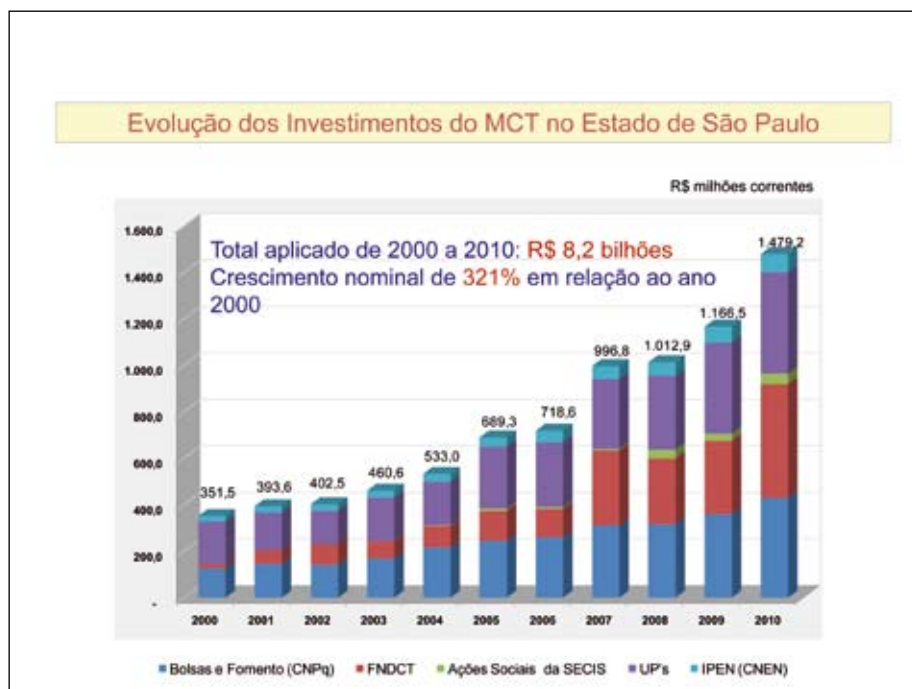
dante tangenciou o corte orçamentário sofrido pelo MCT dentro do pacote de contingenciamento de R\$ 50 bilhões, anunciado pelo governo já no início de 2011. Ao tratar do “novo padrão de financiamento do desenvolvimento tecnológico e da inovação”, que vem a ser a agenda de financiamento da pasta, ele praticamente não tocou no contingenciamento. Ao anunciar *en passant* a transformação da Finep em banco (primeiro item da nova agenda), limitou-se a afirmar: “Aumentaremos os recursos para crédito, apesar do ajuste fiscal”.

Na entrevista coletiva concedida ao final da audiência pública, contudo, o ministro foi mais explícito, ao responder ao questionamento da *Revista Adusp* sobre os cortes: “O governo está fazendo uma consolidação fiscal que o Estado tem que fazer para sairmos da crise, como todos os países: tivemos que aumentar gastos, investimentos — e



OUTRAS METAS DO MCT

- Atração de centros de P&D
 - Ajustes na Lei de Informática e na política para esse segmento, com “salto na cadeia produtiva”
 - Política de agilização para importação de insumos e equipamentos de pesquisa (selo “CNPq Expresso”)
 - Montagem do sistema de alerta e prevenção de desastres naturais
- A apresentação do ministro na Alesp está disponível, na íntegra, na página eletrônica http://www.ptalesp.org.br/bancada_ver.php?idBancada=3128



Fonte: MCT

o Brasil hoje, como mostrei, já está com um déficit público projetado em 1,9% do PIB, contra, por exemplo, um déficit americano de 9,9% do PIB. Então estamos fazendo um esforço de R\$ 50 bilhões. Nosso ministério está participando desse esforço. Então está pesado”, admitiu

Mercadante. Ele destacou, todavia, o investimento federal em P&D: “A presidenta liberou a mais para a Finep neste ano R\$ 2 bilhões, mostrando que o foco na inovação é prioridade absoluta para o governo. Além disso, acredito que vamos ter uma nova CIDE Tecnológica, ainda

neste ano, o que vai amenizar bastante o problema de orçamento de recurso não reembolsável”.

A CIDE, ou “contribuição de intervenção no domínio econômico”, é um tributo instituído pela Lei 10.168/2000, “devido pela pessoa jurídica detentora de licença de uso ou adquirente de conhecimentos tecnológicos, bem como aquela signatária de contratos que impliquem transferência de tecnologia, firmados com residentes ou domiciliados no exterior”, e sua majoração constitui um dos itens da já citada agenda de financiamento do MCT.

A política de *royalties* do Pré-Sal é peça-chave dessa agenda, e o ministro atacou a possível derubada, pelo Congresso, do veto do então presidente Luís Inácio da Silva ao dispositivo que instituía, no marco regulatório do petróleo (lei 12.351/2010), uma redistribuição

dos *royalties*, em benefício de todos os Estados e municípios — e em detrimento dos maiores produtores, Rio de Janeiro e Espírito Santo. O dispositivo vetado por Lula é uma emenda apresentada pelo deputado federal Ibsen Pinheiro ao projeto original enviado pelo governo. A lei 12.351/2010 criou o Fundo Social, que vai acumular receitas derivadas do Pré-Sal e destiná-las a sete áreas, entre elas C&T. O MCT estima que sua perda de *royalties* no período 2011-2020, caso seja aprovada a emenda Ibsen Pinheiro, será da ordem de R\$ 12 bilhões.

“Os recursos do Pré-Sal têm que ser uma poupança do país, para ser aplicada em educação, em ciência e tecnologia. Não podemos pulverizar dois terços dos *royalties*”, declarou Mercadante na audiência. Retomou o assunto ao responder sobre o orçamento curto do MCT. “O ponto central não é uma decisão passageira de governo sobre o orçamento; é o que vai acontecer com os *royalties* do Pré-Sal, porque se for votada [a reinclusão da emenda] nós já perderíamos neste ano R\$ 900 milhões. Então, o futuro da ciência e da tecnologia dependerá da responsabilidade do Congresso de como aplicar os recursos, e vou lutar muito para que a gente tenha lugar na repartição dos *royalties*”. Previa-se, em maio, que o veto de Lula fosse apreciado pelos congressistas em junho, o que não ocorreu.

A criação de quatro novos fundos setoriais é outro ponto a constatar do “novo padrão de financiamento”. Serão criados fundos para o setor financeiro, a indústria da construção civil, a indústria auto-



Atração de Centros de P&D Ministério da Ciência e Tecnologia

CHINA

ZTE中兴

- Geração de 2.000 empregos;
- Investimento de US\$ 200 milhões
- Local de instalação: Hortolândia-SP

HUAWEI

- Investimento de US\$ 300 milhões
- US\$ 50 milhões para “cloud computing”
- Local de Instalação: Campinas-SP

FOXCONN
Advancing Through Innovation

- US\$ 12 bilhões em 5 anos
- Construção de fábrica para produção de *displays*

motiva e a da mineração. Curiosamente, o ministro não apresentou uma avaliação do desempenho dos fundos setoriais já existentes, cuja gestão é alvo de muitas críticas da comunidade acadêmica (vide *Revista Adusp* 39). Obviamente, a escolha de tais setores para os novos

fundos, mencionada sem qualquer fundamentação, é igualmente capaz de suscitar controvérsia: é difícil compreender, por exemplo, por que razão o capital financeiro, setor hegemônico da economia nacional, precisaria de um fundo setorial de pesquisa.



SE APROVADO COMO ESTÁ, PL 41/2010 MANTERÁ SIGILO ETERNO NA ÁREA DE C&T

Paulo Roberto Martins

Doutor em Ciências Sociais, coordenador da Rede Brasileira de Pesquisas em Nanotecnologia, Sociedade e Meio Ambiente (Renanosoma)



Qualquer cidadão brasileiro que se dirija hoje ao CNPq, à Fapesp ou à CNTBio, e solicite acesso ao relatório final de projetos financiados por recursos públicos, obterá a resposta de que não é possível o acesso à informação pedida. E, caso seja aprovado no Senado e sancionado pela presidenta Dilma Roussef o projeto de lei 41/2010 — “Lei Geral de Acesso à Informação” — na forma atual, mantido o inciso VI do artigo 23, será derrubado o sigilo eterno para a maior parte dos documentos públicos, exceto para as informações oriundas da área de ciência e tecnologia

Um dos direitos fundamentais das sociedades contemporâneas é o direito à informação. No caso brasileiro este direito ainda não se encontra legislado, mas o PLC 41/2010 foi aprovado na Câmara Federal em 2010 e está no Senado brasileiro, pronto para ser votado. Este projeto versa sobre direito à informação produzida no âmbito do Estado. Em sendo aprovado na forma em que se encontra, será instituído o sigilo eterno relativo a informações oriundas da área de ciência e tecnologia. Vejamos como isto poderá ocorrer.

O referido PLC 41/2010 tem como princípio que as informações produzidas pelo Estado devem ser de acesso público. Mas, como sempre, toda regra tem sua exceção, prevista na “Sessão II – Da classificação da informação quanto ao grau e prazos do sigilo”, a saber:

“Artigo 23. São consideradas imprescindíveis à sociedade ou ao Estado e, portanto, passíveis de classificação as informações cujas divulgação ou acesso irrestrito possam: (...) VI- prejudicar ou causar riscos a projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações, ou áreas de interesse estratégico nacional”.

A presidenta da República Dilma Vana Rousseff manifestou seu desejo de acabar com o sigilo eterno de documentos oficiais, segundo matérias publicadas na mídia brasileira. Mas a Presidenta vai acabar introduzindo o sigilo eterno de tudo aquilo que for produzido no âmbito do Estado na área de ciência e tecnologia. Vejamos.

Hoje, qualquer cidadão brasileiro (que financia as pesquisas realizadas no Brasil) poderá dirigir-se, por exemplo, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

e Tecnológico (CNPq) ou à Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e solicitar acesso ao relatório final de um determinado projeto financiado por estas instituições. A resposta que irá obter é que não é possível o acesso a essas informações.

Outro exemplo: mesmo quando obrigada por decisões judiciais, a Comissão Técnica Nacional de Biosegurança (CNTBio), órgão do Ministério de Ciência e Tecnologia, não aceita tornar públicas as informações. É o que nos informa o boletim 535, de 29/4/11, da “Campanha por um Brasil livre dos transgênicos e agrotóxicos”. A juíza Pepita Durski Tramontini, da Vara Federal Ambiental de Curitiba, reconheceu, em nova decisão prolatada no dia 19 de maio, que a CNTBio continua descumprindo o dever de oferecer amplo acesso às informações sobre biossegurança no país. A juíza também solicita,

na sentença, que o primeiro ponto de pauta da próxima reunião do órgão (prevista para 19 de maio) seja “a aprovação da norma que confira acesso público aos documentos solicitados.”

Com a aprovação no Senado do PLC 41/2010 e sua respectiva sanção sem vetos pela Presidenta da República, ela estará estabelecendo a CTNBio como padrão de relacionamento, no que toca ao direito de informação, ou seja, nenhuma informação relativa à área de ciência e tecnologia será dada ao cidadão brasileiro, pois, a todo pedido de informação feito, o gestor público de plantão poderá alegar que o referido pedido refere a Lei de Direito à Informação em seu artigo 23, inciso VI, pois o acesso à informação requerida “ameaça ou coloca em risco...”.

O mesmo poderá ser alegado pelo CNPq ou Fapesp para qualquer solicitação feita por qualquer cidadão brasileiro que queira conhecer os resultados finais de alguma pesquisa financiada por estes órgãos.

O Ministério de Ciência e Tecnologia, que fez uma avaliação das 10 redes de pesquisas em nanotecnologia que existiram entre 2005 e 2009 e consumiram milhões de reais de recursos públicos, até hoje não tornou pública esta avaliação. Aqui também teremos o sigilo eterno pois, baseado no Inciso VI do artigo 23, jamais qualquer cidadão brasileiro irá saber as razões pelas quais algumas redes continuaram e outras não.

É importante que todos os leitores tenham claro aqui o jogo entre a aparência e a essência nes-

te importante caso, que irá afetar todo o futuro de uma sociedade que se baseia na produção de conhecimentos. Na aparência esta é uma lei de suma importância para a sociedade brasileira e está muito bem construída. Tanto assim que vai permitir à Presidenta acabar com sigilo eterno de documentos produzidos no âmbito do Estado, proporcionando finalmente a possibilidade de se escrever a história recente do país por parte dos historiadores. Mas estes avanços no que toca à extinção do sigilo eterno implicarão também a sua relocalização, agora na área de ciência e tecnologia,

básica de uma sociedade do conhecimento. Portanto, aqui temos os dois movimentos: o da aparência, retirando o sigilo eterno em uma área (do-

documentos que permitirão aos historiadores escrever a história recente do país) e o da essência, a instituir o sigilo eterno no campo da produção do conhecimento numa era ou século do conhecimento.

Todos temos claro que existem e existirão conhecimentos produzidos no âmbito do Estado que deverão ter a sua divulgação restrita. O próprio ministro de Ciência e Tecnologia, Aloísio Mercadante, deu o exemplo da tecnologia brasileira de centrifugação de urânio, quando questionado pelo autor

deste artigo em audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no dia 16/5/11. Mas é perfeitamente claro que a redação do inciso VI do artigo 23, aqui em debate, não é apropriada ao exemplo dado pelo Ministro de Ciência e Tecnologia. É exatamente nesta redação do inciso VI que está a “pegadinha” que proporciona o sigilo eterno em uma área que requer proteções específicas e não proteção ampla, geral e irrestrita como está prevista neste inciso VI. A “pegadinha” consiste em tomar o particular (aquelas informações que devem ser protegidas da obri-

“O Ministério de Ciência e Tecnologia, que fez uma avaliação das 10 redes de pesquisas em nanotecnologia que existiram de 2005 a 2009 e consumiram milhões de reais de recursos públicos, até hoje não tornou pública esta avaliação. Aqui também teremos o sigilo eterno”

gatoriedade de divulgação) pelo todo (direito à informação).

Cabe lembrar que este inciso VI não estava na proposta original deste PLC 41/2010. Foi introduzido pelo MCT na gestão passada, do professor Sérgio Resende, do Departamento de Física da Universidade Federal de Pernambuco. Por que isto foi feito? Minha hipótese de trabalho é de que a visão hegemônica presente no âmbito dos círculos produtores de conhecimento no país (universidades, centros de pesquisas etc.) é de que este grupo

social de pessoas tem o “direito natural” de usar os recursos públicos oriundos de toda a sociedade brasileira (as pesquisas no Brasil são realizadas com recursos públicos), mas esta mesma sociedade não tem o direito de saber o que foi produzido com seus recursos.

Isto se dá na prática, hoje, sem que haja uma legislação específica sobre direito à informação. Portanto, com o inciso VI do artigo 23 desta Lei de Direito à Informação colocou-se a possibilidade de tornar aquilo que hoje é uma prática em algo que seja também referendado

(que provavelmente será um membro oriundo do círculo de poder que representa a visão hegemônica de ciência e tecnologia no Brasil).

Este “simples” inciso em uma importante lei de informação coloca em sua essência uma inflexão sobre a sociedade futura que queremos. Nesta, ou a ciência, tecnologia e seus produtores serão tratados de forma igualitária (terão os mesmos direitos que os demais cidadãos, coisa prevista na Constituição brasileira: todos são iguais perante a lei); ou serão tratados de forma diferenciada. Os cientistas

ca poderá passar a entender. Em suma, a aparência de avanços no direito à informação, retirando-se o sigilo eterno, na essência significa um retrocesso com a introdução do sigilo eterno no âmbito da ciência e tecnologia.

Há tempos já é de domínio público que “informação é poder”. O que a comunidade científica não quer é ter uma sociedade mais igualitária em termos de poder decorrente do acesso à informação. Por isto, se resguardou mediante a introdução deste artigo 23, inciso VI.

Cabe àqueles que entendem que a sociedade deve ser realmente democrática também no âmbito das relações entre ciência, tecnologia e sociedade alertar a Presidenta de que ela estará instituindo o sigilo eterno na área de ciência e tecnologia se não vetar o inciso VI do artigo 23. Sancionar esta lei na forma em que se encontra também significa manter o padrão antidemocrático atual das relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Enquanto estiver no poder, a Presidenta será lembrada pelos historiadores por retirar o sigilo eterno sobre documentos oficiais. Mas serão estes mesmos historiadores que irão apontar, no futuro, este tremendo equívoco realizado ao se instituir o sigilo eterno na área de produção de conhecimento, em uma sociedade do conhecimento. Democratizar uma sociedade do conhecimento se faz com o direito de informação assegurado a todos os brasileiros e não impedindo-os com o sigilo eterno. Cabe à Presidenta refletir e decidir sobre o tema.

“A instituição do sigilo eterno significa que, do ponto de vista político, o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nunca estará sob controle social. Sem informação, quem não entende do assunto nunca poderá passar a entender”

na forma de lei. Será portanto a culminação do “direito natural” de um grupo social sobre a sociedade como um todo.

Só poderá ter acesso às informações oriundas da área da ciência e tecnologia “quem entende” da especificidade das informações oriundas deste setor (cientistas, acadêmicos). Qualquer outro brasileiro que “não entende” poderá ter seu pedido de informação negado, porque estará desrespeitando a legislação em seu artigo 23, inciso IV, segundo o veredito de algum gestor público

sob sigilo eterno conforme o inciso VI do artigo 23, pois, a qualquer solicitação de que as informações sejam tornadas públicas, a resposta do gestor público poderá ser que a mesma: a liberação não é possível pois “ameaça, coloca em risco...”

O resultado concreto disto é a instituição do sigilo eterno na área de ciência e tecnologia. E, do ponto de vista político, significa que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nunca estará sob controle social, pois sem informação quem não entende do assunto nun-

METAS GENÉRICAS E FALTA DE DIAGNÓSTICO COMPROMETEM PNE

César Augusto Minto

Professor da Faculdade de Educação da USP

Maria Aparecida Segatto Muranaka

Professora da Unesp de Rio Claro

O PL 8.035/2010 proposto pelo governo, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, veio desacompanhado de um diagnóstico, essencial à definição das metas e estratégias a serem adotadas. O PNE 2011-2020 não assume a construção de um efetivo Sistema Nacional de Educação; propõe “ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do PIB”, ignorando assim o índice defendido pelo FNDEP e reafirmado pela Conae 2010, de 10% do PIB; e suas metas são genéricas e carecem de detalhamento



Este artigo apresenta algumas considerações sobre o teor do projeto de lei (PL) proposto pelo governo federal à Câmara dos Deputados (PL nº 8.035, 15/12/2010) para o novo Plano Nacional de Educação (PNE) e faz alguns questionamentos, de ordem mais geral, tendo como baliza os conteúdos do PNE – Proposta da Sociedade Brasileira (II Congresso Nacional de Educação – II Coned, Belo Horizonte/MG, 1997)¹, com o objetivo de estimular a curiosidade do leitor sobre essa importante peça de planejamento educacional e, se possível, o seu engajamento na construção de um PNE 2011-2020 que, no contexto atual, melhor contemple os interesses da maioria da população brasileira.

Curiosamente, o PL proposto pelo governo veio desacompanhado de um diagnóstico objetivo, que contribua para elucidar as condições reais às quais tem sido submetida a educação no país, considerando seus dois níveis — educação básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio) e educação superior (graduação e pós-graduação) — e as modalidades que os permeiam: educação profissional, educação especial, educação no campo, educação de jovens e adultos (EJA), educação de populações indígenas e quilombolas, educação de crianças e jovens em situação de risco etc.

Esse diagnóstico é essencial para servir como ponto de partida e para embasar a definição de diretrizes, metas e estratégias a serem adotadas, no caso para a década de 2011-2020, com vistas a avançar no

atendimento do direito social de todos à educação ou, pelo menos, à educação escolar de boa qualidade. Assim sendo, tal omissão é incompreensível, em se tratando de uma peça de planejamento, e contribui para levantar suspeitas generalizadas acerca das reais intenções de quem propõe o referido PL.

O governo federal optou por apresentar um plano literalmente “enxuto”: são apenas 12 artigos, acrescidos de um Anexo com 20 metas², o que pode suscitar no leitor a percepção de que o governante tem, na área, foco em ações prioritárias e, mais, que tais ações sejam de interesse de toda a população. Mas não é lícito desconhecer que, em geral, essa postura tem se configurado como pretexto para a adoção de metas genéricas, difíceis de serem acompanhadas pelos setores organizados da sociedade, em especial se não contiverem prazos de cumprimento intermediários e finais. Exemplo recente de opção semelhante: no Estado de São Paulo, o Plano Plurianual (PPA)³ apresentado pelo governo José Serra continha tão-somente 10 metas! O citado PPA é, sem dúvida, um plano quadrienal “enxuto”, também no sentido figurado, à prova de qualquer controle social e, na prática, foi tomado como substituto do Plano Estadual de Educação (PEE), cuja elaboração e tramitação o governo fez questão de desdenhar⁴.

Assim, cabe questionar, tanto do ponto de vista formal como político, a opção feita pelo governo, pois ela pode suscitar dúvidas quanto ao pretenimento do Anexo: afinal, fará ou não parte do corpo da lei? (questio-

namento feito por militantes na área da educação); contudo, não podem pairar dúvidas quanto à completude entre corpo da lei e Anexo, pois logo no seu artigo 1º menciona-se: “Fica aprovado o Plano Nacional de Educação (...) constante do Anexo desta Lei (...)”, o que permite argumentar que o plano propriamente dito é o que consta do Anexo. Afora isso, na medida em que o texto do PL a ser transformado em lei menciona as metas, por exemplo, nos seus artigos 3º, 4º, 5º e 7º, além de o artigo 7º fazer menção às estratégias, concluímos não caber dúvida quanto à questão.

Ademais, o PL 8.035/2010 é tão “enxuto” que deixou de tratar do Sistema Nacional de Educação (SNE), tema central da Conferência Nacional de Educação (Conae-2010), da qual o estafe de governo teve participação ativa; além de ignorar várias das propostas explicitadas no seu documento final. Também é oportuno registrar que, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE),

“[...] uma primeira crítica à proposta do MEC provém da estrutura puramente colaborativa (associativa) transposta do Plano de Desenvolvimento da Educação [PDE] para o PNE, a qual, mesmo prevenido que Estados, Distrito Federal e Municípios, [...] constituam seus respectivos planos de educação no prazo de 1 (um) ano, não os obriga a elaborarem tais planos ou mesmo a perseguirem as metas e estratégias do PNE — mesmo com os preceitos dos arts. 10, III e 11, I da Lei 9.394/96 (LDB).”⁵

“A nosso ver, o artigo 5º do PL 8.035/2010 deve contemplar a bandeira histórica do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e mencionar: ‘A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação deve chegar a 10% do PIB em 2020’ ”

Os incisos I, II, IV, V, VII e VIII do artigo 2º do PL repetem incisos do artigo 214 da Constituição Federal (CF/1988), mas, curiosamente, não repetem os incisos III (“superação das desigualdades educacionais”) e VI (“promoção da sustentabilidade sócio-ambiental”). Por certo, a curiosidade diz respeito ao fato de repetir alguns incisos, mas outros não; nesse caso, se talvez seja compreensível deixar de fora, por exemplo, o conteúdo do inciso VI, por tratar-se de uma peça de planejamento educacional, o mesmo não se pode dizer de omitir a expressão “superação das desigualdades educacionais” (inciso III), não é?

Dois incisos do artigo 2º do PL repetem o artigo 206 da CF/1988: o inciso IX, com uma redação mais geral, “valorização dos profissionais da educação”, e o inciso X, retomando a redação original (“gestão democrá-

tica do ensino público, na forma da lei”), avança (“difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação”), pois seu segmento inicial acrescenta prerrogativas previstas em lei, enquanto seu segmento final amplia a concepção de gestão, agora não mais restrita ao ensino público, mas sim abrangendo toda a educação.

A dúvida tratada anteriormente pode e deve ser evitada de forma simples, basta que os artigos 3º e 4º deixem claro que o Anexo *faz parte* do corpo da Lei, evitando todo e qualquer possível questionamento, tanto durante como após a eventual aprovação do PL 8.035/2010.

O artigo 5º, por mais interessante que possa parecer, deve estar em consonância com o inciso VI do artigo 214 da CF/1988 (incluído pela EC nº 59, de 2009): “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto” (PIB), portanto, argumentamos que deve contemplar a bandeira histórica do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e mencionar: “A meta de ampliação progressiva do investimento público em educação deve chegar a 10% do PIB nacional em 2020 e será avaliada no quarto ano de vigência dessa Lei, podendo ser revista, conforme o caso, para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas do PNE 2011/2020” (o trecho em itálico é acréscimo nosso).

O conteúdo do artigo 6º atende também proposta do FNDEP, mas fica mais completo explicitado da seguinte forma: “A União deverá promover, *em conjunto com*

os estados, o Distrito Federal e os municípios, a realização de pelo menos duas conferências nacionais de educação até o final da década, com intervalo de até quatro anos entre elas, com o objetivo de avaliar e monitorar a execução do PNE-2011-2020 e subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Educação para o decênio de 2021-2030” (acréscimos nossos). O parágrafo único desse mesmo artigo 6º deve ter a seguinte redação: “O Fórum Nacional de Educação, *com constituição e atribuições a serem definidas em lei, instância de Estado vinculada ao* Ministério da Educação, articulará e coordenará as Conferências Nacionais de Educação previstas no *caput*” (acréscimos nossos).⁶

“O artigo 7º fala em ‘regime de colaboração’ entre os entes federados, sem definir do que se trata. Já o artigo 8º diz que estados, DF e municípios deverão elaborar seus planos de educação, de acordo com o teor do PNE, no prazo de 1 ano, mas não prevê sanção, caso isso não seja cumprido”

O artigo 7º apresenta um problema, recorrente nos últimos anos, que é o de mencionar a expressão “regime de colaboração” entre os entes federados, mas não definir

seu significado, o que delega às esferas administrativas, que são autônomas, sua interpretação. Isso pode resultar desde em colaboração/cooperação efetiva, em especial se o comando dessas administrações estiver a cargo das mesmas forças políticas, até em não colaboração, tornando inócua a referida expressão, sem esquecer as nuances entre os interstícios dessa polarização. Ou seja, o PL do governo não se preocupou, de fato, com o tratamento dessa questão, o que pode ocasionar o mesmo descompasso havido entre os entes federados durante a vigência do PNE 2001-2010.

Os conteúdos dos três parágrafos do artigo 7º são oportunos e não-excludentes, mas por certo não estarão isentos das conseqüências do vazio trazido pela expressão “regime de colaboração”; já no que se refere ao § 3º, embora preveja a implementação da educação escolar indígena “(...) que considere os territórios étnico-educacionais e (...) estratégias que levem em conta as especificidades socioculturais e lingüísticas de cada comunidade, promovendo a consulta prévia e informada a essas comunidades”, além do aspecto mencionado anteriormente, nada diz sobre a responsabilidade por tal consulta, que pode não se concretizar, ficando apenas como registro de uma vontade, um desejo.

O artigo 8º preconiza uma necessidade: “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão elaborar seus correspondentes planos de educação, ou adequar os planos já aprovados em Lei, em consonância com as diretrizes, me-

tas e estratégias previstas no PNE – 2011/2020, no prazo de um ano contado da publicação desta Lei”. Mas não prevê nenhum mecanismo de sanção, caso tais planos deixem de ser elaborados, o que nos leva a crer que esses entes federados poderão continuar a prescindir dessas peças essenciais de planejamento educacional estratégico, como já argumentamos.

Os dois parágrafos do artigo 8º tratam de preocupações importantes, respectivamente, com as necessidades específicas das populações do campo e de remanescentes de quilombos, de modo a garantir equidade educacional (§ 1º); e com a garantia do atendimento às necessidades educacionais específicas da educação especial, de forma que a inclusão se dê nos dois níveis educacionais e em todas as etapas e modalidades de ensino (§ 2º). Mas, novamente, salta aos olhos a incoerência entre discurso e iniciativa, a não ser que acreditemos que a simples menção dessas preocupações no texto legal seja suficiente para sensibilizar as demais esferas de governo, o que não tem acontecido.

O artigo 9º estabelece que todas as esferas administrativas aprovem, nos seus respectivos âmbitos, leis que regulamentem a gestão democrática no prazo de um ano após a publicação do PNE 2011-2020. Por certo, trata-se de uma definição importante, pois sabemos há muito tempo que a gestão democrática, com a garantia de participação de todos os envolvidos no processo educacional, aumenta a chance de consecução de objetivos, metas e estratégias. Contudo, cabe lembrar

também que a defesa desse quesito tem encontrado muita resistência dos governantes, inclusive dentro das universidades, e é por essa razão que estamos sujeitos ainda hoje à imposição de mudanças unilaterais na carreira e a uma composição dos órgãos colegiados que sequer respeita a LDB (como na USP); à ausência de concursos públicos de efetivação (como na Unesp e na Unicamp); à criação do programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp)⁷; à introdução indiscriminada de cursos por meio do ensino à distância e a tantas outras expressões de autoritarismo e concentração de poder nas mãos de poucos.

O artigo 10 explicita, corretamente, aquilo que se espera de todas as esferas da administração pública (União, Estados, Distrito Federal e Municípios): a convergência de suas peças de planejamento, ou seja, de seus planos plurianuais (PPA), diretrizes orçamentárias (LDO), orçamentos anuais (LOA) e orçamentos públicos municipais, de forma a garantir destinações orçamentárias coerentes com as diretrizes, metas e estratégias que constam de seus respectivos planos de educação: nacional, estaduais, distrital e municipais. Mas, observada a tradição brasileira, é oportuno sugerir intenso controle social sobre tais peças de planejamento, se quisermos aumentar a chance de sucesso dessa empreitada, pois não é lícito ignorar, inclusive, a contumaz vigência do mote “façam o que eu digo e não o que eu faço”.

O artigo 11 explicita a opção do Executivo de adotar o Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, vinculado ao Ministério da Educação), com base nos “dados de rendimento escolar apurados pelo censo escolar da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar”. Cabe questionar se, isolado, tal índice constituiria instrumento adequado e suficiente para “avaliar a qualidade do ensino”, conforme se afirma, mesmo considerando a declaração de que o INEP “empreenderá estudos para desenvolver outros indicadores de qualidade relativos ao corpo docente e à infraestrutura das escolas da educação básica”. Ademais, o PL do governo é totalmente omissivo no que se refere a quais instrumentos seriam utilizados para avaliar a qualidade da educação superior, que inclui os cursos de graduação e de pós-graduação.



Revedo as 20 metas
*Um breve olhar crítico
sobre as Metas do novo PNE
e algumas considerações,
baseadas nas análises do
GT Educação da Adusp,
da Campanha Nacional
pelo Direito à Educação
e da CNTE*

Por conta da restrição natural de espaço, optamos por apresentar as 20 metas do PL, cada uma delas seguida de breve consideração propositiva (em itálico), buscando sintetizar aspectos centrais, com base nas discussões do GT Educação da Adusp e considerando as demais contribuições analíticas a que tivemos acesso: em especial as da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e as do já citado documento da CNTE.

1. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.

- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos de idade e, nesse mesmo prazo, atender plenamente à demanda da sociedade por educação infantil da população de até três (3) anos de idade, na rede pública.

2. Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos.

- Universalizar o ensino fundamental regular para toda a população de 6 a 17 anos até 2015.

(Observação: trata-se de um direito universal, cabendo questionar a prática, que tem sido contumaz, de encaminhamento indiscriminado e precoce de jovens à EJA).

3. Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nessa faixa etária.

- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 15 a 17 anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio nessa faixa etária para 70% em 2016 e 90% em 2020.

4. Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.

- Acrescentar no final, após vírgula: realizando o censo específico.

5. Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.

- Substituir por: Estruturar o ensino fundamental de nove anos com foco na organização de ciclo de alfabetização com duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano.

(Observação: a estratégia 5.1, ligeiramente modificada, foi aqui transformada em meta 5).

6. Oferecer educação em tempo

integral em 50% das escolas públicas de educação básica.

- Oferecer educação em tempo integral para 20% dos estudantes das escolas públicas de educação básica em 2015 e 50% em 2020.

7. Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	4,6	4,9	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	3,9	4,4	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	3,7	3,9	4,3	4,7	5,0	5,2

- Substituir por: Fomentar a qualidade do ensino nos seus dois níveis e em todas as suas etapas e modalidades, assegurando a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes.

8. Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

- Substituir por: Elevar a escolaridade média da população maior de 15 anos de modo a alcançar mínimo de 10 anos de estudo em 2015 e 12 anos de estudo em 2020, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

9. Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto

e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

- Substituir por: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais de modo a acabar com o analfabetismo absoluto até 2015 e, até 2020, reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

10. Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

- Observação: manter a meta, mas excluir a expressão “inclusive na modalidade de educação a distância”, que consta do final da estratégia 10.3⁸.

11. Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta.

- Substituir por: Elevar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando que a rede pública corresponda, em 2015, a 60% e, em 2020, a 80% do total de matrículas.

12. Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

- Substituir por: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e



Conae: será que não foi para valer?

a participação pública nas matrículas de pelo menos 30%, em 2015, e 60% em 2020.

13. Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% de doutores.

- Substituir por: *Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% de doutores, todos em Regime de Dedicção Exclusiva (RDE) ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária.*

14. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.

- Substituir por: *Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, na forma presencial e em instituições*

públicas, de modo a atingir a titulação anual de 50 mil mestres e 18 mil doutores até 2015 e 60 mil mestres e 25 mil doutores em 2020.

15. Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

- Substituir por: *Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura presencial na área de conhecimento em que atuam, sendo que até 2015 pelo menos 80% dos professores já tenham alcançado este patamar.⁹*

16. Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu*, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

- Substituir por: *Ampliar a formação de professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantindo a todos formação continuada em sua área de atuação.*

17. Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

- Substituir por: *Valorizar o magistério público da educação básica, garantindo igual rendimento do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade ao rendimento dos demais profissionais com mesma escolaridade até 2015.*

18. Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.

- Observação: manter a meta, acrescentando a expressão – *e garantir o cumprimento pleno da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 (Lei do Piso Salarial Profissional).*

19. Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.

- Substituir por: *Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação de diretores de escola com a participação da comunidade escolar.*

20. Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

- Substituir por: *Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país, em 2013, podendo o percentual ser elevado, caso coincida com a orientação disposta no art. 5º da presente Lei, a 10% do PIB, em 2016, mantendo-se esta porcentagem até que o paradigma proposto por este Plano Nacional de Educação seja consolidado.*

- Observação: cá entre nós, prioridade se traduz nos recursos destinados à área!

Considerações finais

“Na Conae 2010, entidades do FNDEP, outros setores sociais e até segmentos do próprio MEC cooperaram na tentativa de produzir um PNE abrangente. Porém, as propostas do Documento Final da Conae foram pouco contempladas no PL em análise — um enigma”

No processo de definição do PNE 2001-2010 (Lei nº 10.172, de 09/01/2001), setores organizados da sociedade, em especial da área de educação, conseguiram a façanha inédita de elaborar e apresen-

tar ao Congresso Nacional, antes mesmo que o Executivo o fizesse, o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, peça exemplar e estratégica de planejamento, independentemente de concordarmos ou não com seu conteúdo, no todo ou em parte, sendo que sua estrutura¹⁰ e a metodologia utilizada em sua elaboração constituem uma contribuição ímpar, e o colocam em patamar de importância semelhante ao do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, lançado em 1932 por um coletivo de 26 intelectuais brasileiros.

O contexto que permeou a elaboração e a tramitação do PNE anterior, no início do primeiro mandato de FHC, era de aglutinação mais ampla de forças políticas, em especial devido à indignação causada pelo desfecho da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, LDB) provocada pela intervenção do governo, que contou, inclusive, com a contribuição de Darcy Ribeiro. Naquele momento, a iniciativa dos setores organizados da sociedade de elaborar uma proposta de PNE, para além de sua importância enquanto peça de planejamento, se deveu à certeza de que não interessava ao governo elaborar um PNE, pois sem ele o Executivo ficava livre de amarras na condução da política educacional. Tanto é que só face à ousadia da sociedade o governo elaborou sua própria proposta, para se contrapor ao PNE – Proposta da Sociedade Brasileira.

O contexto atual é diverso daquele e, embora o FNDEP tenha

sido recomposto recentemente, a nova configuração de forças políticas não conseguiu se organizar, em tempo hábil, com vistas a elaborar uma proposta mais abrangente para o PNE 2011-2020. Cabe registrar, contudo, que houve uma iniciativa, consubstanciada na Conferência Nacional de Educação (Conae 2010)¹¹, da qual participaram muitas entidades do FNDEP e de outros setores sociais, incluindo segmentos governistas e/ou internos ao próprio Ministério da Educação (MEC), cujas propostas foram sistematizadas num Documento Final. Paradoxalmente, embora a Conae tenha sido convocada e patrocinada pelo governo federal, as propostas do Documento Final foram pouco contempladas no PL em análise — um enigma a decifrar, não é?

O PL 8.035/2010 tramita em caráter conclusivo na Câmara dos Deputados, e depois de aprovado pela comissão especial, “seguirá diretamente para o Senado, sem precisar passar pelo plenário, exceto se houver recurso” (Agência Câmara de Notícias, 13/4/2011)¹². Contudo, ainda há espaço para que os setores organizados da sociedade intervenham no processo, apresentando propostas que explicitem a existência de visões distintas daquelas apresentadas pelo governo; ou, no limite, contribuam para melhorar o projeto do Executivo. Não é razoável deixar-se seduzir pela alegação de que tal contribuição só serve para referendar o PL do governo, pois isso só interessa a grupos cuja reprodução depende do

mote “quanto pior, melhor”, que expõe uma falta de discernimento entre atuação partidária e atuação sindical.

Em síntese, ao propor o PL 8.035/2010 o governo não se preocupou em apresentar o diagnóstico que o embasa; e sequer o fez de modo que o PNE em vigor até janeiro de 2011 fosse substituído em tempo hábil, o que resta também incompreensível. No que se refere ao conteúdo, para destacar apenas o essencial, o PL governamental não assume as propostas históricas do FNDEP, reafirmadas na Conae, de destinação de 10% do PIB nacional para a educação e de construção de um efe-

tivo Sistema Nacional de Educação (SNE); mas repete a expressão “regime de colaboração” que, se definida com rigor, poderia ajudar nessa importante empreitada. Tal postura evoca a sensação de que, a depender da perene letargia de sucessivos governos, essa expressão terá o mesmo destino que outra, a “erradicação do analfabetismo”, meta exaltada em legislações e documentos oficiais vigentes, mas vergonhosamente jamais cumprida.

Por fim, dois alertas: 1. como já assinalado, a apresentação de metas genéricas, por mais oportunas que possam parecer, torna muito difícil aos setores organiza-

dos da sociedade acompanharem seu desenvolvimento, sobretudo se tais metas não contiverem prazos intermediários e finais de cumprimento; e 2. é preciso ampliar a participação da sociedade na elaboração e tramitação do novo PNE (processo que tem seqüência nas outras esferas administrativas, com os respectivos PEE e PME), ou seja, é necessário criar uma tradição de acompanhamento das peças de planejamento do Estado e isso exige “massa crítica” e perseverança, mas cabe lembrar que a causa em questão justifica esse exercício de democracia. Assim sendo, que tal arregaçarmos as mangas e nos envolvermos nesse processo?

Notas

- 1 Cabe lembrar que o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira foi fruto de ampla discussão, por regiões, em todo o território nacional, tendo sido sistematizado no II Congresso Nacional de Educação (II Coned, Belo Horizonte/MG, 9/11/1997) e depois transformado no PL nº 4.155/1998 na Câmara dos Deputados.
- 2 As 20 metas se desdobram em 171 estratégias: meta 1, nove estratégias; 2, 12 estratégias; 3, 12 estratégias; 4, seis estratégias; 5, cinco estratégias; 6, seis estratégias; 7, 25 estratégias; 8, sete estratégias; 9, cinco estratégias; 10, oito estratégias; 11, dez estratégias; 12, 16 estratégias; 13, sete estratégias; 14, nove estratégias; 15, dez estratégias; 16, cinco estratégias; 17, três estratégias; 18, nove estratégias; 19, duas estratégias; e 20, seis estratégias.
- 3 Referimo-nos à Lei nº 13.123, de 8 de julho de 2008 (Plano Plurianual – PPA 2008-2011), item 2.1 Educação, p. 46-49.
- 4 Setores organizados da sociedade na área da educação elaboraram o Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista (PL nº 1.074/2003, PEE-PSP), até hoje engavetado na Assembléia Legislativa do Estado. Conteúdos e método de construção do PEE-PSP valem a pena ser conhecidos.
- 5 Programa criado pelo Decreto nº 53.536, de 9 de outubro de 2008, com vistas a ampliar o número de vagas nas três universidades estaduais paulistas por meio da utilização do Ensino à Distância (EaD).
- 6 CNTE, “Análise do PNE (MEC) e emendas ao PL 8.035/2010”, mimeo (acompanha o ofício 066/2011 – PR-CNTE, que convida para o “Seminário sobre o Plano Nacional de Educação”, Brasília, 24/2/2011).
- 7 Proposta feita a partir de reuniões do Grupo de Trabalho em Educação da Adusp (GT Educação) ocorridas em março de 2011.
- 8 PL nº 8.035/2010, Estratégia 10.3 - Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as características e especificidades do público da educação de jovens e adultos, inclusive na modalidade de educação a distância.
- 9 Cabe lembrar as observações feitas anteriormente sobre a expressão “regime de colaboração”, nas considerações sobre o artigo 7º do PL nº 8.035/2010.
- 10 Sua estrutura: 1. introdução, 2. diagnóstico, 3. organização da educação nacional (sistema nacional de educação – SNE; gestão democrática e financiamento da educação), 4. níveis e modalidades de educação (educação básica e educação superior), 5. formação de profissionais da educação, e 6. bibliografia.
- 11 A Conferência Nacional de Educação (Conae 2010) ocorreu em Brasília, de 28/3 a 1º/4/2010.
- 12 A comissão especial é presidida pelo deputado Gastão Vieira (PMDB-MA) e a matéria tem como relator o deputado Ângelo Vanhoni (PT-PR). Vieira alega que “não é preciso ter pressa para a aprovação do projeto” e diz esperar que ele seja votado até novembro deste ano, após passar por algumas etapas: 1. trabalhos internos para análise dos resultados do PNE anterior; 2. “seminário com os participantes da Conae”; 3. audiência de organizações da sociedade civil que não participaram da Conae; e 4. audiências públicas nos estados. Há previsão de prazo para emendas a partir do início de junho.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20/12/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). *Diário Oficial da União*, Brasília/DF, nº 248, 23/12/1996.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 09/01/2001, Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), Brasília/DF, 2001.
- BRASIL. MEC. Projeto de Lei nº 8.035, de 16/12/2010, Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), Brasília/DF, 2010.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília/DF. Agência Câmara de Notícias, 13/4/2011, 18:30h. Disponível em www2.camara.gov.br/agencia
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. Disponível em: arquivo.campanhaeducacao.org.br/Documentos/tabela_emendas_pne_campanhanacionaldireitoeducacao.pdf
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. “Análise do PNE (MEC) e emendas ao PL 8.035/2010” (acompanha o OF. Nº 066/2011 – PR-CNTE, de 24/2/2011), que convida para o “Seminário sobre o Plano Nacional de Educação”, CNTE, mimeo, Brasília/DF, 2011.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Conferência Nacional de Educação (Conae 2010), Documento Final, Brasília/DF, 2010. Disponível em: www.mec.gov.br
- SÃO PAULO (Alesp). Projeto de Lei nº 1.074, de outubro de 2003, Plano Estadual de Educação – Proposta da Sociedade Paulista. São Paulo/SP, 2003. Disponível em: www.adusp.org.br
- SÃO PAULO (Estado). Lei nº 13.123, de 08/07/2008, Plano Plurianual (PPA 2008-2011), São Paulo/SP, 2008.
- SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 53.563, de 09/10/2008, institui o Programa Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp), São Paulo/SP, 2008.

Novo PNE NÃO DEFINE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E TEM VIÉS PRIVATISTA

Lighia Horodynski-Matsushigue e Otaviano Helene
Professores do Instituto de Física da USP, membros do GT Educação da Adusp

Daniel Garcia



O ministro Fernando Haddad em audiência pública na Alesp (13/4/2011)

Faz falta no PNE proposto uma conceituação de qualidade da educação. O texto inteiro peca por confundir qualidade da educação com sua suposta aferição por avaliações e exames nacionais padronizados. E ao pretender, de modo correto, atacar o problema fundamental da qualidade por meio de ações de valorização do magistério da educação básica (Meta 17), nenhuma das estratégias propostas parece ter efetividade. Por outro lado, estratégias que favorecem a iniciativa privada perpassam quase todas as metas, da educação infantil (Meta 1) à pós-graduação (Meta 14)

Um Plano Nacional de Educação (PNE) é acima de tudo uma peça política e nessa condição precisa ser analisado. Sob esse aspecto, a proposta de PNE (Projeto de Lei 8.035/2010), enviada à Câmara dos Deputados pelo executivo federal, quase às vésperas do natal de 2010, peca, de saída, por apresentar um conjunto de *metas* (20), acompanhadas de *estratégias* (170, ao todo), sem que tanto estas quanto aquelas estejam explicitamente embasadas por um diagnóstico que as preceda. Ora, como avaliar a pertinência, ou não, de cada uma das metas sem a informação sobre a realidade da qual se parte? Como saber se a estratégia apresentada é correta, ou não, sem uma análise prévia daquilo que já foi aplicado à educação nacional, com sucesso ou não?

Nesse ponto, vale lembrar que o plano decenal anterior (2001-2010; Lei 10.172, de 9/1/2001) trazia um diagnóstico detalhado da educação em seus vários níveis e modalidades — em grande parte, copiado do *PNE-Proposta da So-*

iedade Brasileira, encaminhado ao Congresso Nacional na forma de um projeto de lei, desenvolvido por entidades da sociedade civil congregadas no *Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública*. Contudo, aconteceu ao PNE 2001-2010 o previsível: praticamente nenhuma de suas metas foi cumprida, pois não estipulava metas intermediárias; não previa atribuição de responsabilidades pelo não cumprimento dos compromissos legais; e, acima de tudo, foi despojado — pelo veto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, mantido até hoje — de qualquer referência ao financiamento das metas. Muitas das quais, por sinal, extremamente semelhantes, se não iguais, às da atual proposta.

Sabendo-se que o atual ministro da Educação, Fernando Haddad, foi secretário e depois ministro da pasta durante metade do período de vigência do PNE anterior; e que o perfil político dos governadores e prefeitos não mudou, repetir as metas, que eles próprios não cumpriram, de pouco ou de nada adiantará. Será que se pretende rodar o mesmo filme outra vez?

“Quase todas as metas apresentadas no PL 8.035/2010 parecem positivas ao olhar leigo. É o debruçar-se sobre o conteúdo das estratégias que suscita a grande preocupação com o real conteúdo político do PNE proposto. Aquilo que deveria ser um Plano de Estado revela-se, sob a maioria dos aspectos, apenas um plano do atual governo”

Quase todas as *metas* apresentadas no atual PL 8.035/2010 parecem positivas ao olhar leigo: tratam, de modo geral, da ampliação das redes que oferecem educação ou ensino, e parecem propor a melhoria da qualidade desse ensino e a valorização dos profissionais com ele implicados.

É ao lançar-se um olhar mais informado sobre as *estratégias propostas* que as preocupações surgem.

Já de início, intriga a desproporção entre as diferentes quantidades de *estratégias* relacionadas a cada uma das metas: das 170 *estratégias* propostas apenas três se referem à valorização dos profissionais da educação básica (Meta 17); são apenas seis para a difícil tarefa de atendimento escolar de *estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação*, tudo isso dentro do louvável propósito de universalizar esse atendimento na rede regular (Meta 4); mas há o impressionante número de 25 *estratégias* para que determinados valores médios do IDEB¹ sejam atingidos ao longo da década (Meta 7).

Entretanto, é o debruçar-se sobre o conteúdo das *estratégias* que suscita a grande preocupação com o real conteúdo político do PNE proposto. Aquilo que, pela sua duração e propósito, deveria ser um Plano de Estado revela-se sob a maioria dos aspectos apenas um plano do atual governo, seqüência da gestão anterior. Estão incluídas como *estratégias* determinações que não constariam normalmente em outros planos nacionais, pois são de caráter meramente operacional. Por exemplo, substituir o Enade² aplicado ao final do primeiro ano do curso de graduação pelo ENEM³ (*estratégia* 13.6) ou determinar *renovação integral* da frota de veículos de transporte escolar (*estratégia* 7.5). Ou, ainda, são determinações absurdas, como exigir que a taxa média de conclusões de

cursos de graduação presenciais nas universidades públicas seja de 90% (*estratégia* 12.3), quando, na média mundial, essa taxa se encontra perto 70%, sendo raríssimos os casos de cursos ou instituições que atingem taxas de conclusão superiores a 90%, tanto no Brasil como nos demais países.

Exemplos como os citados poderiam ser descartados como folclóricos e eliminados na análise a ser feita no Congresso. Mas muito mais perigoso é o teor privatizante que a leitura atenta faz aparecer. Há *estratégias* que favorecem a atuação da *iniciativa privada* perpassando quase todas as metas, da educação infantil (Meta 1) à pós-graduação *stricto sensu* (Meta 14).

“Se, na década passada, o ProUni foi uma tábua de salvação para as instituições privadas, estranguladas pela falta de capacidade dos segmentos mais desfavorecidos da população de arcarem com as mensalidades, talvez o PNE proposto venha a garantir sua expansão na próxima década, pois fala em expansão do FIES”

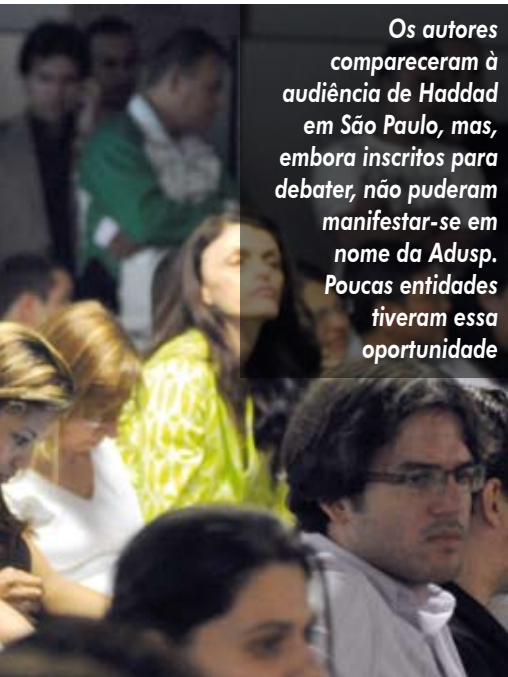
Um parêntesis se faz necessário aqui. Durante o ano de 2010, a exem-



plo de outras Conferências Nacionais temáticas, o ministro da educação do governo Lula, ainda no cargo nesse início de novo mandato, fez promover uma grande Conferência Nacional de Educação (Conae), precedida por conferências estaduais, regionais e municipais. Se não nas instâncias inferiores, na Conae algumas das teses dos movimentos pela educação pública, majoritárias nas décadas anteriores, acabaram prevalecendo. Assim, à página 107 de seu *Documento Final* consta explicitamente: “aplicação dos recursos públicos exclusivamente em instituições públicas”. De forma consistente, à página 112 do *Documento* é preconizada a gradual extinção de matrículas com dinheiro público em *creches conveniadas* e à página 67 encontra-se a resolução de que, ao final da década, 60% do total de vagas na educação superior devam encontrar-se em instituições públicas. Entretanto, o PL 8.035/2010 posiciona-se em direção diametralmente oposta às deliberações da Co-

Daniel Garcia

Os autores compareceram à audiência de Haddad em São Paulo, mas, embora inscritos para debater, não puderam manifestar-se em nome da Adusp. Poucas entidades tiveram essa oportunidade



nae ao formular sua *estratégia* 1.4 nos seguintes termos: “estimular a oferta de matrículas gratuitas em creches por meio da concessão de certificado de *entidade beneficente* de assistência social na educação”. Também apresenta sua Meta 12, “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta”, sem condicionar essa elevação a qualquer restrição quanto à natureza, pública ou privada, da instituição.

Desse modo e analogamente, há grande chance de que a proporção de três quartos das matrículas em instituições privadas continue ou, pior, venha a se acentuar, repetindo o que ocorreu nas últimas duas décadas. O Brasil, ao sustentar essa escandalosa proporção já se encontra, atualmente, na incômoda posição de um dos três ou quatro países com menor presença do setor público e de campeão da privatização com fins lucrativos.

A prevalecerem algumas das estratégias propostas no PL 8.035/2010, a situação pode ainda piorar, ainda mais levando em consideração que parcela importante do Congresso, por onde o projeto fatalmente passará, tem viés claramente privatista. Se, na década passada, o ProUni foi uma tábua de salvação para as instituições privadas, estranguladas pela falta de capacidade dos segmentos mais desfavorecidos da população de arcarem com as mensalidades, talvez o PNE proposto venha a garantir sua expansão na próxima década. O texto do PL fala explicitamente em *expansão do FIES*⁴, em geral (*estratégia* 12.6), especificamente para as licenciaturas (*estratégia* 15.2) e, muito mais preocupante, para a pós-graduação *stricto sensu* (*estratégia* 14.3). Abre-se, desse modo, um imenso leque de possibilidades para a invasão dos interesses particulares também nas áreas antes restritas à atuação pública. Finalmente, para não excluir instituições privadas de outras modalidades, a *estratégia* 11.6 propõe estender o financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio⁵ e há pelo menos cinco *estratégias* ao longo do texto que, de forma velada, ao se referirem a *entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical*, provavelmente denotam o conhecido Sistema S das entidades patronais.

A problemática da entrega da educação a entes privados é conhecida e será abordada aqui apenas brevemente e em seus aspectos gerais. A educação está inscrita na Constituição Federal de 1988 como um direito fundamental da condição humana. Ora, entes privados, por sua própria

natureza, são guiados por interesses particulares, de pessoas ou de agrupamentos, não tomando como referência os interesses mais amplos da sociedade. Como consequência, na Educação Superior, por darem lucro, são oferecidos cursos de baixo custo, que não demandam instalações especiais, com títulos chamativos, em áreas da moda e apenas em regiões em que há suficiente poder aquisitivo. O tratamento dado aos docentes em grande parte das instituições privadas é desrespeitoso, explora o trabalho e desrespeita critérios acadêmicos. Ademais, o ambiente criado em tais instituições, em qualquer nível de ensino, é propício a inculcar nos estudantes os valores do estamento social lá predominante ou, até mesmo, a segregar os estudantes segundo tais pontos de vista, contrariando a ética republicana que a Constituição pretende representar. Assim, promover ainda mais a privatização de nosso sistema educacional acirrará os problemas e distorções já constatados.

Além do viés ideológico, que imediatamente se coloca, há mais uma explicação do porquê de aparecer, no PNE proposto, um apelo freqüente à “colaboração” de entidades privadas. As projeções⁶ indicam que as metas inscritas demandam, pelo menos, 10% do PIB para que haja alguma chance de sua concretização. Foi essa também a resolução aprovada na Conae, conforme seu *Documento Final* (p.110) e isso a ser atingido já em 2014. Embora o ministro da Educação venha afirmando que 7% do PIB (Meta 20) seriam suficientes para alcançar as metas do PNE⁷, isso apenas é possível pelo rebaixamento da qualidade, pela baixa remuneração dos docentes e de-

mais trabalhadores da educação, e até mesmo por intermédio da contribuição do próprio estudantado e de suas famílias, escondida em mecanismos tipo FIES (pois o dinheiro emprestado pelo governo tem de ser devolvido⁸), além do incentivo maciço a mecanismos como o *ensino a distância* (EaD, *estratégias* 10.3; 11.3; 12.2 e 14.4), mais barato em sua vertente mercantil e absolutamente inadequado para a *formação* inicial, em qualquer profissão, quanto mais para as licenciaturas.

Para completar a problemática do devido financiamento, nem para esses insuficientes 7% do PIB aos quais se refere a Meta 20, as seis *estratégias propostas* dão conta de garantir recursos. De fato, a *estratégia* 20.1 refere-se simples e textualmente a “Garantir fonte de financiamento permanente e sustentável [...]”, sem jamais dizer como isso se dará e de que modo os recursos por ventura aportados seriam distribuídos entre as três esferas da federação, responsáveis por “todas as etapas e modalidades da educação pública”.

“Há um descompasso entre várias metas e as respectivas estratégias, como a da Meta 13, que preconiza elevar a qualidade do ensino superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores. É cômico, mas nenhuma das 7 estratégias liga a qualidade diretamente à titulação dos docentes”

É no mínimo curiosa a forma de redação da *estratégia* 20.5, que parece inverter a relação causa-efeito: “Definir o custo aluno-qualidade da educação básica à luz da ampliação do investimento em educação.” Novamente aqui, é interessante olhar a forma adotada pela Conae, que se refere a tomar o mecanismo custo aluno-qualidade como *referência* para o financiamento da educação básica (p. 109), colocando assim as relações na ordem correta.

Na realidade, há, em muitos casos, um descompasso generalizado entre as metas e suas respectivas *estratégias*, que chega a situações cômicas, como a da Meta 13, que preconiza a elevação da *qualidade da educação superior* pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições: de suas sete *estratégias*, cinco se referem a avaliações, sendo três explicitamente à avaliação dos estudantes; uma se refere a “pesquisa institucionalizada, na forma de programas de pós-graduação”; e a última demanda a formação de “consórcios entre universidades públicas [...]”. De modo estranho, nenhuma *estratégia* liga a qualidade diretamente à titulação dos docentes, como seria de se esperar pela leitura da Meta. A Meta 16 também constitui uma curiosidade: determina “formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu* [...]” e, de modo análogo, não se detém para fundamentar como isso influiria na qualidade do ensino ministrado. Será que ambas as metas serão utilizadas para garantir uma maior penetração do sistema privado também na pós-graduação,

com financiamento público, mas sem a devida qualidade e sem consideração às prioridades sociais? Aliás, se há algo que faz falta no PNE proposto é uma conceituação de *qualidade da educação*!

O texto inteiro do PNE propõe peca por confundir *qualidade da educação* com sua suposta aferição por avaliações e exames nacionais padronizados. Há determinações nesse sentido desde a educação infantil (*estratégia* 1.3) até a determinação da aplicação de “uma prova nacional específica [...] para o provimento dos cargos de diretores escolares.” (*estratégia* 19.2). Há, ao todo, 15 referências, ao longo das 20 metas, a alguma avaliação desse tipo. A mais constrangedora é a crença de que, por lei, possam ser atingidos determinados valores do IDEB e, pior ainda, da pontuação do programa internacional da OCDE, o PISA⁹.

“As condições de trabalho e a enorme defasagem salarial dos professores da educação básica, em relação a outras profissões, são certamente o calcanhar de Aquiles dos sistemas educacionais públicos. Não há como se falar em qualidade da educação enquanto os professores forem obrigados a correr de um estabelecimento para outro”

Daniel Garcia



A Revista Adusp perguntou ao ministro a razão de constar no PNE investimento de 7% do PIB, em vez de 10%. Ele respondeu que 7% bastavam para as metas propostas, e acrescentou: "A pergunta não procede"

Ao se pretender, de modo correto, atacar o problema fundamental da qualidade da educação, que seria por intermédio de ações de valorização do magistério da educação básica (Meta 17), nenhuma das três *estratégias* propostas parece ter qualquer efetividade. A primeira *estratégia* determina a constituição de um fórum permanente para “acompanhamento da atualização progressiva do piso salarial[...]”, que, hoje, sabidamente está muitíssimo aquém do necessário e, mesmo assim, sofreu forte resistência de governadores e prefeitos para

sua implantação, inclusive com ação no Supremo Tribunal Federal apenas recentemente rejeitada, ainda que parcialmente. Ressalte-se que a questão de um terço da jornada dedicada a outras atividades educacionais fora da sala de aula, requisito essencial para um ensino básico de qualidade, aprovado na mesma lei que vinha sendo contestada, sofreu oposição ainda maior por parte daqueles agentes públicos.

Na mesma toada inefetiva, a *estratégia* 17.2 preconiza que o *acompanhamento* se dê por meio de indicadores obtidos a partir do PNAD

do IBGE, enquanto a *estratégia* 17.3, a última, manda, genericamente, implementar planos de carreira, com vista a que a jornada seja cumprida em um único estabelecimento escolar. Em comparação às práticas em outros países, as condições de trabalho e a enorme defasagem salarial dos professores da educação básica¹⁰, em relação a outras profissões, são certamente o calcanhar de Aquiles dos sistemas educacionais públicos. Não há como se falar em *qualidade da educação* enquanto os profissionais com ela envolvidos, em sua absoluta maioria, correrem de um estabelecimento para outro — por vezes com três jornadas — e forem obrigados a ministrar aulas, num mesmo ano letivo, a turmas que somam centenas de alunos.

Conclusão. A partir dos breves destaques feitos no presente artigo, fica evidente que a comunidade educacional e, mesmo, a sociedade civil em geral tem todos os motivos para acompanhar de perto o trâmite do Projeto de Lei 8.035/2010 no Congresso nacional, organizando-se, não apenas para evitar muitos dos problemas detectados, mas para tentar influir de modo positivo e propositivo.

Notas

- 1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicador que combina taxas de reprovação e evasão escolar com o desempenho dos estudantes em provas e exames.
- 2 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) é uma prova escrita, aplicada anualmente, usada para avaliação dos cursos de ensino superior.
- 3 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é uma prova escrita, optativa, aplicada anualmente e usada para avaliação dos estudantes que completam o ensino médio.
- 4 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa do MEC que financia matrículas e mensalidades em instituições privadas de ensino superior
- 5 Ação, por sinal, já iniciada por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), cujo projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional no final de abril de 2011.
- 6 Há vários textos a respeito. Em particular, pode-se indicar uma análise recente publicado no *Correio Braziliense*, acessível em <http://blogolitica.blogspot.com/2011/04/dez-por-cento-do-pib-para-educacao.html>
- 7 Ver, por exemplo, reportagem no *Informativo Adusp* 324, acessível em <http://www.adusp.org.br/noticias/Informativo/324/inf32403.html>.
- 8 Trata-se, na verdade, de um subsídio indireto às instituições privadas de ensino.
- 9 Program for International Student Assessment (PISA): baseia-se em uma avaliação de estudantes com 15 anos de idade e com menos do que dois anos de defasagem idade-série. O programa é patrocinado pela Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- 10 Ver, por exemplo, o artigo “Educação, um terrível círculo vicioso”, *O Estado de S. Paulo*, 23/8/2010, pág. 2, acessível em http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100823/not_imp598934,0.php

UM CRIME DE ESTADO PERMANECE IMPUNE, QUARENTA ANOS DEPOIS

Tadeu Breda
Jornalista

Reprodução/Daniel Garcia



Imagem e documentos de Rubens Paiva expostos no Memorial da Resistência, em São Paulo

*Em 1971, no Rio de Janeiro, o ex-deputado federal Rubens Paiva saiu de casa para prestar esclarecimentos no Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, conhecido pela sigla CISA. Nunca mais voltou. O lançamento do livro *Segredo de Estado – O Desaparecimento de Rubens Paiva*, de autoria do jornalista Jason Tércio, e uma exposição no Memorial da Resistência, em São Paulo, resgatam sua memória e a história da repressão quatro décadas depois do desaparecimento que simboliza, talvez como nenhum outro, os abusos da Ditadura Militar*



Jason Tércio, biógrafo de Rubens

No início da madrugada do dia 22 de janeiro de 1971, o telefone tocou na cabeceira da cama do médico Amílcar Lobo. Do outro lado da linha, um oficial do Destacamento de Operações e Informações (DOI) do I Exército, no Rio de Janeiro, exigia sua presença imediatamente. A missão era bem simples: verificar as condições de saúde de um prisioneiro e dizer se o interrogatório poderia continuar sem que o procedimento acabasse em tragédia.

“Ele era uma equimose só, estava roxo da ponta dos cabelos à ponta dos pés”, afirmaria o doutor Lobo à revista *Veja*, dezessete anos mais tarde. “Ele havia sido tor-

turado e, quando fui examiná-lo, verifiquei que seu abdômen estava endurecido. Suspeitei que teria havido uma ruptura do fígado ou do baço, pois elas provocam uma brutal hemorragia interna.”

A orientação do médico foi clara: “É melhor dar uma parada”, alertou. “Se ele não for para o hospital, vai ter poucas horas de vida”. Os torturadores não ouviram, e o diagnóstico se confirmaria ao amanhecer. “No mesmo dia, quando voltei ao quartel, um oficial me falou: ‘Aquele cara morreu’.”

Eis um pouco do pouco que se sabe sobre o caso mais emblemático de desaparecimento político durante a Ditadura Militar brasileira. O *cara* que morreu, e cujo

corpo jamais foi encontrado, era Rubens Beirodt Paiva, empresário, engenheiro e ex-deputado federal, casado e pai de cinco filhos, rico e influente, mas que, apesar de tudo isso, saiu de casa acompanhado por agentes do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) no dia 20 de janeiro de 1971 para prestar alguns esclarecimentos, no quartel da 3ª Zona Aérea, e nunca mais foi visto.

Em 2011, quando sua morte completa 40 anos de incertezas, as atrocidades cometidas pelo regime militar contra milhares de brasileiros voltam a ganhar espaço na memória coletiva. Por dois motivos.

O primeiro deles é o lançamento do livro *Segredo de Estado – O Desaparecimento de Rubens Paiva*, publicado pela Editora Objetiva, até agora o material mais completo de que se tem notícia sobre o trágico fim de seu protagonista. O autor da façanha é Jason Tércio, um jornalista carioca que não co-

nhecia Rubens Paiva pessoalmente nem era amigo da família, mas que escreveu o livro “com o coração e as entranhas, porque a história de Rubens Paiva é a história de algo recorrente na humanidade: a luta pela liberdade”.

Não faltou motivação, portanto, para que Tércio se debruçasse sobre qualquer pedaço de papel que, perdido nos escassos arquivos disponíveis em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, pudesse oferecer alguma pista sobre seu personagem. Nos quatro anos e meio que dedicou ao livro, num trabalho diário de pesquisa e sistematização, o autor também entrevistou mais de 50 pessoas. E, quando sentou para escrevê-lo, lançou mão de recursos literários para “exprimir todo o conteúdo humano” presente nesta vida e morte desaparecida.

“Meu objetivo é contar quem foi Rubens Paiva e como tudo aconteceu”, define Jason Tércio. “Há partes no livro que são invenções, mas não no sentido de mentira, e sim no de recriação da realidade. Todos os fatos relacionados à prisão, interrogatório e morte de Rubens Paiva estão rigorosamente baseados em documentação, depoimentos e outras fontes de informação. Trata-se de um romance de não-ficção.”

Apesar de haver trabalhado duro para lançar *Segredo de Estado*, e ter conseguido produzir uma obra elogiada pela família e amigos do desaparecido, Tércio faz questão de frisar que seu livro não deve ser encarado como a versão definitiva do caso Rubens Paiva.



Vladimir Sacchetta, curador da exposição

“Todo livro revela uma verdade provisória”, sublinha. “A história está sendo permanentemente reescrita na medida em que novos documentos são encontrados e reinterpretados”.

Além da “narrativa de fricção” escrita pelo jornalista carioca, há também uma exposição sobre Rubens percorrendo o circuito cultu-

ral brasileiro. *Não tens epitáfio pois és bandeira* pendurou nas paredes do Memorial da Resistência de São Paulo uma série de imagens, documentos e informações sobre a vida, os ideais e o sumiço do ex-deputado — sem esquecer da luta da família Paiva para conhecer seu paradeiro.

“Rubens Paiva foi o único deputado federal eleito pelo voto e cassado pelos militares que desaparece durante o regime. E não some no fundo da floresta, como aconteceu com os guerrilheiros que combateram no Araguaia. Era um sujeito com vida legal, com escritório de engenharia, nascido numa família de posses e que, de repente, foi sequestrado por agentes da Aeronáutica dentro de casa”, avalia Vladimir Sacchetta, curador da mostra. “O Rubens puxa uma fila de 184 nomes de desaparecidos políticos no Brasil, número que pode ser ainda maior. E o sentido da exposição, ao mos-

“O Rubens puxa uma fila de 184 desaparecidos políticos no Brasil. Ao mostrar a história desse desaparecido emblemático, a exposição evoca a memória de todas as pessoas que caíram fazendo resistência à Ditadura”, diz o curador Vladimir Sacchetta



Marcelo Rubens Paiva durante debate no auditório do Memorial

trar a história desse desaparecido emblemático, é exatamente evocar a memória de todas as pessoas que caíram fazendo resistência à ditadura”.

Sacchetta conta que não teve grandes dificuldades em acessar o vasto material fotográfico que compõe *Não tens epitáfio pois és bandeira*. Por exemplo, as imagens de Rubens em casa e nos momentos de lazer, que dominam boa parte da exposição, estavam devidamente encaixotadas e guardadas no armário de seus herdeiros. Porém, sem a menor organização. “Passei muitos dias abrindo pastas e vendo fotos. O material estava disperso entre a família, mas houve uma disposição muito grande em me dar acesso a tudo”, revela o curador.

“O Vladimir ficou horas em casa infernizando minha vida e a do meu gato, vasculhando caixas e escaneando imagens que nem a gente sabia que existia”, confessa o escritor Marcelo Rubens Paiva, único varão entre as filhas de Rubens. Entre os tesouros da exposição, Marcelo destaca um cartão postal enviado à sua mãe, Eunice, pelo líder da Revolução Vietnamita, Ho Chi Minh. “Só depois fui saber que eles tinham se conhecido em Moscou”, explica.

O curador da mostra também tem sua preferida: uma carta escrita por Rubens do exílio, no final de 1964, e endereçada à sua extensa prole. “O envelope é de Londres, e ele se refere a um passeio que fez até Liverpool e começa a falar dos Beatles para as crianças.

Ali dá para ver que era um pai de família, um sujeito carinhoso com os filhos”. Sacchetta argumenta que os fragmentos da vida pessoal de Rubens ajudam a construir o perfil do homem público que foi, mas acredita que as informações mais importantes sobre o caso ainda estão por vir. “O interessante mesmo vai ser encontrar os papéis da repressão”.

Neste ponto, nem Sacchetta nem Tércio colheram bons resultados. Praticamente não há documentação oficial sobre o seqüestro, prisão, tortura, morte e desaparecimento de Rubens Paiva. Por exemplo, os documentos do CISA recentemente desclassificados pela Aeronáutica não trazem uma linha sequer a respeito de sua prisão. “A gente sabe que os papéis sobre

os desaparecidos políticos foram limpos e filtrados. Não só desapareceram com os restos mortais, como também desapareceram com os documentos da repressão”, diz o autor do livro.

O dia 20 de janeiro de 1971 amanheceu com sol no Rio de Janeiro. O calor combinava muito bem com o feriado em louvor a São Sebastião, padroeiro da cidade. Rubens Paiva não era afeito a missas e, depois de dormir até mais tarde e bater papo com alguns amigos, estava prestes a pegar uma praia com a família. Então os militares tocaram a campainha, e a inesperada visita interrompeu não apenas o programa vespertino, como também o projeto de toda uma vida.

O fio que levou a repressão até o sobrado dos Paiva, no Leblon, começou a ser puxado bem longe da capital carioca. A embaixada brasileira no Chile seguiu os passos de duas mulheres que haviam ido a Santiago visitar um exilado chamado Luiz Rodolfo. Uma delas era sua mãe, Cecília, professora de francês no tradicional Colégio Sion, do Rio; a outra, Marília, sua cunhada, estudante de ciências sociais.

Ambas foram monitoradas quando subiram no avião para voltar ao Brasil. Quando o Boeing da Varig proveniente de Santiago aterrissou no Aeroporto do Galeão, na noite de 19 de janeiro de 1971, agentes do CISA já estavam à espreita. As duas mulheres foram detidas antes mesmo de desembarcar. Os órgãos de inteligência haviam sido previamente informados



Professora Vera Paiva



Almino Affonso, ministro de Jango

de que elas traziam algumas cartas do país vizinho — e não tiveram dificuldade em localizá-las junto ao corpo das prisioneiras. Eram correspondências entregues pelos exilados no Chile, com a incumbência de serem distribuídas a seus

destinatários no Brasil. Uma delas tinha um número de telefone.

Os militares exigiram que Cecília ligasse e pedisse o endereço de quem respondesse do outro lado da linha, sob o pretexto de levar o envelope. Ela ligou — e Rubens Paiva atendeu, repassando prontamente as informações. No dia seguinte, seis homens armados entrariam em sua casa, na rua Delfim Moreira, e não encontrariam qualquer resistência para levá-lo à 3ª Zona Aérea. Rubens trocou a bermuda pelo terno, disse aos filhos que surgira um compromisso de última hora, coisas de trabalho, e desapareceu pela porta da frente. Literalmente.

“Quando um membro da família desaparece, a gente fica numa situação muito difícil. Se decretamos luto, estamos matando a pessoa sem ter certeza de que ela realmente morreu. É muito complicado”, explica Vera Paiva, fi-

No dia 20 de janeiro de 1971, seis homens armados entrariam em sua casa e não encontrariam resistência para levá-lo à 3ª Zona Aérea. Rubens trocou a bermuda pelo terno, disse aos filhos que surgira um compromisso de última hora e desapareceu pela porta. Literalmente



Os irmãos Paiva e, na imagem ao fundo, Rubens e a esposa Eunice

Iha de Rubens, que, aos 17 anos, estava estudando na Inglaterra quando o pai foi levado pelos militares.

“Conheci o Rubens Paiva num congresso da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo. Ele militava no Centro Acadêmico Horácio Lanes, do Mackenzie, e eu no XI de Agosto, do Largo São Francisco. Aí nos fizemos irmãos: a identidade entre nós, tanto ideológica como humana, foi instantânea e absoluta. Depois, entramos juntos para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e demos à nossa luta uma outra dimensão”, analisa o advogado Almino Affonso, companheiro de aventuras políticas e parlamentares.

Assim como outros amigos e correligionários, Almino, que foi ministro do Trabalho no governo

A CPI que, em 1963, investigou as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foi um dos trabalhos mais importantes de Rubens Paiva na Câmara Federal. A CPI desvelou o caráter golpista do IBAD e seu financiamento estrangeiro

João Goulart, tem poucas dúvidas sobre as razões que levaram o empresário aos porões do CISA e, depois, do DOI naquela quarta-feira ensolarada. “Acredito que o Rubens ficou marcado devido ao seu trabalho na CPI do IBAD ainda quando era deputado”.

A Comissão Parlamentar de Inquérito que, em 1963, investigou as atividades do Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi um dos trabalhos mais importantes de Rubens Paiva na Câmara dos Deputados. Segundo a pesquisadora Christiane Jalles de Paula, da Fundação Getúlio Vargas, o IBAD “foi fundado em maio de 1959 com o objetivo de combater o comunismo no Brasil e influir nos rumos do

debate econômico, político e social do país”.

A CPI acabou desvelando um intrincado esquema ilegal de financiamento de campanhas políticas com tintas golpistas, que beneficiavam opositores do governo João Goulart. Parlamentares considerados comunistas também eram alvo da azeitada máquina propagandística do IBAD, que chegou até mesmo a alugar o jornal carioca *A Noite* para incrementar a desmoralização dos adversários perante a opinião pública.

Uma das grandes descobertas da CPI foi a revelação de que boa parte da documentação do IBAD havia sido queimada antes de se iniciarem as investigações. “Mesmo assim”, continua a pesquisadora da FGV, “foi possível reconstruir parte da história e demonstrar, com base em abundante documentação, que o dinheiro do instituto provinha de várias firmas estrangeiras, na maioria norte-americanas.”

“O IBAD dizia defender os valores democráticos, mas não era mais do que uma corporação internacional com interesses muito bem definidos”, complementa Almino Affonso, que também integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito. “Naquela CPI, Rubens Paiva lutou sua luta mais importante. Infelizmente, coube a ele comer o pedaço mais amargo do pão.”

Duas iniciativas em tramitação no Congresso Nacional podem acabar com o mistério envolvendo o desaparecimento de Rubens Paiva e demais desaparecidos políticos durante a ditadura militar. Uma delas já está pronta para votação

no plenário da Câmara: é o Projeto de Lei 219/2003, proposto pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), que prevê o fim do sigilo eterno para documentos públicos de qualquer natureza.

Se aprovado, o texto garantirá que nenhum papel fique longe do público por mais de 50 anos. Haverá três níveis de sigilo: os arquivos “reservados” poderão ficar apenas cinco anos inacessíveis aos cidadãos; os “segredos”, 15 anos; e os “ultrasegredos”, 25 anos, com a possibilidade de prorrogação por igual período. Atualmente, os órgãos públicos podem renovar indefinidamente o sigilo de seus documentos.

A votação mais esperada e controvertida, no entanto, é a do Projeto de Lei 7.376/2010, que cria a Comissão Nacional da Verdade para examinar e esclarecer as “graves violações de direitos humanos” praticadas entre 1946 e 1985, “a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a re-

conciliação nacional”.

“A base do governo tem maioria para aprovar o texto, mas sua formação é bastante heterogênea. Alguns setores governistas têm origens na antiga Arena e em outros partidos que apoiaram o regime, e podem se opor ao projeto”, explica o deputado Domingos Dutra (PT-MA). “O clima é favorável. O governo tem interesse prioritário na votação e outros países da América do Sul, como Chile e Argentina, já realizaram suas comissões da verdade. Vai depender muito da pressão social”.

O presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, ligada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Marco Antônio Rodrigues Barbosa, explica que o Estado brasileiro já reconheceu os abusos do regime militar ao publicar, em 2007, um livro chamado *Direito à Memória e à Verdade*, em que ratifica sua responsabilidade pelos assassinatos e as ocultações de cadáver. “São mais de 500 casos entre mortos e desaparecidos no país. Seguimos realizando buscas nos cemitérios de Vila Formosa e Perus, em São Paulo, e também no Rio de Janeiro”.

Para Rose Nogueira, presidente da seção paulista do Grupo Tortura Nunca Mais, a questão é muito simples. “Quando se muda o sistema de governo, devemos promover uma Justiça de transição para apurar o que aconteceu no regime anterior”, opina. “Não podemos aceitar a auto-anistia. Com a lei que temos, fica uma enorme sensação de impunidade.”

“São mais de 500 casos entre mortos e desaparecidos no país. Seguimos realizando buscas nos cemitérios de Vila Formosa e Perus, em São Paulo, e também no Rio de Janeiro”, explica o presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, Marco Barbosa

NA ERA DAS CHACINAS, CRIMES DE MAIO SEGUEM SEM CASTIGO

Fausto Salvadori
Jornalista

Daniel Garcia



No Sindicato dos Jornalistas, Débora Maria denuncia o terrorismo do Estado

Evento que exigiu o fim da impunidade para os Crimes de Maio de 2006 reuniu vítimas da violência policial de vários Estados e deixou claro que os massacres de pobres e jovens — cometidos pela Polícia Militar e por grupos de extermínio a ela ligados — não se limitam a São Paulo e têm uma extensa cronologia. “Temos de mudar a política de segurança pública, que é de extermínio e repressão da população empobrecida nas periferias”, denunciou Débora Maria, das Mães de Maio, cujo filho foi encontrado morto a tiros após abordagem da PM. Era gari e levava no bolso o holerite

“**F**az cinco anos e parece mentira ainda”, disse a jornalista Rose Nogueira

ao presidir o evento de lançamento do livro *Mães de Maio – do Luto à Luta*¹, ocorrido no último dia 12 de maio, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Parece mentira ainda que 493 pessoas tenham sido assassinadas no estado de São Paulo entre 12 e 20 de maio de 2006, aproximadamente o mesmo número de mortos em vinte anos de Ditadura Militar. Principalmente, parece mentira que o Estado até agora tenha sido incapaz de punir os policiais que comprovadamente praticaram a maior parte destes crimes — fosse agindo de cara limpa em execuções registradas como “resistências seguidas de morte”, fosse vestindo a touca ninja dos grupos de extermínio.

Em sua fala, Rose, ela própria uma sobrevivente da violência do Estado, que em 1969 foi presa como “terrorista” quando ainda amamentava um filho de 33 dias², recordou uma declaração ouvida durante os dias de cárcere no Presídio Tiradentes. “Os carrascos da Ditadura diziam que, para cada agente do Estado que fosse morto, eles matariam outras dez pessoas, na base de dez para um”, afirma. Embora praticados em pleno período democrático, num ano eleitoral, os Crimes de Maio parecem ter seguido a mesma lógica. A onda de homicídios começou com uma série de ações coordenadas pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), que mataram



O livro *Mães de Maio - Do Luto à Luta*

43 agentes públicos, incluindo policiais, guardas civis, agentes penitenciários e um bombeiro — destes, 37 foram mortos nos dias 12 e 13. A partir do dia 14, quando os atentados do crime organizado já estavam praticamente encerrados, teve início a reação da polícia e dos grupos de extermínio, que em sete dias multiplicou por dez a quantidade de cadáveres nas ruas³.

São dados que fazem parte do principal estudo publicado sobre os Crimes de Maio, o relatório “São Paulo Sob Achaque”, produzido pela Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard em parceria com a ONG Justiça Global. O estudo afirma que o Estado foi responsável pela expansão do crime organizado nos presídios, ao estimular a política de encarceramento em massa sem resolver os problemas de superlotação, condições desumanas, torturas e chacinas, que permitiram ao PCC se legitimar entre os detentos.

Um monstro que o Estado não apenas pariu, como embalou: a rebelião de maio de 2006 teria sido motivada pela ação de um grupo de policiais, liderados pelo investigador Augusto Peña, que, segundo o Ministério Público, teria sequestrado e torturado um enteado do principal líder da facção, Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, em troca de um resgate de R\$ 300 mil. Além de preparar o terreno para o crescimento do PCC e permitir que a corrupção policial levasse à megarebelião do crime organizado, o Estado, por fim, também fracassou ao investigar e punir as execuções ilegais cometidas pela polícia como reação aos atentados.

“Temos de mudar a política de segurança pública, que é de extermínio e repressão da população empobrecida nas periferias”, denunciou a militante Débora Maria durante a cerimônia. Em 15 de maio de 2006, ela descobriu da pior maneira que o revide policial aos



Rose Nogueira, do GTNM-SP



Julinho: escravidão e violência



Maria Nacort corre perigo

ataques do PCC não estava apenas matando criminosos em confrontos, como pregava o governo. Neste dia, o filho de Débora, Edson Rogério Silva dos Santos, um gari de 29 anos, foi encontrado morto com cinco tiros logo após passar por uma abordagem policial, em Santos. “Ele levava no bolso o holerite do trabalho dele, que ficou manchado de sangue”, lembrou Débora. Após passar 40 dias imobilizada pela dor, Débora se levantou, uniu-se a outras duas mães que haviam perdido os filhos na mesma ocasião, Vera de Freitas e Ednalva Santos, e juntas fundaram a ong Mães de Maio, que luta para obter a punição não apenas dos assassinos de maio de 2006, mas também dos responsáveis pelo assassinato de 26 pessoas em abril de 2010 na Baixada Santista. “Cada um desses que tombou é como se também fosse meu filho”, disse Débora, em pé diante da plateia do sindicato. “E

nós não vamos desistir, porque Mãe de Maio é mãe do amor, é mãe da vida, não é mãe do medo.”

Débora foi muito aplaudida, e não era para menos: boa parte da plateia era formada por mães, pais, irmãs e irmãos de jovens pobres mortos pela polícia de várias partes do Brasil. O evento serviu para

“Os Crimes de Maio fazem parte da Era das Chacinas, em que o braço do Estado mata a população pobre e negra das periferias”, diz o historiador Danilo Dara. Quem se dispõe a lutar por justiça sofre retaliações e ameaças, como a capixaba Maria das Graças Nacort

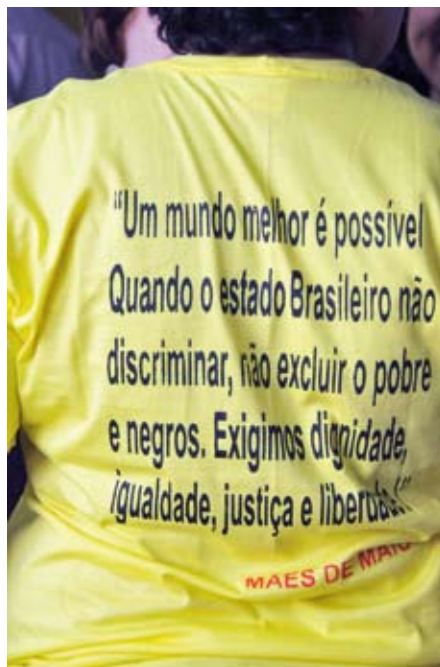
deixar claro que o tipo de violência que atingiu São Paulo em maio de 2006 vem ocorrendo há muito mais tempo e em muitos outros lugares. Entre os presentes, havia representantes de vários movimentos formados por familiares de vítimas da violência do Estado, de várias partes do país: a pioneira Rede Contra a Violência, surgida em 2004 nos morros cariocas, e o Conselho Popular, também do Rio de Janeiro; a Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Espírito Santo (Amafavv/ES); o Reaja ou Será Morto e a Associação de Familiares e Amigos de Presos, ambos da Bahia; o Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade e as Brigadas Populares, ambos de Minas Gerais.

“As vítimas dos Crimes de Maio fazem parte do que a Rede Contra a Violência chama de Era das Chacinas, em que o braço do Estado mata principalmente a popula-

ção pobre e negra das periferias”, afirmou o historiador Danilo Dara, colaborador do Mães de Maio. Inaugurada com a chacina de Acari (1990), a Era das Chacinas foi pintada com o sangue derramado em massacres como Carandiru (1992), Candelária e Vigário Geral (1993), Corumbiara (1995), Eldorado dos Carajás (1996), Praça da Sé e Felisburgo (2004), Baixada Fluminense (2005), Crimes de Maio (2006), Complexo do Alemão (2007), Morro da Providência (2008), Canabrava (2009), Crimes de Abril na Baixada Santista e Vitória da Conquista (2010).

Como lembra Dara no livro *Do Luto à Luta*, o Mapa da Violência do Ministério da Justiça apontou que mais de 500 mil pessoas foram mortas entre 1998 e 2008, em sua grande maioria jovens pobres e negros das periferias das metrópoles. “Essas mortes não são fruto do acaso, mas da construção de um país sobre um dos processos históricos mais violentos que a humanidade já viu, marcado por 350 anos de escravidão”, disse Julinho, militante do Círculo Palmarino. “As vítimas das chacinas são todas negras, porque o Estado não nos vê como um sujeito de direito”, acrescentou Regina Lúcia, do Movimento Negro Unificado.

Retaliações e ameaças por parte do poder público fazem parte da rotina das vítimas do Estado que se dispõem a lutar por justiça. “Sou uma pessoa marcada para morrer. Não sei se estarei viva quando voltar para o Espírito Santo”, disse Maria das Graças Nascimento Nacort, presidente da Amafavv/ES,



Na camiseta, um protesto...

que se tornou militante depois que seu filho, Pedro Nacort Filho, foi morto por quatro policiais militares no centro de Vitória. “Um policial já me disse: ‘Some do Estado ou vamos encher sua cara de tiro’. Mas eu não saio e não desisto da luta. Se morrer, vou morrer lutando por justiça”, disse. E lançou o mesmo

Vera Lúcia Gonzaga está presa desde 2008, acusada de traficar drogas. “Foi represália da polícia”, diz Débora. A tragédia que fez de Vera uma Mãe de Maio é das mais chocantes: sua filha Ana Paula e seu genro Eddie Joey, ambos de 24 anos, foram mortos por quatro ninjas em 2006



...contra o banho de sangue

apelo às outras militantes: “Lembra, mãe, que onde jorrou o sangue do seu filho jorrou o seu sangue também, e é por isso que você não deve se calar. Lute, mãe!”.

As Mães de Maio também denunciaram retaliações pesadas. Duas militantes foram presas acusadas de tráfico de drogas, em flagrantes que, segundo grupo, teriam sido forjados pela polícia. O caso mais recente ocorreu com uma das fundadoras do grupo, Ednalva Santos, mãe de Marcos Rebello Filho, assassinado aos 26 anos, com mais outros dois jovens, por quatro homens encapuzados. Em 4 de agosto de 2009, Ednalva e o marido foram surpreendidas pela chegada de uma viatura da PM que fez uma batida no bar do casal. “Um dos policiais me perguntou se eu era Mãe de Maio e se eu não iria parar com essas denúncias. Eu respondi que não, e que se o Estado matou meu filho deveria se responsabilizar”,



Gonzaga Dantas, ouvidor da PM

conta Ednalva. No dia seguinte, o bar passou por outra batida, dessa vez da Polícia Civil, que “encontrou” uma mochila cheia de papéletes de cocaína. Sob intensa pressão das outras Mães de Maio, Ednalva foi solta após oito dias na cadeia — já seu marido ainda passaria três meses numa penitenciária. “O juiz entendeu que a ação da polícia foi uma represália para tentar desmoralizar o movimento”, diz.

Outra companheira das Mães de Maio, Vera Lúcia Gonzaga, não teve a mesma sorte: permanece presa desde 2008, também acusada de tráfico de drogas. Débora não tem dúvidas: “Foi uma represália da po-

lícia”. A tragédia que transformou Vera numa Mãe de Maio é uma das mais chocantes entre os homicídios de 2006. Sua filha, Ana Paula Gonzaga dos Santos, foi assassinada junto com o marido, Eddie Joey Oliveira, ambos de 24 anos, em 15 de maio. O casal havia saído de casa, em Santos, para comprar uma caixa de leite. Foram cercados por quatro homens armados vestidos com toucas ninjas: testemunhas disseram que Eddie e Ana reconheceram os matadores como sendo policiais, apesar dos capuzes, e gritaram seus nomes. Eddie recebeu oito tiros. Ana, baleada cinco vezes, estava grávida de nove meses.

A cesariana de Ana estava marcada para dali a três dias. Era uma menina e receberia o nome de Bianca. A necropsia apontou que o feto, de 48 centímetros, tinha marcas de tiros na mão e no joelho esquerdos. “Para nós, o bebê também foi uma vítima. Nós contamos 494 mortos”, diz Débora. Enquanto os assassinos de Eddie, Ana e Bianca nunca foram punidos, a mãe de Ana continua presa até hoje.

A imagem do ultrassom de Bianca foi uma das dezenas de fotos que os militantes empunharam após o lançamento do livro, numa marcha pelas ruas do centro de São Paulo que saiu do Sindicato dos Jornalistas e terminou nas escadarias da

Catedral da Sé, onde o grupo depositou as fotos das dezenas de rostos pardos de jovens assassinados.

Os cartazes e as palavras de ordem resumiam as principais reivindicações do movimento. Um deles é a extinção dos boletins de ocorrência de “resistência seguida de morte” para registrar as mortes cometidas por policiais. Ausente do Código Penal, a figura da “resistência seguida de morte” prejudica a apuração dos crimes, pois impede que sejam julgados pelo Tribunal de Júri como os demais homicídios. “Resistência seguida de morte é eufemismo; os crimes da polícia também deveriam ser registrados como homicídio”, afirmou o ouvidor da polícia paulista, Luiz Gonzaga Dantas, durante o evento.

Outra reivindicação é a federalização da investigação sobre os Crimes de Maio de 2006 e Abril de 2010. O pedido para que Polícia Federal e Justiça Federal assumam as investigações dos crimes foi feito pelas Mães de Maio, juntamente com a Justiça Global e a Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura, e aguarda uma resposta do Procurador-Geral da República. Ao mesmo tempo, o grupo busca levar o caso também para a Organização dos Estados Americanos (OEA). “Vamos aonde for preciso para conseguir justiça”, promete Débora.

Notas

1 MOVIMENTO MÃES DE MAIO. *Mães de maio – do luto à luta*. São Paulo, 2011.

2 ALMADA, Izaiás; FREIRE, Alípio; PONCE, J. A. de Granville. *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo: Scipione, 1997.

3 INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. São Paulo sob Achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional em Maio de 2006. 2011. Disponível em <http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf><http://harvardhumanrights.files.wordpress.com/2011/05/full-with-cover.pdf>

NO PARAGUAI, A MEMÓRIA VIVA DA “LONGA E ESCURA NOITE DE 35 ANOS”

Daniela Alarcon e Bruno Mandelli
Jornalistas

Reprodução: Daniela Alarcón

Imagem marcante de crianças em protesto contra Stroessner é parte do acervo do Museu das Memórias



Assunção, 2004: a Fundação Celestina Pérez de Almada e a Mesa Memória Histórica e Arquivos da Repressão, ao lado de outras organizações, transformam um dos principais centros de repressão política mantidos pela ditadura de Stroessner, a sede da DNAT, em Museo de las Memorias. “As letras mortas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os tratados internacionais de repente recobram vida, com o funcionamento do Museu das Memórias e a abertura simultânea de cinco museus no interior do país”, diz o ex-presos político Martín Almada

“**D**epois me levaram à *Técnica*, em Assunção, e aí sim começou a tortura. O famoso [Antonio] Campos Alum me chamou (...) e então me dei conta de que tinha me dado mal. Ele me mostrou a banheira e as agulhas para descargas elétricas: ‘Isto é o que lhe espera, seu Félix.’” Militante das Ligas Agrárias paraguaias, Juan Félix Martínez foi uma das vítimas a passar pela Diretoria Nacional de Assuntos Técnicos (DNAT), conhecida como *La Técnica*, centro de repressão da ditadura de Alfredo Stroessner. Hoje, o relato de Martínez sobre as sevícias sofridas, bem como outros depoimentos de vítimas, podem ser lidos no Relatório Final da Comissão de Verdade e Justiça, documento oficial do Estado paraguaio. O antigo endereço da Técnica, por sua vez, abriga o Museu das Memórias. Ambas as iniciativas são frutos da mobilização de vítimas e familiares em torno do direito à memória e à reparação das violações aos direitos humanos.

“A memória é um espaço de luta política”, assevera Martín Almada, figura destacada no movimento das vítimas e familiares, e autor do contundente relato *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exiliado*. No Estado vizinho, os avanços foram significativamente maiores que no Brasil: ali, o Arquivo do Terror tornou-se público há quase vinte anos, os trabalhos da Comissão de Verdade e Justiça fortaleceram o debate, e as violações aos direitos humanos são, inclusive, tema de uma disci-

plina obrigatória no ensino básico. “Fazemos votos de que a disposição manifestada pela presidenta do Brasil em relação à abertura dos arquivos militares brasileiros tenha resultado, o que permitiria às vítimas do terrorismo de Estado e a seus familiares superar o pesadelo e as recordações envenenadas”, diz Almada. “A sociedade brasileira tem que ser oxigenada, educando a partir da memória, para construir o futuro”.

Acusado de ser um “terrorista intelectual”, Almada foi preso em 1974. Retornara havia pouco da Argentina — onde acabara de defender sua “subversiva” tese de doutorado, *Paraguay: Educación y Dependencia* — e atuava como advogado e educador popular, além de militar no Movimento Popular Colorado (Mopoco), dissidência do partido governista. Só seria libertado três anos depois, após percorrer diferentes locais de detenção e enfrentar intensas torturas (vide *Revista Adusp* 45, 2009). Sua mulher, Celestina Pérez de Almada, foi repetidamente forçada pelos repressores a ouvir, por telefone, as sessões de tortura impostas a ele; em decorrência da violência psicológica, sofreu um ataque car-



Fachada do Museu, no antigo prédio da DNAT

díaco e morreu sem receber qualquer assistência.

“Nosso afã de conhecer a verdade e exigir justiça nos levou a descobrir três toneladas de documentos da Operação Condor, pacto criminoso entre os governos da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai na década de 70”, lembra Almada. Valendo-se da possibilidade aberta pela Constituição Federal de 1992, ele solicitou um *habeas data*, desencadeando a operação que, em 22 de dezembro daquele ano, localizou o chamado Arquivo do Terror. Em uma delegacia de Lambaré, município próximo a Assunção, encerravam-se pilhas de documentos, provas irrefutáveis dos crimes do regime. Porém, apenas encontrá-los não seria o suficiente para avançar no processo de recuperação da me-

O ARQUIVO DO TERROR E A "OPERAÇÃO CONDOR"



Passeata contra a ditadura



Impressionante prisão de um opositor do regime

mória. Era preciso difundir-los.

Em 2004, em conjunto com outras organizações, a Fundação Celestina Pérez de Almada, presidida por Martín Almada, e a Mesa Memória Histórica e Arquivos da Repressão transformaram o edifício da *Técnica* no Museu das Memórias. “As letras mortas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os tratados internacionais de repente recobram vida, com o funcionamento do Museu das Memórias e a abertura simultânea de cinco museus no interior do país”, diz Almada. “Cada passo dado para permitir a abertura e funcionamento dos museus implicou em superar as pretensões dos nostálgicos da ditadura de apagar a memória”.

Na casa da rua Chile, a repressão e a resistência levada a cabo por milhares de homens e mulheres são lembradas por meio de painéis, fotografias, escritos, objetos pessoais, mobiliário e outras peças. Também se denuncia o culto à personalidade do ditador Stroessner, evidenciado pela onipresença de efígies: são moedas, chaveiros, bustos, fotografias retocadas e até uma tapeçaria reproduzindo um retrato de corpo inteiro. Há ainda uma compilação das “frases memoráveis de um grande

mandatário”, junto a mensagens e discursos gravados em vinil.

Um amplo mapa do Paraguai aparece salpicado de pontos negros e vermelhos, demonstrando a extensão territorial do aparato repressivo; na mesma sala, uma maquete reproduz os contornos da penitenciária de Emboscada, com informações sobre o cotidiano dos presos políticos. Além disso, um extenso acervo documenta a articulação das ditaduras do Cone Sul.

Criada em 1956, sob instruções do tenente-coronel Robert Thierry, enviado pelo Departamento de Estado dos EUA com a missão expressa

de auxiliar o Ministério do Interior na criação de um “escritório anticomunista”, a DNAT tornou-se um dos principais braços repressivos da ditadura paraguaia. Seus agentes constituíam uma polícia política com jurisdição em todo o território nacional, responsável pela manutenção de uma rede de delatores, pelo fomento a grupos paramilitares de apoio ao regime e pela articulação das ações das Forças Armadas e das delegacias de polícia na perseguição a opositores.

A incorporação do *know-how* estadunidense significou uma reformulação nos métodos de inteligência do regime paraguaio. Antigas práticas de tortura, em especial os tradicionais espancamentos, foram substituídas por técnicas “científicas” — afogamentos, choques elétricos e a administração de drogas como o pentotal, o chamado “soro da verdade” — acompanhadas de avaliações médicas dos danos causados aos torturados. Embora boa parte das atividades dos agentes da DNAT fosse realizada em outros centros de repressão, estima-se que 2% dos presos políticos paraguaios tenham passado pelo pequeno prédio-sede, onde permaneceram longos períodos: a média de detenção era de 655

Criada em 1956, sob instruções do tenente-coronel Robert Thierry, enviado pelos EUA com a missão expressa de auxiliar o Ministério do Interior na criação de um “escritório anticomunista”, a DNAT tornou-se um dos principais braços repressivos da ditadura



Policiais armados barram manifestantes



Repressão a manifestação popular

dias. Nos testemunhos recolhidos pela Comissão de Verdade e Justiça, não são poucas as menções às torturas lá ocorridas. No museu, três ou quatro vitrines reúnem alguns dos instrumentos empregados nos interrogatórios. Nos fundos, foram preservadas duas pequenas celas: é como se pudéssemos ouvir o som da música executada no volume máximo durante as sessões de tortura, para encobrir os gritos.

“O Museu das Memórias funciona justamente em um dos centros de tortura mais tenebrosos mantidos pela ditadura”, observa o economista Ladislao Piñeiro Bareiro, ex-presos político. Quando estudante, Piñeiro foi detido seguidas vezes, por curtos períodos; sua última prisão, porém, efetuada em 1965, resultou em cinco anos de cárcere, seguidos por quase duas décadas de exílio. Para ele, a descoberta do Arquivo do Terror e as iniciativas desencadeadas a partir daí trouxeram à luz testemunhos inquestionáveis da repressão praticada no Cone Sul, evidenciando a responsabilidade da Doutrina de Segurança Nacional dos EUA na criminalização dos trabalhadores latinoamericanos e de suas reivindicações. “O museu cumpre uma missão muito

importante, sobretudo para as novas gerações, que não sofreram aquela longa e escura noite de 35 anos, na qual sofríamos detenções arbitrárias, torturas, desaparecimentos forçados e exílio, permanente estado de sítio e violações dos direitos humanos”.

Após a queda de Stroessner, em 1989, a DNAT não foi imediatamente desativada. Embora operando com mais discrição, permaneceu ativa, e realizou até mesmo pagamentos sigilosos a informantes, até 1992. Seu comandante seguia o mesmo dos tempos da ditadura: Antonio Campos Alum, citado no início desta reportagem. Só foi fechada após forte pressão parlamentar e a publi-

cação de reportagens denunciando as torturas efetuadas ali. Com o fim da DNAT e a descoberta do Arquivo do Terror, Campos Alum, temendo ser preso, fugiu para o Brasil, onde supostamente permanece até hoje — uma das recomendações da Comissão de Verdade e Justiça é que o governo paraguaio insista junto ao Brasil por sua extradição.

“O museu é da memória, do resgate, é o espaço que nega o esquecimento”, observa o escritor Victorio Suárez. Preso em 1975, só seria libertado em meados de 1977, depois de passar por diversas delegacias que serviam de prisões políticas e também pelo presídio de Emboscada. Desde a queda do regime autoritário, Suárez vem publicando artigos sobre a ditadura e os torturadores; em sua avaliação, o processo de consolidação democrática ainda está em curso, e figuras atuantes na ditadura persistem como “elementos enquistados no poder”. “A memória deve sempre retratar o que fomos e, por que não?, o que pretendemos ser”.

Em 2008, o trabalho da Comissão de Verdade e Justiça — criada pelo Parlamento paraguaio cinco anos antes, atendendo a uma petição pública — culminou na publi-

O Relatório Final da Comissão da Verdade e Justiça contém descrições dos métodos do terror de Estado, listas de vítimas e detalhes de casos paradigmáticos de prisão, tortura, violência sexual, exílio forçado e execução de opositores do regime

Em plena descoberta do Arquivo do Terror, Almada segura provas do controle policial das rádios Caritas e Nanduti



Documento cita infiltração policial no Mopoco


cação de seu Relatório Final, com o mote Anive haguã oiko [expressão em guarani, algo como “que não volte a ocorrer”]. A Comissão teve por objetivo investigar as violações aos direitos humanos cometidas por agentes estatais e paraestatais entre 1954 e 2003; seu foco principal recaiu sobre os 35 anos de ditadura de Stroessner. O relatório é resultado de uma série de audiências públicas temáticas, mais de duas mil entrevistas e testemunhos, e da consulta aos arquivos da ditadura paraguaia que já vieram a público. Em seus oito tomos, podem ser encontrados dados estatísticos sobre a repressão, descrições dos métodos do terror de Estado, listagem de vítimas e detalhes de alguns casos paradigmáticos das práticas de prisão, tortura, violência sexual, exílio forçado, desaparecimento e execução de opositores e lideranças populares.

Pela primeira vez, pôde-se ter uma imagem mais precisa do alcance da repressão que vitimou a sociedade paraguaia. A Comissão de Verdade e Justiça contou quase 20 mil detenções arbitrárias ou ilegais, mais de 18 mil opositores torturados, mais de três mil exilados, 336 desaparecidos e 59 executados. Durante o regime de Stroessner, um

em cada 67 adultos foi torturado. É também notável o número de cidadãos paraguaios que desapareceram enquanto estavam exilados em países vizinhos – 102 na Argentina e sete no Brasil –, em prováveis ações da operação Condor. Mas o relatório foi além: a grilagem de terras incentivada pela ditadura e a distribuição ilegal de terras públicas a latifundiários e apoiadores do regime, que atingiu 28% das terras aráveis do Paraguai, é tema de um dos volumes. Violações contra mulheres, crianças e povos indígenas, mesmo quando não apresentavam motivações explicitamente políticas, também foram abordadas, entendidas como responsabilidade do regime autoritário.

Os trabalhos da Comissão resultaram também em dez denúncias judiciais contra violadores, bem como em uma lista de 177 recomendações ao poder público paraguaio. Entre elas, dar continuidade à busca pelos restos dos desaparecidos políticos, preservar antigos centros de tortura como

3


POLICIA DE LA CAPITAL
DEPARTAMENTO DE INVESTIGACIONES
Asunción - Paraguay

00143F 0784

Asunción,
12 de noviembre de 1975.

Señar
Jefe de Policía de la Capital
Gral. de Div. DON FRANCISCO A. BRITZ
E. S. D.

Tengo el honor de dirigirme a esa superioridad a fin de elebr el siguiente informe:

1. Conseguimos infiltrar un nuevo elemento dentro de las fiñas del MOPOCO. Trabajará en la zona de POSADAS. Nuestro confidencial se llamará en adelante "SANDRO".
2. "SANDRO" estuvo en POSADAS para una reunión a llevarse a cabo en la casa de MARIA BERTONI, el día 16 de setiembre. La mencionada reunión no pudo llevarse a cabo por encontrarse gravemente enferma la dueña de casa, Sra. MARIA BERTONI.
3. Estuvieron, sin embargo, las siguientes personas que habfan llegado para la reunión: Dr. GOIBURU, los hermanos CENTURION, BEBA BERTONI, un señor LOPEZ y ADOLFO VENIALGO.
4. Este grupo invitó a "SANDRO" y fueron a una parrillada en las afueras de POSADAS. GOIBURU dijo a nuestro confidencial que por el momento no puede darle su dirección por razones de seguridad. Que está viviendo en CORRIENTES y ROSARIO respectivamente. Pidió a nuestro confidencial se informe de qué tranpas se hicieron en las elecciones para que el resultado haya sido tan grande a favor del Gobierno.; pidió además a nuestro confidencial consiga información sobre una Sra. de apellido LEGUIZAMON, que es pasera, y que habría sido tomada y castigada junto con su hijita por la Policía. Además, trató de entrevistar al Dr. MARTIN ALMADA para conocer su real estado de salud. Ellos tienen informes de que MARTIN ALMADA está muy grave.
5. Informaron de que debe tratarse de conseguir la unificación lo antes posible con el equipo de MENDEZ FLEITAS. Que deben hablar de urgencia con MARTIN VENIALGO que es el más accesible. Además, MARTIN VENIALGO ofreció en más de una ocasión su estancia y una quinta para llevar a cabo reuniones y adiestramiento militar. "Ustedes conocen esa quinta, dijo GOIBURU; a 2.000 metros a la redonda nadie se acerca, pues tiene personal muy bien armado yustodiando el lugar". Uno de los presentes dijo: " Por lo visto MARTIN tiene miedo que se le gh ga algo".

Reproduções: Daniela Alarcón

3850

POLICIA DE LA CAPITAL
Caja de Investigaciones
Calle de San Esteban

00017 1317 00143F 1128

DORA MARTA LANDI **AGUSTINA DEL DE LANDI**

Hijo de **BERNARDINO IGNACIO LANDI** y **MARIA IGNACIA FRIA** (FUNDI)

Nacido el 19 de marzo de 1955 en **Maria Ignacia Fria** (Fundí)

Nacido **Argentina** Profesión **espleada** Ex. Civ. **soltera**

Lee **Español** Instrucción **Talla 1 m** Cas. Grupo **Observaciones** **INGRESO Por Pto. Stroessner a fines de enero de 1977**

Cara **blanco** Cabello **cast. rubio** Ojos **azules** Signos **-----**

Forma **vertical** Codo **arqueado** Ojo **salto**

Parpado **normal** Nariz **recta** Boca **levantada** Boca **mediana**

Labios **normal** Mentón **recto** Oreja **mediana** Labio **aberrado**

SEÑAS PARTICULARES **-----**

DOMICILIO **Barrío 652 (Tandil) Pcia. So. As. P. N. Moreno 584**

Nombre **PANINIENES** Domicilio **-----**

Nombre **MARTA** Varios **-----**

Asunción, 29 marzo de 1977

Pres. Penal No. **-----**

L. D. **-----**

AGUIAR	MERCÉ	MIRO	ANJAS	PEROCHI
--------	-------	------	-------	---------

Ficha da cidadã argentina Marta Landi

espaços de memória, alterar nomes de ruas e outros locais públicos que homenageiam violadores, e solicitar a outros países que abram seus arquivos relacionados à violação de direitos de cidadãos paraguaios. “Queremos uma paz na América Latina construída sobre a justiça, sobre a razão e o coração”, enfatiza Almada, “não a paz construída sobre a impunidade”.

PLÁGIO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA, VESPEIRO INTOCADO. OU NÃO?

Antonio Biondi
Jornalista



Casos recentes de plágio na produção acadêmica intensificam o debate sobre o problema, que é antigo, mas vem ganhando proporções inéditas. Uma questão se coloca: a possibilidade de vínculos entre o surto atual de plágios e fraudes científicas, de um lado; e o desenfreado produtivismo ditado pelas normas da Capes e amplificado por conta própria pelas universidades, de outro lado. Ganhou repercussão a demissão de um docente na USP, acompanhada da cassação do título de PhD de uma ex-aluna. Outro caso gerou processos disciplinares na Unicamp e na UFMT

Artigo publicado pelo *Journal of Cell Biology* traz uma revelação estarrecedora: entre 2002 e 2006, 25% dos artigos aceitos pela publicação continham imagens adulteradas. Pior, as conclusões de 1% dos artigos aceitos só se sustentavam a partir das imagens adulteradas. Os dados, obtidos graças a novos *softwares* que identificam esse tipo de manipulação nas imagens, demonstram o pantanoso, e delicado, terreno em que se encontram atualmente a pesquisa científica e seu *modus faciendi*.

O professor Luiz Henrique Lopes dos Santos, docente do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), cita o dado sempre que aborda o tema, acrescentando que, hoje, “não se sabe quase nada sobre o fenômeno do plágio nas pesquisas acadêmicas”. Coordenador da área de Humanidades da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo



Professor Lopes dos Santos

(Fapesp), Santos tem estudado bastante a questão. Explica que não há dados que indiquem se o problema está se agravando ou não, mas reconhece que a preocupação em relação ao tema tem se ampliado. “Até dez anos atrás, considerava-se natural, inevitável, esse tipo de situação, e avaliava-se que o sistema de críticas resolveria tais exceções”. Posteriormente, contudo, informações preocupantes se espalharam, e pesquisas apontaram distorções.

Fotos: Daniel Garcia



Professor Erney de Camargo

“Estudos estão demonstrando que o problema é maior do que se imaginava”, diz Santos.

Erney Plessmann de Camargo, professor titular do Instituto de Ciências Biomédicas da USP, ex-presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), destaca, em primeiro lugar, que o fenômeno não é recente. “Há cerca de meio século ouço falar de plágios e, pior do que isso, de roubos de idéias e

dados na USP”, recorda-se. “Em segundo lugar, não sei se o número de plágios está aumentando ou se o que está aumentando é nossa capacidade de detectá-los graças às facilidades de comunicação e acesso às publicações”.

Lívio Amaral, diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), entende que os casos de plágio são residuais em relação ao universo da pesquisa brasileira. Mas, adverte ele, “independentemente de ser residual, é preocupação nossa, certo que sim” (leia entrevista na p. 61).

Se no panorama mundial os encontros, discussões e pesquisas sobre o tema estão apenas começando, no Brasil a situação é ainda mais incipiente. Nos EUA, onde, de acordo com o professor Santos, as agências de fomento já lidam com o tema há cerca de dez anos, são identificados de 15 a 20 casos por ano. “Algo meio constante, em um universo de cerca de dois milhões de pesquisadores”, ressalta. No Reino Unido, um código de boa conduta nas pesquisas foi finalizado em 2010.

A controvérsia e escassez de informações que marcam as avaliações sobre a quantidade e a tendência ao plágio dão lugar, por outro lado, à certeza de que as motivações que envolvem o problema são muitas: da pura e simples falta de ética a carências formativas dos pesquisadores, das novas tecno-

logias à super-especialização de saberes, passando pelo cenário de produtivismo e conveniências que hoje aflige a universidade. É certo que as instituições terão de desenvolver políticas para lidar com o tema. Mas como conciliá-las com a enorme pressão por *papers* e resultados numéricos?

Valéria de Marco, professora da FFLCH-USP, entende que “a pressão que se tem por uma produção muito rápida de teses e ar-

“A pressão sobre professores e alunos, por uma produção muito rápida de teses e artigos, pode sim levar ao plágio”, diz a professora Valéria de Marco. “Se considerarmos os TCCs no país, o problema é grave e triste”, atesta a professora Edna Arcuri

tigos, tanto de alunos quanto de professores, pode, sim, levar ao plágio”. Um problema que atinge, diz ela, desde os trabalhos de conclusão de curso (TCC) a teses de variados níveis da pós-graduação. “Se considerarmos os TCCs no país, o problema é grave e triste”, atesta Edna Arcuri, professora titular aposentada da Escola de Enfermagem da USP. “Um problema grave, pois desrespeita princípios morais — sujeitos envolvidos — e éticos — a sociedade. Triste, pois muitos alunos nem percebem a gravidade da situação”.

As universidades não conseguem enfrentar tais questões? Para Valéria de Marco, “trata-se de uma crise de valores”, pois princípios como a fidedignidade às fontes, a originalidade etc. foram banalizados. “Existe, portanto, a pressão, mas também esse contexto de fundo”. Em relação à formação, o pesquisador não aprende, em alguns casos, sequer a citar uma obra ou autor: “Isso decorre, por exemplo, da falta de rigor na leitura, da leitura na internet, de uma pressa permanente”. Em áreas nas quais se depende de resultados, é mais simples identificar a intencionalidade do plágio, opina a professora. “Na área de Humanas é mais delicado: para identificar que houve um plágio, você tem que recuperar o texto e o processo de produção”.

Luiz Menna-Barreto, professor titular da Escola de Artes e Ciências Humanas (EACH-USP) e membro do Conselho Editorial da *Revista Adusp*, entende haver óbvia relação entre o plágio e a pressão por produção. Ele se baseia nas pesquisas que realiza a respeito de diferentes reações de indivíduos participantes de um determinado grupo, quando este é submetido, por inteiro, a uma mesma pressão. “Num extremo, há o que é pressionado e não publica; no outro extremo, há quem publique a qualquer custo”.

A exigência de alta produtividade individual pode fazer, por exemplo, com que o pesquisador

crie mecanismos deletérios, tais como fatiar suas descobertas em vários trabalhos. “A produtividade se torna um convite para a não produção de trabalhos mais amplos”, contribuindo “com a depauperação cultural que vivemos”, afirma Menna. “Hoje se confunde microscopia com profundidade. E, muitas vezes, o pessoal reducionista está de braços dados com o produtivismo”.

Plessmann de Camargo, porém, supõe que “uma resposta bem aceita seria a de que o aumento de plágios se deve à pressão crescente por maior produtividade”, para então contestar essa hipótese. “Plagiadores e falsificadores científicos são antes de tudo estelionatários primários”, os quais “ao serem flagrados em pleno delicto sempre preferirão se dizer vítimas de ‘pressões institucionais’ do que pura e simplesmente confessarem sua condição de estelionatários”.

Entre os que julgam, contudo, que “a necessidade pode levar as pessoas a cometerem atos ilegais: assaltar bancos, copiar ou fraudar trabalhos acadêmicos”, está Yaro Burian Jr., professor titular da Faculdade de Engenharia da Unicamp. Burian diz não ter “a menor dúvida” quanto à relação entre os casos de plágio e as exigências produtivistas em voga. Algo hoje determinante “não apenas para a manutenção de bolsas de pesquisa, como até para manutenção do salário dos docentes”,



Professora Valéria de Marco



Professora Edna Arcuri

Benedito Machado, professor da FMRP, pensa que o trabalho coletivo de professores e alunos de pós “inibe as tentações de publicação de resultados forjados ou plágio”, e não vê relação entre produtivismo e plágio. Do contrário, “grande parte da produção científica estaria sob suspeita”

ressalta, em alusão ao artigo “O fascínio dos rankings”, publicado por Fabrício Marques na edição de abril de 2011 da *Revista Fapesp*.

Benedito Honório Machado, professor titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), acredita porém não haver correlação entre tais fenômenos: “Se houvesse, grande parte da produção científica estaria sob suspeita”. Para ele, o trabalho coletivo

entre professores e estudantes de pós-graduação “inibe as tentações que possam existir para a publicação de resultados forjados ou mesmo do plágio”. Machado destaca, ainda, que o número de plágios e fraudes na comunidade científica mundial é muito pequeno, e certamente menor do que em qualquer outra atividade. “Os resultados e teses são sempre passíveis de se serem checados, especialmente se esses resultados apontarem para aspectos importantes e inovadores numa dada área do conhecimento”.

No cenário atual, é necessário se distinguir o bom do mau pesquisador. “Há os que acham mais rápido e fácil copiar e colar pedaços de diferentes trabalhos, realmente”, ressalta José Antonio Franchini Ramires, professor titular da Faculdade de Medicina da USP. Para Ramires, a quantidade de informações disponíveis hoje

PÓS CRESCE 20% A CADA TRIÊNIO, DIZ DIRETOR DA CAPES. “CASOS DE PLÁGIO SÃO RESIDUAIS”

CAPES/ACS

No entendimento de Lívio Amaral, diretor de Avaliação da Capes, os casos recentes de plágio são residuais e advêm sobretudo de aspectos éticos individuais. À frente de cerca de 900 pares envolvidos na avaliação em âmbito nacional, em instituições públicas e privadas, Amaral considera meritório que os principais eixos da política de avaliação da Capes tenham se mantido inalterados nos últimos 25 anos.

Os recentes casos de plágio podem ter origem nas exigências de produtividade a que os pesquisadores estão submetidos? Quais as possíveis relações entre esses fatores, ou as possíveis origens dos casos?

O plágio em qualquer atividade é produto da pessoa humana. Não se pode atribuir a alguém que tenha feito isso por alguma exigência. Plagiar é uma atitude de ética e de falta dela. Em qualquer setor, em qualquer campo, não é porque está pressionado que vai faltar com a ética. Um jornalista que sofre muita pressão para fazer suas matérias não é por isso que deixará de ser ético. Ética está no indivíduo, em como ele responde ao que está fora dele. Não é algo específico da academia, da pesquisa ou da pós-graduação.

Quais os pilares da avaliação da Capes? O que eles privilegiam?

Um programa de pós-graduação possui doutorado acadêmico, mestrado acadêmico e mestrado profissionalizante. No Brasil, são 2.900 programas do gênero. Todo esse universo é avaliado em cinco principais eixos, que são a proposta do programa (coerência, consistência, etc.); o corpo docente; o corpo discente (e suas teses de pós-graduação); a produção intelectual do programa (produção de livros, artigos, publicações, etc.); e sua inserção social.

Esses cinco eixos são os mesmos avaliados em todos



Professor Lívio Amaral

os programas. Onde pode aparecer algo que eticamente não esteja correto? Em teses e dissertações ou em produção intelectual. E tem surgido mais na produção intelectual.

Os casos de plágio, frente ao universo, são residuais? Eles preocupam?

Isso é residual. Numericamente se pode dizer isso. Mas não é por ser residual que devo ou não ter preocupações. A pós-graduação brasileira produziu 285 mil artigos ou *papers* (relatados e informados para a Capes) no período 2007-09. E 130 mil livros. Foi residual, foi. Por mais que tenha sido divulgado, noticiado, debatido,

não se chega a quatro, cinco casos, com grande esforço. Isso em universo de grande monta. Nenhum de nós vai poder garantir, contudo, que não tenha sido mais.

Independentemente de ser residual, é preocupação nossa, certo que sim. São duas questões diferentes, portanto: se é residual e se é uma preocupação. Por definição, a avaliação séria tem que se preocupar com isso.

A avaliação feita pela Capes mudou nos últimos anos?

A pós-graduação brasileira cresce a cada triênio mais de 20%. Dentro de três anos, podemos passar de 5 mil para 6 mil programas. A cada triênio, devemos nos preocupar com novos mecanismos operativos de avaliação, pois precisamos dar conta desse crescimento. Mas em termos dos cinco eixos é o que se vem fazendo desde 1976, quando é instituída a avaliação da pós-graduação brasileira. Nesse momento ela se estrutura em relação ao que era feito antes de forma incipiente.

Essa estrutura não foi alterada nos últimos seis ou oito ou dois anos. Mudou um pouquinho em alguns aspectos, mas na essência continua a mesma. É fundamentalmente a mesma. O que é o grande mérito da avaliação da pós brasileira.

deixa parte dos pesquisadores des-norteados, mas a falta de ética, de formação e de estrutura também pode levar ao plágio. “Isso pode acabar contaminando a instituição, formando as pessoas com o mesmo problema. Depois, para corrigir um grupo com má-formação, é muito difícil”.

Santos, da Fapesp, avalia que não há provas de relação entre plágio e produtivismo. “Acho até que não há relação. Está aumentando inclusive na graduação, onde as exigências não são aquelas a que os docentes se sujeitam, e que não são as exigências a que os alunos antes se submetiam”.

Ele diz, por outro lado, haver certa benevolência com o “colega do lado”: “A tolerância parece ser um fator importante para os casos acontecerem”. Quanto à responsabilidade fundamental frente ao tema, seria das próprias instituições onde se faz a pesquisa. “As universidades devem ter iniciativas de promoção, prevenção, investigação e punição”, um consenso mundial, de acordo com Santos (nos EUA, a lei define que a responsabilidade primária é das universidades). Quanto às agências de fomento: “Inevitavelmente, ao lado de outras instituições, também terão de se equipar para tratar do tema, por contarem com recursos públicos, lidarem com políticas públicas etc.”.

Ocorre que as agências de fomento figuram como causa e consequência do atual modelo, sendo

por ele retroalimentadas. Ao mesmo tempo que entende a Fapesp como “uma construção fenomenal”, Menna-Barreto ressalva que “a lógica da ‘ciência *shopping-center*’ predomina em todos os setores”, inclusive nas agências. Para ele, a ciência hoje “é vitrine, muita aparência, muito conhecimento de consumo”, embora “você vá encontrar alguns produtos de qualidade nessa vitrine”. O professor destaca que, por outro lado, o atual modelo acumula fissuras, como a falta de novidades e de originalidade.



Professor Menna-Barreto

“É preciso tranquilidade para refletir. Conhecimento não é produzido em série. Enquanto a universidade trabalha nessa aceleração, as grandes corporações contratam pessoas para pensar”, argumenta Valéria de Marco

“Os benefícios ou malefícios dos indicadores não residem neles próprios, mas no uso que fazemos deles”, argumenta Plessmann de Camargo. “O pior de todos os usos é o de querer aplicar indicadores adequados a uma área do conhecimento a todos os segmentos de uma universidade”, erro por sua vez “equivalente ao da agência de fomento que adota indicadores de uma área para todas as áreas de sua atuação”. Quando presidia o CNPq, relata ele, hou-

ve orientação enfática de que os julgamentos de pedidos de bolsas levassem em conta o conjunto da produção do pesquisador — em vez de se esgotarem em cálculos e medidas aritméticas de produtividade. “Recomendamos, com toda a clareza possível, maior subjetividade nos julgamentos. Nem sempre fomos atendidos”.

No âmbito interno à universidade, é preciso que os órgãos de avaliação saibam estimular a produção com qualidade e regularidade, na avaliação de Franchini Ramires. Ele entende que “produtividade não é quantidade”, embora em uma universidade de pesquisa “a publicação de algo faça parte da vida acadêmica”. Opina que as agências de fomento deram um grande estímulo às pesquisas, com erros e acertos, buscando a quantidade. “Agora é a hora de as agências não verem

PRESSÃO POR RESULTADOS ESTIMULA DESVIOS DE CONDUCTA, ADMITE PAULO BEIRÃO, DIRETOR DO CNPQ

Órgão cria comissão para examinar casos que envolvam bolsistas

“O CNPq vai tomar para si a responsabilidade de examinar casos de desvios na conduta da investigação científica cuja apuração realmente se mostre necessária”. A declaração é de Paulo Sérgio Lacerda Beirão, diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do CNPq. Professor do Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais, ele preside a comissão criada em 5 de maio de 2011 pelo órgão para pensar uma política específica sobre o tema.

A nova posição do CNPq diante do tema está alinhada a um entendimento internacional de que as agências de fomento devem ter papel ativo nesse assunto. “Se for confirmada a má-conduta, dependendo da gravidade, vamos tomar medidas que vão até a punição máxima, que é cortar os benefícios que a pessoa esteja recebendo do CNPq”, afirma Beirão. Diferentemente do que ocorre, por exemplo, nos Estados Unidos, onde há uma agência federal que investiga esse tipo de denúncia (*Office of Research Integrity*), no Brasil a apuração desses casos cabe à instituição à qual o cientista é vinculado. A novidade é que, por exemplo, no caso de denúncia de plágio contra um pesquisador da USP bolsista do CNPq, ele poderá ser investigado não só pela universidade como também pelo conselho.

O diretor do CNPq destaca que o trâmite da investigação será diferente do que ocorre atualmente em universidades públicas. “Não somos obrigados a seguir o ritual que existe, por exemplo, nas instituições públicas, de se fazer sindicância, processo administrativo, devido ao Estatuto do Servidor. Somos obrigados — e nem precisaria, pois é um princípio elementar — a garantir a defesa plena da pessoa. Ela será ouvida e a denúncia, avaliada por pares”. Beirão destaca, no entanto, que a comissão não está centrada na questão punitiva. Ao contrário, o foco maior seria a prevenção e o aspecto pedagógico. “Não queremos incentivar um denunciamento”.

Questionado sobre a opinião de docentes de que

a pressão por alta produtividade acadêmica pode estimular ou abrir brechas, por exemplo, para a prática do plágio, Beirão foi enfático. “Concordo plenamente. Essa pressão que existe para publicação numérica, só, tende a premiar quem faz esse tipo de coisa e muita gente faz isso de forma ilegítima, embora muitos façam de forma legítima. Mas há uma tentação e algumas pessoas podem se submeter a ela em função da pressão”.

Para ele, essa é uma preocupação atual do CNPq, que está fazendo uma “reconfiguração estratégica”, que inclui mudar os métodos de avaliação, dando ênfase maior à qualidade do que à quantidade de pesquisas e publicações. Embora pondere que essa nova política sobre casos de má-conduta seja um processo de construção, Beirão se diz “otimista” e anuncia: “Vai ser um alívio para as pessoas saberem que não precisam competir com pessoas desonestas”.

Os demais integrantes da comissão, que foram escolhidos pela diretoria-executiva do CNPq, são Gilberto Velho, do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da UFRJ; Alaor Silvério Chaves, professor titular do Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas da UFMG; Jailson Bittencourt de Andrade, professor titular do Departamento de Química Geral e Inorgânica do Instituto de Química da UFBA; e Walter Colli, professor titular no Instituto de Química da USP.

CNPq/ASCOM



Professor Paulo Beirão

mais a quantidade e sim a qualidade, a regularidade”.

Para Ramires, que ao longo de 13 anos integrou a Comissão Especial de Regimes de Trabalho da USP (CERT), e nos últimos cinco a presidiu, “se durante dois ou três anos nada é publicado, há algo errado; é preciso avaliar o que acontece”. Nessa comissão, história o professor titular do Instituto do Coração, viveu-se uma série de fases na avaliação da pesquisa e da produção acadêmica, entre elas a “fase de quantidade”, e até uma “fase de caça às bruxas”, que foram “fases inclusive da universidade”. Isso teria mudado:

“O último período não foi assim, pode ser que eu esteja errado, mas buscamos passar a conversar com os docentes atrás de soluções para o departamento e para o próprio docente”. Em sua retrospectiva, o professor admite que “muitos docentes achavam que a CERT era simplesmente um tribunal” (sobre a comissão, vide *Revista Adusp* 11, 21 e 22).

Há que se resgatar os valores da convivência, do rigor e do respeito na produção científica, esquecidos face aos atuais indicadores que primam pelo quantitativo, adverte Valéria de Marco. “É preciso tranquilidade para refletir. Conhecimento não é produzido em série. Enquanto a universidade trabalha nessa aceleração, as grandes corporações contratam pessoas para pensar”.



Daniel Garcia

Professor Sérgio Amadeu

Existem na ciência “desafetos, invejosos e caluniadores”, segundo Plessmann de Camargo. “Há erros de percepção e interpretação”. Por isso se requer provas muito consistentes para que se configure o plágio, e direito à ampla defesa

A forma atual de se avaliar o docente pode, por seu turno, ampliar distâncias. “Recebe quem já é, fica sem quem não tem”, resume Menna-Barreto. “O docente mais produtivo, por exemplo, é bolsista, recebe recursos adicionais. Isso o distancia cada vez mais de seus pares”. Mas o que poderia balizar as agências de fomento? “Realmente é difícil”, reconhece o professor, acrescentando que pretende apresentar

aos colegas a idéia de um plano de metas, que saia de um foco exclusivamente retrospectivo, e tenha um olhar prospectivo também. Tais planos seriam públicos, e poderiam ser atualizados a qualquer momento.

Menna conta que na EACH, também com vistas a atacar o problema do plágio na outra ponta, a disciplina Resolução de Problemas foi criada justamente para superar, ainda na graduação, dificuldades como as verificadas nas citações. E que a criação do mestrado de Estudos Culturais, absolutamente interdisciplinar, busca também construir novos caminhos para a produção acadêmica.

Enquanto não se chega a um diagnóstico consistente para o tema do plágio, universidades, agências e pesquisadores precisam estimular uma cultura de integridade, que determine e permita perceber, na prática, o que é má-conduta. “É preciso ter esses valores arraigados numa cultura de pesquisa”, defende Santos. “Não só no discurso, mas no comportamento cotidiano, adotando uma sanção difusa, hoje inexistente”.

É necessário, também, admitir que existem “desafetos, invejosos e caluniadores” no cotidiano da ciência, conforme comenta, sem cerimônia, Plessmann de Camargo. “E há erros de percepção e interpretação”. Precisa-se, assim, de provas muito substanciais e

consistentes para que se configure o plágio. Qualquer investigação deve acatar as disposições legais pertinentes, como o direito à ampla defesa. “Comprovado o delito, o plagiador deverá ser sumariamente desligado da universidade por justa causa”, sendo que “para as agências de fomento é mais fácil: basta impedir o acesso do meliante a seus recursos”. Caberia, por fim, impetrar ações judiciais diante de qualquer tipo de prejuízo à instituição ou a seus membros.

Em sua avaliação, os casos de plágio não ferem o corpo da ciência, não alteram seus princípios ou métodos. Possuem, contudo, conseqüências sérias para a imagem do cientista junto à sociedade. “Plagiadores e falsificadores são, antes de tudo, algozes da ética científica e agressores de nossa auto-estima”, completa o ex-presidente do CNPq.

Valéria de Marco conclui afirmando que “a competição obriga todos a andar depressa, exigindo também um julgamento com tal celeridade que pode torná-lo leviano”. Para ela, “tais dilemas criam o risco de desacreditar as instituições, a pesquisa, a ciência, o cientista — e a própria produção do conhecimento”.

Paralelamente às questões da produtividade e do plágio, ga-

na importância a discussão sobre os direitos autorais e sobre a quem pertence o conhecimento produzido na universidade. Menna-Barreto, da EACH, conta que converte para o laboratório do qual faz parte o direito autoral de seus livros. “É o mínimo que posso fazer. A universidade investe em mim desde sempre, tudo o que acumulei foi com dinheiro público”, afirma, lembrando que estudou no ensino público também no ginásio e que “a Fapesp me financiou em todos os níveis”.

Na visão de Menna-Barreto,

**Sérgio
Amadeu, professor
da UFABC, assinala que o plágio
se amplia pela forte mercantilização
da ciência: “Ele prolifera em ambientes
baseados na concorrência desmedida”. Mas
é preciso distinguir entre o plágio e as
“práticas recombinantes” típicas
da cultura digital**

“trata-se de uma questão moral simples”, mas que “aponta tanto para questões filosóficas quanto para medidas que poderiam ser tomadas de imediato”. Ele considera que a liberação de um docente para outra atividade pela CERT deveria se dar “só em al-

gumas situações muito especiais. E o recurso obtido nesse cenário deveria ser revertido para a universidade”.

O professor Sérgio Amadeu, da Universidade Federal do ABC, acredita que o plágio só será superado “com a superação do ideário exacerbado de propriedade intelectual que serve para bloquear a criatividade em prol de intermediários”. Recorre a Bernard Shaw, que dizia: “Se você tem uma maçã e eu outra, e nós trocamos as maçãs, então cada um terá sua maçã; mas se você tem uma idéia e eu outra, e nós as trocamos, então cada um terá duas idéias”.

O plágio se amplia em especial pela forte mercantilização da ciência e um produtivismo exagerado, pensa Amadeu: “Ele prolifera mais em ambientes baseados na estética da concorrência desmedida”.

O pesquisador destaca a importância de se diferenciar o plágio das “práticas recombinantes que caracterizam a cultura digital e a cultura pós-industrial”. Conclui, sem piedade: “Não se deve confundir autoria com propriedade, muito menos acreditar no ideal romântico que gerou o mito da originalidade e do gênio isolado e independente da herança cultural socialmente construída”.

EXONERAÇÃO DE PROFESSOR REAVIVA POLÊMICA NA USP

Beatriz Pasqualino
Jornalista



*A Comissão Processante que investigou caso de plágio envolvendo pesquisadores da Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto concluiu que imagens publicadas no artigo “Antiviral and antiparasite properties of an L-amino acid oxidase from the Snake **Bothrops jararaca**: Cloning and identification of a complete cDNA sequence”, de 2008, “já faziam parte de outros artigos publicados em 2003 e 2006, por outros autores”, e viu indícios de fraude. O líder do grupo, professor Andreimar Soares, foi exonerado pelo reitor da USP. Ele nega que tenha havido plágio. A ex-reitora Suely Vilela e outros co-autores foram poupados*

Dentre as cerca de seis mil teses e dissertações defendidas, a cada ano, na USP, menos de dez são contestadas por má-conduta científica. O dado é da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, que o considera “satisfatório”, mesmo porque seriam, em sua maioria, “denúncias infundadas”.

O mais recente caso oficializado de plágio teve um capítulo encerrado no último dia 19 de fevereiro, quando o *Diário Oficial do Estado de São Paulo* publicou a exoneração de Andreimar Martins Soares do cargo de Professor Doutor em regime de dedicação integral (RDIDP) na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto. Também foi publicada a anulação do título de Doutora concedido, em 2008, a Carolina

Dalaqua Sant’Ana Trevisol, orientanda de Andreimar. Ainda cabe recurso a ambos tanto internamente na universidade como judicialmente.

Procurado pela reportagem, Andreimar disse que não dará entrevistas, por orientação do advogado. Informou, porém, que impetrou um recurso administrativo na USP. Em seu currículo Lattes, consta que agora ele presta assessoria científica a uma empresa de biotecnologia que atua na produção de etanol em Ribeirão Preto. Carolina também não quis se pronunciar sobre o assunto, alegando que o caso “é extremamente político”.

A polêmica sobre esse episódio de má-conduta científica ganhou atenção da mídia nacional em novembro de 2009, depois ser noticiado, em primeira mão, na edição 296 do *Informativo Adusp*. A matéria

reportava denúncia de plágio contra o artigo “Antiviral and antiparasite properties of an L-amino acid oxidase from the Snake *Bothrops jararaca*: Cloning and identification of a complete cDNA sequence”, publicado em 2008 na revista eletrônica *Biochemical Pharmacology*, assinado por 11 pesquisadores, dentre eles a então reitora Suely Vilela e Andreimar, que coordenava o grupo. O artigo estava relacionado à tese de doutorado de Carolina Trevisol, também ela co-autora.

A denúncia foi encaminhada à USP por uma respeitada pesquisadora do Instituto de Microbiologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora Ângela Hampshire Lopes. (Ela descobriu o plágio por acaso, ao atuar numa banca examinadora na USP de Ribeirão Preto, ocasião em que teve acesso à

publicação do grupo de Andreimar.) O artigo contestado reproduzia imagens de microscopia eletrônica idênticas às que haviam sido divulgadas originalmente por Ângela e sete colaboradores em texto publicado em 2003 na revista *Antimicrobial Agents and Chemotherapy*. Essas imagens utilizadas no artigo de 2008 partiram da tese de Carolina.

Além disso, trechos semelhantes aos do artigo de 2003 foram publicados no texto de 2008, sem os devidos créditos. Pior do que isso, há indícios de fraude deliberada: enquanto a seqüência de imagens publicada no artigo de Angela Lopes e outros, “Antileishmanial Activity of a Linalool-Rich Essential Oil from *Croton cajucara*”, mostra a ação de óleo essencial rico na substância linalol, extraído de folhas da planta *Croton cajucara*, sobre o protozoário *Leishmania amazonensis*, no artigo do grupo de Andreimar as mesmas imagens recebem legenda explicativa diferente, que informa tratar-se do efeito de L-aminoácido oxidase (LAAO) extraído da cobra *Bothrops jararaca* sobre o protozoário *Trypanosoma cruzi*, segundo o *Informativo Adusp* 296.

“Apesar de substância e parasita citados serem diferentes, a redação para o processo que se observa nas imagens é precisamente a mesma. O artigo de 2008 traz outras imagens produzidas por microscópio eletrônico que registrariam tratamento de parasitas *Leishmania amazonensis* por LAAO de jararaca, mas a explicação do que se vê ali é literalmente

Arquivo pessoal



Professor Benedito Machado

igual a outro trecho do artigo em 2003”, completou o jornal.

**No início
de 2010, a revista
Biochemical Pharmacology publicou
retratação referente ao artigo contestado,
porque “os autores plagiaram figuras
transmitidas por microscópio eletrônico”
e porque o texto “representa um grave
abuso do sistema de publicações
científicas”**

Posteriormente, denunciou-se que o texto contestado trazia reproduções indevidas de outro artigo, de 2006. Como agravante, em nenhum dos casos houve qualquer referência ao trabalho da UFRJ. A *Revista Adusp* contactou a professora Ângela, que preferiu não comentar o assunto para não se “expor mais do que já fui exposta por ocasião do acontecimento”.

Uma comissão sindicante da USP, formada por docentes, iniciou os trabalhos ainda em 2009. Trocando em miúdos, a universidade passava a investigar, entre outras pessoas, sua própria reitora em fim de mandato. Em maio de 2010, uma Comissão Processante Disciplinar assumiu o caso e concluiu que as imagens questionadas “já faziam parte de outros artigos publicados em 2003 e 2006, por outros autores”. Sugeriu, então, a demissão de Andreimar, alegando que ele era o último autor e autor correspondente do artigo contestado. E, devido à “evidência de plágio” e “possível fraude” na tese de Carolina, recomendou a cassação do título de doutora obtido pela ex-aluna. Mas não propôs punições para os demais co-autores do artigo. O reitor Grandino Rodas acolheu, por fim, as conclusões da comissão. A reportagem tentou obter o relatório da comissão, porém a Reitoria informou que o documento é sigiloso.

No início de 2010, a *Biochemical Pharmacology* publicou retratação referente ao artigo contestado, justificando que “os autores plagiaram figuras transmitidas por microscópio eletrônico” e que o texto “representa um grave abuso do sistema de publicações científicas”. O artigo já fora retirado dos currículos Lattes de Andreimar, de Carolina e de Suely Vilela, tão logo a denúncia veio à tona.

Desde o início do processo, Andreimar nega que tenha havido plágio. Declarou ao *Informativo Adusp*

ESTUDOS SUGEREM MAIOR TAXA DE *RETRACTIONS* E MAIOR INCIDÊNCIA DE PRÁTICAS ANTI-ÉTICAS

Brasil começa a se inserir na discussão internacional, segundo pesquisadora da UFRJ

Para discutir o cenário nacional e internacional que se impõe quando o assunto é plágio acadêmico, a *Revista Adusp* conversou com Sonia Vasconcelos, pesquisadora na área de ética/integridade científica e professora adjunta do Programa de Educação, Gestão e Difusão em Biociências do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ.

A sra. deu declarações recentes sobre o aumento do plágio acadêmico/científico. A partir de quais pesquisas chegou-se a essa constatação?

Estudos recentes têm sugerido um aumento na taxa de *retractions* (cancelamento de publicações) e na incidência de má-conduta associada a elas. Um deles é um artigo de 2010 de Grant Steen publicado no *Journal of Medical Ethics*, que indica que a taxa de crescimento das *retractions* nos últimos anos é superior à de crescimento de publicações na base do *PubMed*. Um outro estudo, de Elizabeth Wager, presidente do Comitê de Ética em Publicações (Cope), identificou que quase metade das *retractions* analisadas em sua pesquisa no *PubMed* (1988-2008) eram associadas à má-conduta. O percentual do plágio, em relação ao da fabricação de dados, era aproximadamente três vezes maior.

A impressão é de que há poucas regras padronizadas para definir o plágio objetivamente, o que pode gerar questionamento da conclusão de investigações ou até mesmo abrir brechas para direcionamento político. A sra. concorda?

De uma forma geral no contexto científico, “a apropriação de idéias, processos, resultados ou palavras de outros, sem o devido crédito”, é plágio e portanto má-conduta, segundo a definição do *Office of Research Integrity* dos Estados Unidos, que é abraçada por boa parte da comunidade científica. Mas essa definição abre espaço para a subjetividade. É importante nesse momento que os critérios para a

Arquivo pessoal



Professora Sônia Vasconcelos

aplicação dessa definição sejam mais claros no cenário da produção acadêmica. Se isso não acontece, o risco de haver exageros não é pequeno.

As universidades brasileiras estão bem colocadas no cenário internacional no debate sobre plágio?

Ainda não. Estamos apenas começando a nos inserir nessa discussão internacional, mas as perspectivas são boas. Em 2010 já tivemos o *I Brazilian Meeting on Research Integrity, Science and Publication Ethics* (I BRISPE: www.ibrispe.coppe.ufrj.br/port.php), com o envolvimento de várias instituições: UFRJ, USP, CBPF, IBICT, INPE, IAI, sem contar o apoio da Faperj e Fapesp. Isso é muito positivo e em algumas dessas instituições já há, por exemplo, disciplinas e seminários programados para 2011 abordando a integridade científica. Esse é um processo lento e há muito o que fazer, mas não estamos “dormindo”. Muito possivelmente seremos nós aqui no Brasil que iremos estimular iniciativas educacionais e editoriais na América Latina.

em 2009 que ocorreu “erro de substituição de figuras pela minha ex-aluna de doutorado”. Carolina, por sua vez, disse também à publicação que isso “é o que realmente aconteceu” e lamentou a situação.

Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, Andreimar considerou sua punição “extremamente alta e desproporcional” e que “o envolvimento da ex-reitora levou a uma conotação política”, predeterminando o resultado do processo: “Antes mesmo de me defender nas comissões sindicantes, já havia sido condenado”. Instada a comentar essa acusação, a Reitoria respondeu que “a pena de demissão foi sugerida pela Comissão Processante administrativa, constituída por professores, que examinou o processo por mais de um ano. Tal decisão foi acatada pelo reitor dada a gravidade do fato”.

Não seria esta a primeira vez que um docente da USP é exonerado após denúncia de plágio. Porém, houve casos que resultaram em outro tipo de punição, como a moção de censura ética aplicada em setembro de 2008 a Alejandro Szanto de Toledo (então diretor do Instituto de Física) e Nelson Carlin Filho (então vice-diretor da Fuvest). A denúncia era de que eles teriam copiado, em um artigo, trechos de um texto de outro físico da USP, o professor Mahir Hussein.

À época, Szanto afirmou que os trechos copiados eram fruto de “erros de referenciamento” e que a denúncia tinha motivação política. A conclusão das investigações, no entanto, foi de que houve desvio ético



Professora Suely Vilela



Professor Yaro Burian

Em 2008, dois docentes do Instituto de Física da USP foram acusados de plagiar trabalho do colega Mahir Hussein. A comissão que apurou o caso concluiu que houve desvio ético por “inaceitável falta de zelo” na preparação dos textos

dos docentes por uma “inaceitável falta de zelo” na preparação dos artigos publicados. Dias depois da punição, Carlin se demitiu do cargo na Fuvest. Em paralelo, Szanto revidou a denúncia, acusando Hussein de também ter plagiado um artigo. Este reconheceu a cópia, mas creditou-as a dois co-autores. Até o fechamento desta edição, a assessoria de imprensa da Reitoria não soube informar o desfecho dessa segunda denúncia,

nem sobre outros casos de exonerações por má-conduta científica.

Consultado sobre a exoneração de Andreimar, o professor titular Benedito Honório Machado, da FMRP, afirma que “é natural que esse autor tenha sido punido pela instituição à qual ele estava vinculado e onde realizou o trabalho em questão”. A responsabilidade no caso em questão caberia sim ao professor demitido, por ser o “avalista de todo o conteúdo”, na condição de principal signatário do artigo. “Entendo que esse autor é o principal responsável por qualquer problema eventualmente existente naquela publicação”, arremata Machado.

Na opinião da professora titular aposentada Edna Arcuri, da Escola de Enfermagem, a pena foi “drástica”, embora ela afirme não ter condições de julgar “com propriedade” se a considera justa. No entanto, adverte: “O plágio tornou-se questão

quase banal. A punição deveria ser discutida, conhecida e instituída para diferentes tipos de plágio, questão difícil de ser resolvida e operacionalizada. Ao longo de 50 anos de vida acadêmica constatei muito plágio na literatura nacional e internacional”.

Yaro Burian Jr., professor titular aposentado da Faculdade de Engenharia da Unicamp (onde ainda atua como colaborador), preferiu não opinar sobre a demissão, por desconhecer os meandros do caso. Para ele, é importante destacar que a ocorrência de plágio acadêmico está ligada à lógica de que a publicação de artigos serve para melhorar currículos e garantir bolsas, projetos, privilégios: “O plágio tem então uma conotação muito negativa: se artigo é moeda, plágio é roubo. A universidade passa a ter, além de suas missões originais, ensino, pesquisa e extensão, um papel policial, de prevenção e punição”.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* sobre o caso de Andreimar, o reitor Rodas declarou que “a pena serve como punição ao infrator, com efeito pedagógico aos demais”. A USP ganharia “por mostrar seriedade, não hesitando em ‘cortar a própria carne’, quando imprescindível”. Sobre esse assunto, o pró-reitor de Pós-Graduação, Vahan Agopyan, informou, sem mais detalhes, que nas reuniões do Conselho de Pós-Graduação de março e abril “alguns procedimentos novos foram discutidos e estes podem contribuir para a redução ou dificultar a realização das fraudes”.

O debate precisa ser ampliado e aprofundado pela universidade, propõe Edna Arcuri. “O insucesso no ensinamento do método científico, tolhendo a curiosidade, a auto-satisfação de utilizar corretamente a literatura para descobrir e produzir por si só, constitui também um sério problema educacional concernente ao plágio acadêmico”.

Como visto, embora o artigo condenado tenha sido assinado por 11 pesquisadores, somente Andreimar foi punido. Questionada sobre esse fato, a Reitoria argumentou que “no curso da instrução dos autos da sindicância, em diversas oportunidades

“Hoje há trabalhos nos quais a primeira página contém, além do título, a relação dos autores. Dezenas”, diz Burian Jr. “Além de melhorar o currículo de todos, que significa? Co-autoria só vale para benefícios, não envolve responsabilidade?”

o professor Andreimar reiterou que assumia total responsabilidade pelos erros apontados, isentando os demais colaboradores”. Quando a denúncia veio à tona, a então reitora se isentou, afirmando à imprensa que sua contribuição no artigo não teve relação com a parte contestada. A *Revista Adusp* tentou por diversas vezes contatar Suely, por telefone e e-mail, para que comentasse o desfecho do processo, mas não conseguiu.

À vista da cômoda situação da ex-reitora, Burian Jr. ataca os exageros na prática comum da autoria múltipla em publicações científicas, usada com a justificativa do alto grau de complexidade dos estudos. “Hoje há trabalhos publicados nos quais a primeira página contém, além do título, praticamente a relação dos autores. Dezenas. Que significa esta quantidade, além de melhorar o currículo de todos? Será que todos pelo menos leram o artigo? Fica então uma dúvida: co-autoria vale para benefícios, mas não envolve responsabilidade?”.

A discussão sobre integridade na pesquisa científica ainda tem um longo caminho a ser percorrido nas universidades brasileiras. Enquanto isso, soluções tecnológicas prometem ser aliadas no combate ao plágio. No início de 2011, a Capes orientou as instituições de ensino a seguirem as recomendações aprovadas em outubro de 2010 pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Entre elas está a adoção em larga escala de *software* “anti-plágio”, que faz rastreamento comparativo de um texto original com outras publicações em bancos de dados na Internet, apontando um índice de similaridade; e, adicionalmente, procedimentos internos para análise dos resultados, uma vez que “o programa não é absoluto”. O pró-reitor Vahan Agopyan pondera, no entanto, que ainda é preciso aprimorar esse tipo de *softwares*, pois eles “não têm a sua eficiência comprovada para línguas latinas como a nossa”.

UNICAMP E UFMT INVESTIGAM ACUSAÇÃO DE FRAUDE EM ARTIGOS

Antonio Biondi e Beatriz Pasqualino
Jornalistas

Luci Dias Rosal



Professor Denis Guerra

*A denúncia envolve um renomado pesquisador, que integrava o Comitê de Assessoramento de Química do CNPq, e foi endossada pela editora Elsevier, que publica o **Journal of Colloid and Interface Science**, onde foi publicado um dos artigos acusados de conter resultados obtidos mediante fraude. Cláudio Airoidi, professor da Unicamp em questão, e Denis Guerra, professor da UFMT, rebatem a acusação de má-conduta. Airoidi atribui a denúncia a um pesquisador português que teria levado a editora a um “julgamento fraudulento”*

Nilza Guirado



Vice-reitor Dutra Souto, da UFMT

Uma denúncia de plágio em 11 artigos científicos publicados entre 2008 e 2010 e assinados por seis pesquisadores da Unicamp e da UFMT está sob investigação dessas instituições. Recentemente foi concluída a sindicância interna instaurada pela Unicamp em 30 de março. Em nota, a universidade informou que a Comissão de Sindicância, seguindo a legislação que rege o funcionalismo público, “recomendou a abertura de processo administrativo disciplinar contra o docente da Unicamp, Cláudio Airoidi, conforme o artigo 175 do Estatuto do Servidor da universidade”. Durante o processo, ressalta a nota, “o professor terá direito a ampla defesa e ao contraditório, podendo acompanhar pessoalmente ou por meio de advogado todas as diligências requeridas pela Comissão”.

O parecer da sindicância da Unicamp e outros documentos da investigação foram enviados à UFMT, que já havia instaurado uma Comissão de Apuração em 15 de abril, segundo o vice-reitor Francisco José Dutra Souto. É a primeira vez em que a UFMT se vê envolvida em caso de má-conduta científica. “É

uma situação bastante séria e vai gerar um trâmite para próximos casos. Com o aumento da produção científica das universidades, sabemos que a tendência é crescer também a possibilidade de fraudes e plágios”, afirmou o vice-reitor.

Professor titular no Instituto de Química da Unicamp (onde leciona desde 1968), membro da Academia Brasileira de Ciência e associado da Sociedade Brasileira de Química, Airoidi é um dos pesquisadores mais renomados da área, e bolsista nível 1A do CNPq, o mais elevado na classificação. Após a denúncia chegar à mídia nacional, o CNPq anunciou o afastamento do docente de suas funções no Comitê de Assessoramento de Química do órgão até o fim da investigação. A *Revista Adusp* tentou localizar Airoidi por telefone na Unicamp, por e-mail e pelo Facebook, mas ele não entrou em contato até o fechamento desta edição.

A denúncia veio à tona depois que textos desse grupo de pesquisadores foram cancelados após publicação (as chamadas *retractions*, em que o texto perde a validade para a comunidade científica) pelas revistas da Elsevier, a maior editora de periódicos acadêmicos do mundo. A alegação da editora

foi de que “resultados fraudulentos foram encontrados no artigo”. O caso ganhou destaque no Brasil em matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em 31 de março de 2011, em que os autores do texto avaliavam que “tudo indica que se trata da denúncia mais séria de má-conduta científica da história da ciência brasileira”. Segundo o jornal, teria havido falsificação de imagens de ressonância magnética que servem para estudar características de novas moléculas.

Assina como autor correspondente do artigo inicial que gerou a denúncia Denis L. Guerra, hoje professor adjunto do Departamento de Recursos Minerais e dos programas de pós-graduação em Geociências e Química na UFMT e aluno de pós-graduação da Unicamp na época da publicação dos estudos. Aparecem como co-autores Marcos A. Carvalho, Victor L. Leidens e Rúbia R. Viana, da UFMT; e Alane A. Pinto, da Unicamp.

Em entrevista à *Revista Adusp*, Guerra contestou as acusações. “Não houve de maneira nenhuma intenção de fraude. As explicações já foram dadas à Elsevier, mas até agora não obtivemos resposta alguma. Eles nem explicam exatamente qual a razão da fraude”.

Para o professor da UFMT, indica preconceito a maneira como o caso foi tratado internacionalmente. “O professor Airoidi é muito respeitado, formou muitas pessoas, e recebemos um tratamento desses. Se eu tivesse uma nacionalidade americana, ou chinesa, ou indiana, seria tratado dessa forma? É como o cientista de Terceiro Mundo é tratado o que me chama a atenção”.

Dias antes de a denúncia ser feita pela *Folha de S. Paulo*, o blog *Retraction Watch* (<http://retractionwatch.wordpress.com>), especializado no tema de fraudes, plágios e retratações de pesquisas, publicou reportagem sobre a denúncia. O blog afirma ter recebido algumas declarações e informações de Airoidi por e-mail, nas quais o pesquisador nega a fraude e defende sua reputação — comprovada em mais de 400 publicações — e a de Guerra.

Ainda segundo o texto publicado no *Retraction Watch* em 28 de março, o professor da Unicamp teria dito que a denúncia partiu de um pesquisador português especialista nas questões abordadas nos artigos questionados. Airoidi teria tentado contato em Portugal com o colega acusador, a fim de que este demonstrasse como concluiu ter havido fraudes, e para comprovar que não se tratava disso. Contudo, relata, não obteve retorno. Concluiu que o pesquisador português levou a Elsevier a um “julgamento fradulento”.

“Agora estou em uma situação ruim em minha universidade e é possível que eu seja atingido por algumas restrições”, teria registrado por fim Airoidi, em e-mail enviado ao *Retraction Watch*.

Para o professor Guerra, a denúncia não tem fundamento. “O professor que fez a acusação nem da área ele é. Foi muito leviano. Ele conhece a técnica da ressonância, mas a usando para outra área. É um grande mal-

Na nota, reencaminhada à reportagem, a Elsevier explica que após as denúncias o caso foi investigado, inicialmente, pelo editor de um dos artigos denunciados, publicado no *Journal of Colloid and Interface Science (JCIS)*. Depois, outros três revisores independentes teriam analisado o problema. A conclusão, segundo a nota, teria sido de que “ficara claro” que os resultados “foram manipulados”, que algumas imagens utilizadas “não eram autênticas” e que se tratava de um “caso de fraude”. Ela teria sido corroborada por outros profissionais da Elsevier.

Além disso, a Elsevier alega, na nota, que encaminhou aos pesquisadores acusados os resultados das investigações, solicitando que se posicionassem a respeito da denúncia e enviassem as imagens originais que embasaram os artigos. O retorno dos cientistas brasileiros não demoveu a editora de suas conclusões: ela considerou que as imagens enviadas pelos pesquisadores no segundo momento não correspondiam àquelas publicadas originalmente nos artigos.

Embora os artigos questionados tenham sido despublicados pela editora, Guerra continua trabalhando para a Elsevier. “Sou revisor de vários jornais deles, e continuo com essa atividade forte com eles. É uma coisa estranha: você serve como revisor, mas não serve como pesquisador?”, questiona o docente da UFMT.

O professor

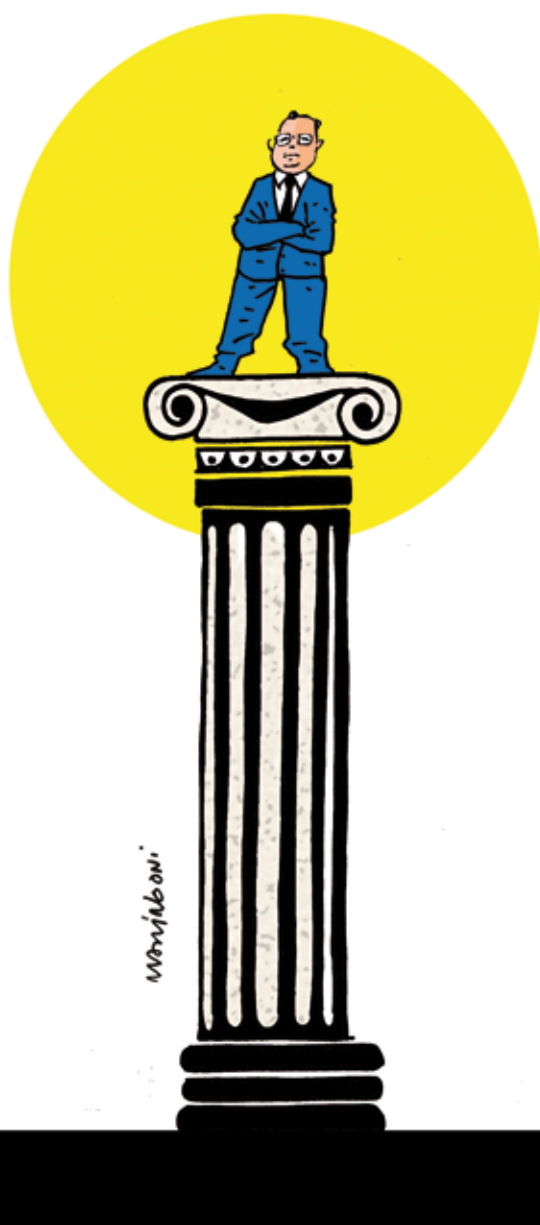
Denis Guerra, da UFMT, contesta as acusações. “Não houve intenção de fraude. As explicações já foram dadas à Elsevier, mas até agora não obtivemos resposta. Nem explicam exatamente qual a razão da fraude”

entendido, que no futuro vai se responder”.

Em mensagens eletrônicas trocadas com a *Revista Adusp*, Thomas Reller, vice-presidente de relações corporativas globais da editora Elsevier, declarou que seria “inapropriado para nós discutir o caso publicamente na imprensa”. Acrescentou que havia encaminhado nota de esclarecimentos ao blog *Retraction Watch*, e que não poderia ir além do exposto nela em seus comentários sobre a questão.

“MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA”, PROJETO DE RODAS

Marcel Gomes
Jornalista



O autoritarismo é visto como um traço da personalidade do reitor João Grandino Rodas que encontrou eco no Estatuto da USP, contestado pelas entidades representativas por delegar o comando da universidade a um grupo seleta de professores titulares. Alardeado no discurso de posse, o “papel de propositor e conciliador” foi esquecido por mais de um ano. No final do primeiro semestre de 2011, após sofrer alguns reveses, o reitor pareceu adotar uma tática de concessões, que lhe dá fôlego para implantar a estratégia privatista de “modernização conservadora” da USP

Quando foi empossado reitor da mais importante universidade brasileira, em 25 de janeiro de 2010, durante sessão solene na Sala São Paulo, o professor e jurista João Grandino Rodas prometeu ser um incentivador do diálogo. “O reitor nada mais é do que *primus inter pares* [primeiro entre iguais], cabendo a ele exercer, mais do que qualquer outro, o papel de proponente e conciliador, fazendo com que todos os segmentos da universidade possam nele vir a confiar cada vez mais”, disse na ocasião, retomando um dos temas centrais de sua campanha para a Reitoria.

O objetivo da mensagem era claro: visava virar a página da eleição que o levou ao cargo, quando foi escolhido pelo então governador José Serra apesar de segundo colocado na lista tríplice — uma inversão que não ocorria desde o governo Paulo Maluf, ainda na Ditadura Militar. Observadores da política universitária viram também na fala de Rodas um gesto para relegar ao passado a marcante entrada da tropa de choque da Polícia Militar na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, em agosto de 2007, quando ele, então diretor da unidade, acionou a força para expulsar militantes de movimentos sociais que haviam ocupado suas dependências.

Após um ano e meio de gestão, porém, não há dúvidas de que foram palavras ao vento. No mais das vezes, a relação de professores, alunos e, sobretudo, funcionários com a Reitoria não foi pautada por conciliação e confiança, mas por conflito. O autoritarismo é visto como um

traço da personalidade de Rodas que encontrou eco e respaldo no Estatuto da USP, tradicionalmente contestado por delegar o comando da universidade a um grupo minoritário de professores titulares. No

início de abril, o Ministério Público do Estado de São Paulo, dois meses após ser acionado pela própria Adusp, anunciou a instauração de inquérito civil para apurar “possíveis irregularidades na eleição de reitor da USP”. A suspeita é a de que o Estatuto da universidade, vigente desde 1988, viola preceitos da gestão democrática, preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ao manter funcionários e estudantes sub-representados no colégio eleitoral e em congregações.

Em termos de novidades de gestão e conflitos internos, o currículo da gestão Rodas na Reitoria da USP é extenso desde o início. Três meses depois de assumir o cargo, em abril de 2010, fortaleceu a cúpula universitária ao criar cinco cargos de pró-reitor adjunto e elevar ao nível de “vice-reitor executivo” o coordenador de Administração Geral e o presidente da Comissão de Cooperação Internacional (vide p. 85). Logo em seguida, em junho, teve de administrar uma greve de 57 dias e a ocupação do prédio da Reitoria por três semanas, em protesto dos funcionários contra o fim da isonomia salarial entre as categorias, depois que o Conselho de Reitores



Audiência na Alesp

das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), por ele presidido à época, concedeu espontaneamente, em fevereiro, aumento real de 6% apenas para os docentes, a título de “reestruturação de carreira”. Na USP, Rodas chegou a determinar o corte de salário dos trabalhadores em greve.

Em janeiro de 2011, a Reitoria demitiu sumariamente 271 funcionários, sob a justificativa de que já eram aposentados e não haviam prestado concurso público. Por fim, em abril deste ano, a tensão voltou a atingir seu grau máximo, quando trabalhadores de uma empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza para a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) iniciaram uma greve contra o atraso no pagamento dos salários. Diante da absoluta falta de condições de higiene, as aulas na faculdade chegaram a ser suspensas.

Em seguida, foi a vez dos funcionários da Reitoria cruzarem os braços. A decisão foi motivada pela transferência de mais de 400 deles para instalações fora do campus Butantã, enquanto o prédio da Antiga Reitoria é reformado e novas instalações são construídas no ter-



Protesto de terceirizados

reno onde ficam os antigos barracões, ao lado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA). “Além de não terem sido consultados sobre a mudança, eles têm medo de não voltarem mais ao campus”, diz a assistente social Neli Maria Wada, diretora do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

De acordo com a Reitoria, três endereços externos foram preparados para abrigar setores da USP enquanto são realizadas a “ampliação e revitalização” do campus Butantã. Um prédio na avenida Corifeu de Azevedo Marques recebe parte da Coordenadoria de Comunicação Social, o Departamento de Registros Acadêmicos da Secretaria Geral e a Editora da USP. Na rua 15 de Novembro, no centro da cidade, será instalada a Procuradoria Geral da USP. E um centro empresarial em Santo Amaro acomodará o setor administrativo da Coordenadoria de Administra-

ção Geral, o Centro de Computação Eletrônica e a Coordenadoria de Tecnologia da Informação. Segundo documentos enviados pela Reitoria ao deputado estadual Carlos Gianazzi (PSOL), a USP

desembolsou os seguintes valores com a compra de imóveis: R\$ 7,425 milhões na Rua da Consolação, R\$ 6,630 milhões na Avenida Paulista, e R\$ 23,827 milhões no Centro Empresarial de Santo Amaro (espaços e garagens), num total de R\$ 37,88 milhões.

A Reitoria promete trazer os funcionários de volta para o campus Butantã quando as obras estiverem finalizadas. Segundo um funcionário transferido para a avenida Corifeu e que pediu à Revista Adusp para não ser identificado, o deslocamento de casa para o trabalho tornou-se mais complicado; e estagiários, que não recebem o vale-refeição, passaram a gastar mais para almoçar, pois não há serviço de bandeirão. “Para quem veio, o saldo é negativo”, diz ele. A greve dos que decidiram resistir foi parcialmente vitoriosa: a Reitoria recuou e comprometeu-se a só deslocar aqueles que concordarem com a transferência

de local de trabalho (*Informativo Adusp* 325).

Obras e gastos. O programa de obras da Reitoria prevê, além da reforma do prédio da Antiga Reitoria, a ampliação do auditório Camargo Guarnieri e as construções da Biblioteca Mindlin (esta última iniciada na gestão de Suely Vilela), de edifícios para os museus de Zoologia e Arqueologia e Etnologia e de um centro de convenções. Na área dos antigos barracões, está prevista a instalação de um complexo que abrigará um centro de difusão internacional, com escola de línguas, além de escritórios de organizações internacionais, como Unesco e Instituto Confúcio. Estima-se que os gastos cheguem a R\$ 60 milhões por ano, entre 2010 e 2013. Ainda em debate está a construção de um novo prédio para a Escola de Comunicações e Artes (ECA), também motivo de discórdia, como será visto mais adiante.

Poucos fatos exemplificam tão bem a relação conturbada entre Reitoria e funcionários quanto a demissão de 271 deles em janeiro. De uma só vez, esses trabalhadores, alguns com mais de 20 anos de casa, foram convocados pelo departamento de pessoal para assinar a rescisão. O corte, que atingiu trabalhadores de campi, unidades e carreiras indistintamente, suscitou críticas de diferentes grupos dentro

Segundo dados da Reitoria, a USP desembolsou com a compra de imóveis R\$ 7,425 milhões na R. da Consolação, R\$ 6,630 milhões na Avenida Paulista, e R\$ 23,827 milhões no Centro Empresarial de Santo Amaro (espaços e garagens), num total de R\$ 37,88 milhões

da universidade, entre eles professores de direito do trabalho que são colegas do reitor Rodas na Faculdade do Largo São Francisco.

Um deles é o professor Jorge Luiz Souto Maior, também juiz titular na 3ª Vara do Trabalho de Jundiaí. Para ele, um dos maiores problemas da administração da universidade foi o de ter declarado “guerra aos servidores, negando-se a estabelecer com eles o necessário debate democrático”. Para Souto Maior, o argumento de que sua demissão deveu-se ao fato de que eram aposentados é “falacioso” e buscou amedrontar os associados ao Sintusp que estão próximos da aposentadoria.

“Não há argumento jurídico a sustentar a decisão da administração. A aposentadoria por tempo de contribuição não é causa extintiva das relações de emprego regidas pela CLT, conforme já definido pelo Supremo Tribunal Federal [STF]. E, mesmo que houvesse alguma sustentação jurídica para tanto, deveria haver, também, uma motivação ao menos econômica. Mas, como se sabe, a universidade está gastando fundos enormes em construções e não está passando por nenhuma dificuldade econômica”, diz Souto Maior.

O professor de direito do trabalho da São Francisco lembra, ainda, que os servidores dispensados não tinham problemas no que

tange à execução de suas tarefas. A própria Congregação da Faculdade de Direito, por votação unânime dos presentes, publicou uma moção de solidariedade aos seus três servidores dispensados e pediu a reintegração deles. “A atitude da administração da USP, ao dispensar por comunicação eletrônica os servidores, foi uma gravíssima agressão à condição humana dessas pessoas, uma afronta ao estado democrático de direito e um desrespeito a toda a comunidade uspiana”, aponta o professor.

De uma só canetada, o novo diretor do Departamento de Recursos Humanos (DRH), professor Joel Dutra, nomeado alguns meses antes por Rodas, determinou por e-mail às assistências técnicas acadêmicas, em 11 de janeiro de 2011, que desde 25 de agosto de 2010 “não mais se aplicam” as orientações contidas na circular DRH/CIRC/034/2007, assinada por sua predecessora no cargo, professora Maria de Lourdes Bianchi. A circular de 2007 banida por Dutra tinha como referência “aposentadoria voluntária do servidor celetista” e informava aos dirigentes da universidade (com base na decisão do STF citada por Souto Maior) que “o desligamento dos quadros funcionais da Universidade de São Paulo passa a depender da manifestação de vontade do servidor celetista que, ao

se aposentar voluntariamente pelo INSS, conforme minutas anexas do Termo de Manifestação, poderá optar ou não em prosseguir na relação de emprego”.

Entre os trabalhadores demitidos está a médica pediatra Ângela Patrícia Menezes Cardoso Martinelli, do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP, localizado em Bauru. Funcionária da universidade desde 1985, especialista em síndrome Pierre Rodin e atualmente doutoranda, ela foi comunicada sobre sua demissão no início de janeiro, quando estava em férias. “Minha orientadora me chamou e disse que tinha uma notícia que jamais queria me dar: a de que eu estava demitida”, lembra Ângela. A pediatra, que hoje tem 56 anos, havia entrado na USP em processo seletivo e pediu aposentadoria no INSS em 2008, não sem antes consultar o departamento pessoal da universidade. “Disseram que não haveria problema e que eu poderia continuar trabalhando”, relata.

Além de Ângela, o hospital também perdeu o pediatra Afranio José Martinelli, seu marido, demitido na mesma ocasião. Martinelli havia entrado na USP em 1988 e pediu aposentadoria em 2009. Também ele foi informado de que poderia seguir seu trabalho na universidade normalmente. De acordo com Martinelli, hoje com 59 anos, a demissão de dois

A própria Congregação da Faculdade de Direito, por votação unânime, aprovou uma moção de solidariedade aos seus três servidores demitidos e pediu a reintegração.

“A atitude da USP foi uma afronta ao estado de direito”, diz Souto Maior

Daniel Garcia



Rodas em reunião com a Adusp em janeiro de 2010: reiteradas promessas de diálogo

dos sete pediatras do hospital e ainda de um psicólogo, de uma assistente social e de uma secretária prejudicaram o “caráter interdisciplinar” do serviço oferecido pela unidade. A comissão de avaliação de pacientes de alto risco, até então presidida por Martinelli, também parou de atuar. Todos os funcionários demitidos do hospital em Bauru ingressaram com ações na Justiça solicitando a reintegração ao cargo.

Ao menos em outras unidades da USP já há decisões favoráveis. Motorista de um dos ônibus circulares da universidade, José Joaquim Neto começou a trabalhar no campus Butantã há seis anos. Em 2010, pediu aposentadoria no INSS, após aval do departamento de pessoal da USP de que poderia continuar trabalhando. No início de janeiro de 2011, porém, foi demitido. “Cheguei para trabalhar

normalmente no dia 5 de janeiro e, quando fui entregar a ficha do circular, me chamaram no setor de recursos humanos. Já havia o boato de que os aposentados seriam demitidos. Tinha chegado a minha vez. Foi um susto muito grande”, diz Neto, que foi reintegrado por decisão judicial em 25 de março.

Segundo o motorista, ao menos 24 colegas de trabalho foram demitidos em sua unidade e ele foi o primeiro a voltar à função. No período em que ficou afastado na universidade, Neto viu seu nome ser levado ao serviço de proteção ao crédito, pois não pôde pagar as parcelas do empréstimo consignado ao salário que deixou de receber. “Não dá para viver apenas com a aposentadoria do INSS, eu preciso trabalhar”, diz ele, aos 56 anos.

Em nota oficial divulgada à época, a Reitoria argumentou que

era preciso “estabelecer regras para o período de permanência das pessoas na universidade” e que as demissões colaborariam para a “renovação de quadros, de forma a dar oportunidade de crescimento para as pessoas que estão na universidade e a possibilidade de novas contratações”.

A surpresa com tal explicação cresceu após a divulgação da circular 9/2011, de 25 de março de 2011, que trata do cumprimento de mandatos eletivos de natureza estatutária e regimental de docentes e servidores autárquicos que precisem se aposentar compulsoriamente, por limite de idade. Por meio dessa circular, a Reitoria se valeu de um parecer do Ministério da Educação e de dispositivos da LDB para autorizar docentes que chegam aos 70 anos a concluírem seus mandatos apesar da “compulsória”, caso os cargos sejam de reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor de unidade, chefe e vice-chefe de departamento, representantes das categorias nas congregações e no Conselho Universitário e membros de comissões estatutárias. Portanto, é um caso de “faça o que eu digo, mas não o que eu faço”.

A Adusp indagou se havia algum viés privado na atitude do reitor, dado que seu novo diretor de recursos humanos, docente da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), atua no setor

A Reitoria se valeu de um parecer do MEC e de dispositivos da LDB para autorizar docentes que chegam aos 70 anos a exercerem até o final os mandatos, nos cargos de reitor e vice-reitor, diretor e vice-diretor e outros

privado: além de coordenar projetos na Fundação Instituto de Administração (FIA), é um dos sócios da empresa Growth Consultoria, especializada em “gestão de pessoas”.

“**Nova Eca**”. Um dos projetos em estudo para ser realizado na área dos antigos barracões é a construção de um novo edifício para a ECA. A idéia já foi discutida entre administrações anteriores da Reitoria e da unidade, mas só agora ganhou força. A ECA é formada hoje por uma “diversidade significativa de áreas de estudo e de pesquisa, é quase como uma universidade dentro de uma unidade na qual as partes pouco se conversam”, de acordo com a vice-diretora, professora Maria Dora Mourão. “O atual espaço físico reforça essa separação, pois cada departamento está sediado em um prédio diferente sem que tenhamos um espaço de convivência ou espaços de uso comum, afora a biblioteca e poucas salas de aula que são ocupadas de acordo com a necessidade de cada curso”, diz ela.

A unidade ainda enfrenta uma série de problemas de infra-estrutura, que começam pela precariedade de seu edifício central, o antigo almoxarifado da Reitoria. Segundo Dora, o departamento de Artes Plásticas sofre com infiltração de água e até hoje as salas do departamento de Música não possuem tratamento acústico, impedindo que aulas de instrumentos com sonoridade forte

sejam dadas ao mesmo tempo em salas próximas. A exceção é o curso de Audiovisual, que recentemente ganhou um prédio renovado.

Para solucionar os problemas, a diretoria da unidade está coletando informações nos departamentos da escola para definir a dimensão necessária a um novo edifício. A Reitoria será municiada mais tarde com essas informações, mas, conta Dora, já foi comunicada de que “não gostaríamos de ser totalmente deslocados da atual área geográfica”. “Os dados levarão a uma previsão volumétrica a partir da qual poderemos iniciar as conversas com os arquitetos para a definição do projeto. Nossa intenção é de que até o fim deste semestre todos os dados estejam levantados e analisados”, diz a vice-diretora. A Reitoria já ofereceu um terreno, mas as negociações ainda estão em aberto.

Para o estudante de jornalismo Pedro Sibahi, que em 2010 acompanhou como representante discente o debate sobre a Nova ECA, “a Reitoria pressiona de maneira autoritária para que a unidade defina logo pela mudança, enquanto há outras questões mais importantes que precisam ser discutidas antes”. O problema da escola, acredita ele, está na graduação, que sofre com a falta de articulação entre os cursos. No ano passado, um fórum proposto pela diretoria envolvendo professores e alunos discutiu



Afranio Martinelli, do HRAC

mudanças nos cursos, mas os resultados foram pífios.

Mais otimista, a professora Dora avalia que o fórum de graduação trouxe resultados positivos. “Foi possível avançar na atualização curricular de alguns cursos e iniciar propostas de interdisciplinaridade”, afirma. Para este ano, estão previstos dois fóruns, o das Artes e o das Comunicações. “Temos consciência de que não adianta simplesmente transpor o modelo didático-pedagógico atual para um prédio novo, é necessário revisar o modelo e pensar num projeto arquitetônico que corresponda ao que as Artes e as Comunicações significam hoje no mundo contemporâneo”, explica.

Integrante do centro acadêmico da unidade e do Diretório Central dos Estudantes da USP, Tatiane Ribeiro defende que o debate sobre a Nova ECA precisa ser feito

O aluno Pedro Sibahi, que como representante discente acompanhou o debate sobre a Nova ECA, afirma que a Reitoria “pressiona para que a unidade defina logo pela mudança” e adverte: antes, há questões mais importantes a discutir. A vice-diretora Dora Mourão é mais otimista

SILÊNCIO REITORAL

O reitor da USP, João Grandino Rodas, não concedeu entrevista à *Revista Adusp*. Procurada pela primeira vez em 1º de abril, sua assessoria de imprensa solicitou que as questões fossem enviadas por correio eletrônico. Elas foram encaminhadas em 11 de abril. No dia 18, a assessoria informou que não poderia responder às perguntas por causa da “movimentação na Reitoria” — referência aos protestos de funcionários que ocorriam naquele período. Foi concedido novo prazo. A assessoria solicitou, então, que a *Revista Adusp* informasse o número total de caracteres a ser ocupado pelas respostas do reitor. Informamos que seriam 5 mil caracteres com espaços. Entretanto, até o fechamento desta edição, nada foi enviado à redação.

As questões não respondidas pelo reitor são as seguintes:

1) Após 16 meses na Reitoria, qual é, na sua opinião, a maior virtude de sua gestão até aqui? E o maior defeito?

2) O senhor deu prosseguimento à reforma da carreira docente, apesar dos protestos de parte expressiva da categoria. Afinal, qual a finalidade dessa reforma?

3) O debate sobre a proposta da “Nova ECA” avança com lentidão, e há muitas preocupações, entre elas a de que a unidade perderá espaço físico. Isso pode acontecer? O senhor poderia explicar os benefícios do projeto na visão da Reitoria?

4) Há relatos de professores e funcionários de unidades da USP de que vagas de funcionários aposentados demitidos não foram repostas, prejudicando trabalhos de pesquisa e atendimento da comunidade. O que a Reitoria tem feito para dirimir esse problema?

5) A Fundação Instituto de Administração, dirigida por um grupo de docentes da FEA-USP, criou um curso pago de administração, gerando preocupação entre alunos, professores e funcionários. O professor Adalberto Fischmann, chefe do Departamento de Administração da FEA e um dos dirigentes da FIA, declarou o seguinte ao *Jornal do Campus*, edição de novembro de 2010, sobre a criação do curso pago: “Imediatamente nós fomos ao reitor da universidade, João Grandino Rodas; ele aplaudiu, ficou muito satisfeito e até queria comprar ações pelo sistema de IPO (*Initial Public Offering*) da FIA”. O senhor confirma essa informação?

6) O senhor mudou a estrutura de administração da universidade. Nomeou dois chefes de gabinete e criou dois novos cargos, os de “vice-reitor executivo de administração” e “vice-reitor executivo de relações internacionais”. Qual a finalidade de tais mudanças? Implicaram despesas adicionais?

de modo paritário, em que alunos e funcionários tenham o mesmo peso que professores nas decisões. “Essa é uma das nossas exigências ainda não atendidas”, diz ela, que frequenta o quinto ano de jornalismo. É difícil acreditar, porém, que esse “ganho democrático” possa ser obtido sob os auspícios do atual Estatuto da universidade, que legitima precisamente o desequilíbrio de poder.

Tripé. Quem conviveu com o reitor Rodas quando ele foi diretor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco não se surpreende com os conflitos estimulados por sua gestão à frente da Reitoria. O professor Marcus Orione Gonçalves Correia, que conheceu o reitor quando ambos davam aulas na Unesp de Franca, diz que a gestão dele, seja na São Francisco, seja na Reitoria, está baseada em um tripé programático: “1) enxugamento, com o simples uso da racionalidade de cortes da máquina estatal universitária; 2) atuação contundente para preservar a ordem, ainda que com a utilização da força policial; 3) intensa participação do setor privado nos destinos da universidade pública”.

O paralelo é mesmo verossímil. Com relação ao primeiro pé, quando diretor da São Francisco, Rodas concentrou em um único setor uma série de atividades de atendimento aos alunos que antes eram



HRAC de Bauru, conhecido como Centrinho

feitas pelos departamentos – sem ampliação da estrutura funcional. Quanto ao segundo pé, o então reitor da Faculdade de Direito acionou a PM para expulsar movimentos sociais do famoso “território livre das Arcadas”, enquanto o agora reitor, porém, tem utilizado formas mais sofisticadas de repressão, com o uso dos “procedimentos administrativos” para punir alunos e servidores.

Por fim, sobre o terceiro pé, Rodas, quando diretor da São Francisco, buscava recursos entre empresas privadas, como escritórios privados de advocacia, para a reforma de salas de aula e auditórios da faculdade, em troca de batizar os espaços com o nome dos empresários. Mas, em abril deste ano, ganhou as páginas dos jornais a notícia de que a família do banqueiro Pedro Conde,

morto em 2003, foi à Justiça para pedir a devolução de R\$ 1 milhão doados à faculdade. O argumento foi o de que a unidade não cumpriu o contrato de doação, que determinava que, em troca da reforma, um auditório passasse a ter o nome do banqueiro. A recusa foi definida pela Congregação da escola, depois que Rodas deixou a direção da unidade para assumir a Reitoria e após forte protesto dos estudantes.

No comando da Reitoria, Rodas tem a chance de aprofundar esse modelo. Seja apoiando fundações privadas que atuam dentro da universidade: vale lembrar que, em novembro de 2010, a FIA, criada e gerenciada por professores da FEA, anunciou o lançamento de um curso pago de graduação em administração, com mensalidades de quase R\$ 2 mil, com aval do

“Do ponto de vista da democracia, a USP é uma das universidades mais atrasadas do Brasil. Professores, alunos e funcionários estão muito sub-representados na eleição para a Reitoria”, diz Francisco Miraglia, do Andes-SN

Fotos: Daniel Garcia

**Neli Wada****Professor Souto Maior****Professor Marcos Orione**

reitor. Seja demitindo funcionários, restringindo contratações e ampliando o peso dos terceirizados no quadro de funcionários da universidade, sob o argumento da “eficiência administrativa”.

No que depender de setores da comunidade, porém, haverá resistência. Segundo Neli Maria Wada, além da greve, o Sintusp recorreu ao Ministério Público do Trabalho, que já iniciou um procedimento investigatório da demissão de 271 funcionários. Além disso, o sindicato crê que, a cada dia, novos trabalhadores serão reintegrados às suas funções por decisão judicial. “É uma gestão com viés favorável à privatização e temos de lutar contra isso”, diz Neli.

Para o professor Francisco Miraglia, diretor do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), a

questão central que se coloca diante das “arbitrariedades cometidas pela Reitoria” é a necessidade de democratização da universidade. “Do ponto de vista da democracia, a USP é uma das universidades mais atrasadas do Brasil. Professores, alunos e funcionários estão muito sub-representados na eleição para a Reitoria”, diz Miraglia, que é docente do Instituto de Matemática e Estatística e venceu a eleição direta para a Reitoria organizada pela Adusp em 2010.

Universidades como as federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Rio Grande do Sul (UFRGS) já possuem diretas para reitor. Outras instituições, como a Unicamp, ainda enviam lista tríplice para o governador, mas a consulta à comunidade é considerada na composição dos nomes. Além disso, o peso do voto de alunos e funcionários é bem maior

do que na USP. Sem esse processo de abertura, Miraglia acredita que será difícil eliminar mazelas como a da terceirização de funcionários, que para ele é um sinal de que a “USP está colaborando para elevar a superexploração do trabalho na sociedade brasileira”.

Tatiane Ribeiro, do DCE, enxerga na terceirização associada à demissão um sinal do “sucateamento” da universidade brasileira gerado por um projeto político de “direita”. “Ao contratar uma empresa para prestar serviço, a universidade se exime de uma responsabilidade”, diz ela. No caso dos funcionários da empresa de limpeza que entraram em greve na FFLCH em abril, a universidade decidiu arcar com os custos apenas depois de pressionada pelo Sintusp. Já os estudantes procuraram não se eximir. O centro acadêmico da Faculdade de Letras reservou R\$ 5 mil

Ao que parece, a excelente situação financeira da USP favoreceu a disposição de Rodas de obter uma trégua no enfrentamento com as categorias. Pagou parte da Ação do Gatilho, aumentou salários dos funcionários e, assim, busca avançar no projeto de “modernização conservadora” da USP

para doar aos terceirizados em greve e o da ECA outros R\$ 2 mil.

A diretora do DCE critica, ainda, o processo de reorganização física da universidade proposto pela Reitoria. Para a estudante, ao separar funcionários em diferentes endereços fora do campus Butantã, fica mais difícil a organização da luta dos trabalhadores — e isso revela uma deliberada estratégia da Reitoria. “É algo parecido com o que ocorreu quando a capital do país foi levada para Brasília. Ficou mais complicado juntar o povo e protestar contra o governo”, compara.

Trégua? Depois de tão intensos conflitos, os movimentos mais recentes da Reitoria parecem indicar uma disposição de trégua. Para tanto, concorreu, por um lado, a situação do caixa da USP, excepcionalmente favorável graças à retomada da economia, que robusteceu os repasses de ICMS; comenta-se que a Reitoria disporia de liquidez equivalente a um orçamento anual. Por outro lado, a pressão dos movimentos — a resistência, em especial, de funcionários e estudantes — que conquistou algum espaço na mídia comercial (ainda que inferior às páginas e minutos generosamente concedidos ao reitor) e lotou uma audiência pública na Alesp. Desse modo, nos meses de abril e maio de 2011 a gestão Rodas optou por adotar iniciativas que reduziram as “frentes de batalha” e os riscos políticos e destinam-se a ganhar simpatias no interior da comunidade universitária. Vejamos.

Primeiro, depois de contramarchas e alguma hesitação, Rodas tratou de celebrar um acordo com a Adusp para pagar imediatamente



Debate sobre a “Nova ECA” em 29/3/2011, presentes o diretor Mauro Wilton e a vice-diretora Dora Mourão

uma parte do que a USP deve a mais de 3 mil docentes (da ativa e aposentados) beneficiários da chamada Ação do Gatilho. A Adusp impetrou-a em 1989, exigindo pagamento de “gatilhos” salariais que o governador Orestes Quécia deixou de pagar. A sentença transitou em julgado em 2005, com vitória cristalina da entidade, mas a USP vinha protelando o cumprimento.

Segundo, como já citado, entrou em acordo com o grupo de funcionários em greve contra o deslocamento forçado, apoiados pelo Sintusp. Terceiro, submeteu ao Conselho Universitário o plano de carreira dos funcionários técnico-administrativos (ou seja, todos exceto os docentes), que, não obstante mantenha certas distorções, implica expressiva majoração das referências salariais: o piso dos funcionários de nível básico, por exemplo, foi reajustado em quase 27%. Quarto, o Cruesp, no qual o reitor tem assento, concedeu, em maio

(data-base anual), reajuste de 8,4% para docentes e funcionários das três universidades estaduais, que embute aumento real de 2%.

A aplicação do reajuste anual às referências do plano de carreira recém-aprovado elevou o menor salário da USP a R\$ 1.666. O piso dos funcionários que possuem ensino médio passou a R\$ 3.026, ao passo que os salários dos funcionários com graduação superior variam agora entre R\$ 5.691 e R\$ 11.831.

Em outras palavras, o reitor atuou no sentido de “limpar terreno” (e ganhar tempo) para seguir no seu projeto de “modernização conservadora” da USP. Persistem, a desafiar tal plano, tensões que decorrem da natureza profundamente conservadora da universidade. O que é bem ilustrado pelo fato de que neste momento estão ameaçados de expulsão 24 estudantes, enquadrados em diferentes processos de natureza disciplinar por participação em movimentos de contestação.

MINIRREFORMA AMPLIA CÚPULA GESTORA DA USP

Uma reforma administrativa executada pelo reitor Grandino Rodas reforçou o papel da cúpula gestora da universidade. Logo após assumir o cargo, ele criou cinco cargos de pró-reitor adjunto e elevou ao nível de “vice-reitores executivos” o titular da Coordenadoria de Administração Geral (Codage) e o presidente da Comissão de Cooperação Internacional. Posteriormente, nomeou um segundo chefe de gabinete.

O principal instrumento para a reforma foi a resolução 5828/2010, que alterou o Estatuto da USP. Atualmente, o vice-reitor executivo de Administração Geral é o professor Antonio Roque Dechen, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), e o vice-reitor executivo de Relações Internacionais é o professor Adnei Melges de Andrade, da Escola Politécnica. A resolução não prevê benefício salarial e não altera as competências dos novos vice-reitores. Tratou-se, portanto, de elevação do status das funções.

Para o vice-reitor eleito pelo colégio eleitoral no ano passado, Hélio Nogueira da Cruz, que mantém a prerrogativa de substituir o reitor na

ausência dele, a mudança é positiva para a gestão da universidade. “Com a criação da posição de vice-reitor executivo de Relações Internacionais, são oferecidas melhores condições para a interlocução da USP com outras universidades do exterior e para a estruturação interna dos trabalhos de relações internacionais. Também o vice-reitor executivo de Administração, que é responsável pela Codage, passa a ter melhores condições de interlocução externa”, disse ele à *Revista Adusp*.

Além de substituir o reitor, Nogueira da Cruz, que é professor da FEA, mantém as funções estatutárias e tradicionais de seu cargo, como presidir as comissões de Avaliação (CPA), de Convênios, de Gestão da Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil e outras quatro... O vice-reitor eleito também é o principal negociador da USP nas questões que envolvem o Fórum das Seis e a Adusp, como as negociações salariais da data-base e a Ação do Gatilho.

Outra mudança instituída pela resolução 5828/2010 refere-se à criação de cinco cargos de pró-reitores

adjuntos: um para a Pró-reitoria de Pós-graduação, um para a de Graduação, um para a de Pesquisa e dois para a de Cultura e Extensão Universitária. Também nesse caso não há benefício salarial e as competências dos pró-reitores adjuntos são definidas pelos pró-reitores titulares.

O professor Arlindo Philippi Junior, que é pró-reitor adjunto de Pós-Graduação, garante que o benefício é sobretudo operacional. “Antes, os pró-reitores também possuíam substitutos, mas eles não podiam assinar documentos. Isso causava uma série de atrasos quando o pró-reitor precisava viajar. Agora, o pró-reitor adjunto pode cumprir o mesmo papel do titular na ausência dele”, explica o professor, que leciona na Faculdade de Saúde Pública.

A mudança não resolve, porém, o descompasso entre a atual estrutura da Pró-Reitoria e o trabalho gerado pelos cursos de pós-graduação da USP. De acordo com Philippi Junior, a Pró-Reitoria conta hoje com os serviços de 15 funcionários e seis docentes, “praticamente a mesma estrutura de vinte anos atrás”, enquanto o número de pro-

gramas de pós-graduação oferecidos pela universidade dobrou, para 234. O professor afirma que precisa de mais sete funcionários e que tem contado com a “sensibilidade” do reitor para discutir a questão. A Pró-Reitoria é responsável pela gestão das bolsas, monitoramento dos programas de mestrado e doutorado, e validação de diplomas obtidos no exterior.

No gabinete, Rodas conta atualmente com dois chefes: o professor Alberto Carlos Amadio, que exerceu o mesmo cargo durante a maior parte da gestão de Suely Vilela, e o professor Celso de Barros Gomes, que atuou na função na gestão de Adolpho Melfi. Ao que parece, o arranjo inédito deve-se à necessidade do reitor de compor com os remanescentes de ambos os grupos.

Apesar do esforço para aperfeiçoar a gestão da universidade, há quem veja problemas no modelo implantado na USP. Estudioso do ensino superior brasileiro, o professor Roberto Leher, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), acredita que a falta de democracia interna na USP, expressada principalmente pela eleição indireta do reitor, impede que reformas administrativas vão além da mera gestão de pessoal.

“A burocratização nesse ambiente de pouca democracia serve apenas para gerenciamento da força de trabalho, e não para garantir que a universidade seja um espaço de má-

xima liberdade para a produção de conhecimento”, diz ele, que se doutorou na Faculdade de Educação da USP em 1998, sob orientação do saudoso professor Fernando Cláudio Prestes Motta.

Segundo Leher, a USP e outras universidades públicas brasileiras passam por um processo de “re-significação da autonomia universitária”, pelo qual a instituição passa a ser gerida segundo uma lógica “empresarial, utilitária e pragmática”. Para ele, esse processo se choca com os dois princípios básicos de uma verdadeira autonomia univer-

“A reforma aponta para compartilhamento de decisões e descentralização administrativa. E isso pode ser bom. Mas urge ampliar a participação dos processos decisórios, de modo a tornar as relações entre atores da comunidade mais equânimes e democráticas”, defende o professor Alessandro Silva

sitária: a possibilidade de fazer leis próprias e de se autogovernar.

Caso as universidades brasileiras insistam nesse caminho, Leher, que presidiu o Andes-SN de 2000 a 2002, avalia que as instituições assumirão um papel secundário e funcional em relação às empresas, servindo apenas para a adaptação de pacotes tecnológicos originalmente concebidos nos países desenvolvidos. Para quem deseja esse caminho, a atual gestão “de cima para baixo” na USP cabe como uma luva.

“A reforma aponta para um compartilhamento de decisões ou mesmo para um certo grau de descentralização administrativa vinculada às figuras de quem ocupa a Pró-Reitoria. E isso pode ser bom pelo fato de certos processos administrativos não ficarem parados por excesso de trabalho ou mesmo por ausência dos pró-reitores por motivos variados, como viagens internacionais”, comenta o professor Alessandro Soares da Silva, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). “Além disso, amplia-se o número de pessoas na cúpula que debatem sobre temas e compartilham decisões. Entretanto, o problema é que, por melhor que possa vir a ser a reforma, ela continua sendo uma reestruturação da cúpula e pouco contribui para o tema da descentralização da administração, de modo a permitir uma gestão participativa de todos os atores que compõem a comunidade da USP”.

Na opinião do professor Silva, decisões como essa deveriam antes ser melhor discutidas com funcionários, professores e estudantes. “Penso que elas podem ser interessantes, mas mais urgente é repensarmos o modo como se conduz esta importante universidade. Ou seja, urge ampliar a participação dos processos decisórios, de modo a tornar as relações entre atores da comunidade uspiana mais equânimes e democráticas”.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA RECOMENDA AO MEC QUE NÃO RECREDECENCIE A FINATEC

O processo de credenciamento da Fundação de Empreendimentos Tecnológicos (Finatec), de Brasília, aprovado por maioria de 34 x 15 no Conselho Universitário (Consuni) da Universidade de Brasília em outubro de 2010, continuava sob análise pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia em junho de 2011. Isso significa indefinição: o governo tanto pode vir a rejeitar como a aprovar o pedido de credenciamento, apesar do retrospecto de crimes cometidos pela fundação e por seus dirigentes (*Revista Adusp* 49, p.).

O Ministério Público Federal agiu com mais presteza. Já em dezembro de 2010 a procuradora Raquel Branquinho Nascimento, do Ministério Público Federal, recomendou à então secretária de educação superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci, que “indefira o pleito de credenciamento da Finatec”, pois ele “lo-

gicamente se opõe à própria ação de extinção, ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios”.

A manifestação da procuradora foi provocada por uma represen-



tação encaminhada à Procuradoria da República no Distrito Federal, “questionando a legalidade do processo de aprovação do credenciamento da Finatec como fundação de apoio pelo Consuni”.

Sabedora de que, após a aprovação no Consuni, o processo encontrava-se no Grupo de Apoio Técnico do MEC, “para análise e eventual aprovação do pleito”, a procuradora Raquel Branquinho chamou atenção para o caráter inusitado da situação, “pois o pedido de credenciamento foi aprovado sem que o Consuni tenha exercido um juízo de valor pautado pelos princípios da moralidade, legalidade, impessoalidade e eficiência os quais, à luz do contexto fático-jurídico envolvendo a gestão da Finatec no período de 1999 a 2008, naturalmente conduziriam à negativa desse pleito”.

No ofício enviado ao MEC, a procuradora da República relaciona as diversas iniciativas tomadas pelo MP contra a Finatec: ação cível de destituição de dirigentes (por desvio de finalidade, burla de licitação e outros ilícitos); ação criminal, que resultou em condenação do ex-presidente da fundação à pena de dez anos de prisão;

“ação cível objetivando a extinção da fundação”, na qual a 4ª Turma Cível do TJDF antecipou os efeitos da tutela recursal para determinar à Finatec que submetesse à prévia fiscalização do Ministério Público contratações acima de determinados limites; rejeição das contas pela Promotoria de Tutela das Fundações.

Raquel Branquinho cita ainda a conclusão de relatório da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a gestão, pela Finatec, do Fundo de Apoio Institucional pertencente à Fundação Universidade de Brasília (FUB, ente federal que é a forma jurídica da UnB): “Os recursos públicos eram transferidos para contas privadas da Finatec para serem geridos à margem da legislação que regula a execução orçamentária e financeira da União, ou seja, os recursos eram movimentados em caixas paralelos, conforme necessidades dos gestores da FUB e Finatec, sem vinculação direta com os interesses institucionais da universidade (ensino, pesquisa e extensão)”.

Prossegue a CGU: “Foram constatadas situações nas quais a própria FUB realizava aquisição do bem/serviço e enviava a nota fiscal para a Finatec efetuar o pagamento, situação essa que onerava ainda mais o processo devido à cobrança de consideráveis percentuais sob a denominação de taxas de administração”. “Tais procedimentos criaram um cenário propício a movimentações/execuções de recursos em desacordo com a legislação, gerando danos ao erário”.

USP REAGE À REVELAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA EACH

A reportagem de capa da *Revista Adusp* 49, “EACH não possui licenças ambientais e usuário corre risco”, levou a Reitoria e a direção da Escola de Artes, Ciências e Humanidades a tomar algumas medidas. Por não haver tomado todas as providências necessárias para drenar o metano presente no subsolo, que pode causar incêndios e intoxicação, a EACH não dispõe das licenças ambientais necessárias para funcionar.

Após a publicação, a Reitoria criou uma comissão, presidida pelo chefe de gabinete do reitor, professor Celso de Barros Gomes, com a finalidade de analisar os problemas ambientais do campus leste. São seus membros os professores Antonio Marcos de Aguirra Massola, coordenador do Espaço Físico, José Jorge Boueri Filho, diretor da EACH, Wanderley Messias da Costa, coordenador de Relações Institucionais, e Welington Braz Carvalho Delitti, coordenador do curso de Gestão Ambiental (GA).

“Pareceu-me um fato positivo para o andamento do processo de licenciamento ambiental”, opina o professor Paulo Sinisgalli, de GA, sobre a nova comissão. De que forma, porém, a comissão es-

tá conduzindo os trabalhos para corrigir as distorções na gestão ambiental da EACH? Procurado diversas vezes, por telefone e e-mail, para falar sobre o assunto, o professor Gomes não atendeu à *Revista Adusp*.

Na EACH, a direção constituiu um grupo de trabalho encarregado de desenvolver um plano de gestão para a unidade, acompanhando a questão ambiental e “todas as atividades que envolvem o espaço e o meio ambiente da EACH”. Segundo a diretoria, o grupo, composto por professores de GA, “realiza estudos e pesquisas sobre a análise e adequação dos procedimentos envolvendo as questões ambientais”. Além disso, estudará “a implantação de um laboratório para o aprimoramento das questões relacionadas ao meio ambiente no campus”.

Membro do grupo de trabalho da EACH, o professor Sinisgalli informou que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), responsável pelo programa de monitoramento ambiental da EACH, irá concluir até julho um relatório sobre a qualidade do ar e do solo, e a partir daí a Coesf dará prosseguimento aos procedimentos necessários ao licenciamento.

“Estresse laboral e assédio moral são recorrentes na rotina dos comerciários”

“Tivemos o privilégio de receber um exemplar da *Revista Adusp* referente ao mês de setembro de 2010, número 48 e, perplexos, pudemos examinar, dentre outros temas relevantes presentes na revista, o extraordinário “Estresse laboral, assédio moral e burnout marcam produtivismo”. Dirigimos uma federação de trabalhadores, a Fecomerciários, com dois milhões de trabalhadores na base profissional e sessenta e cinco sindicatos filiados.

Estresse laboral e assédio moral são recorrentes no dia a dia dos comerciários. Existem registros em todas as regiões do estado de São Paulo, provocações judiciais são constantes e não há um antídoto disponível. A observação está sendo feita para registrar a oportunidade da chegada da revista. Certamente ela será valiosa para que os nossos diretores e técnicos possam se enriquecer com as informações ali registradas, preparando-se para os embates da rotina sindical.”

Luiz Carlos Motta

Presidente da Federação dos Comerciários do Estado de S. Paulo

“Matéria sobre Toledo e Bacuri é magnífica contribuição”

“Nesta oportunidade, venho me

congratular com a Adusp, particularmente com a *Revista Adusp* e seus colaboradores, pela brilhante matéria sobre Toledo e Bacuri. Com mais essa reportagem sobre o tema, a Adusp demonstra na prática o seu compromisso com a divulgação dos fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar que tomou de assalto o nosso país em 1964. Sem dúvida, uma magnífica contribuição para reavivar a memória sobre as lutas do povo brasileiro e seus heróis populares”.

Renato Martinelli

São Paulo-SP

“Façam outra reportagem sobre fundações, o tema é atualíssimo”

“Gostaria de parabenizá-los pela excelente e esclarecedora reportagem veiculada na *Revista Adusp* em março de 2001. Creio que a minha leitura tenha se dado com bastante atraso mas o tema da reportagem ainda é atualíssimo: fundações privadas dentro da USP. Usei essa reportagem de vocês como fonte para discussão no e-groups de ex-alunos da Faculdade de Economia e Administração de Ribeirão Preto (FEARP- USP) e, confesso, ela não foi muito bem recebida. Primeiramente a censuraram, não deixando o meu e-mail disponível para todos os integrantes do grupo lerem. Depois recebi esse e-mail de um docente:

Caro Luis Augusto,

Recebi através de forward uma mensagem sua que mostra ainda bastante desconhecimento do trabalho feito pelas fundações, do quanto elas colocam na Universidade, enfim, da relação existente. Normalmente eu não dou muita atenção, mas como você é ex-aluno nosso fiquei chocado com a falta de conhecimento e tentei entender os objetivos de você estar enviando um texto, procurei ler seu texto. Sua iniciativa depõe contra a marca e o valor desta organização que é importante para nós e para a USP, portanto, nada melhor que informação.

Tenho certeza que tanto eu, como Chefe do Departamento de Administração da FEA, quanto o Prof. Marcio Mattos, presidente do Conselho da Fundace, Prof. Jorge Caldeira, Presidente da Fundace, Prof. Alberto Matias podemos nos encontrar com você para através de números, conceitos e informações, resolver estas dúvidas existentes, no caso da Fundace.

Ficamos à sua disposição caso queira marcar reunião conosco.

Atenciosamente

Prof. Marcos Fava Neves

Parece que o assunto ainda é bastante “quente” e sugiro que vocês façam uma outra reportagem relatando o que mudou e o que não mudou nesta situação, após se passarem 10 anos.

Luís Augusto Teixeira Morais

Ribeirão Preto-SP

DESAPARECIDO POLÍTICO

Eduardo Collier Filho. Militante da Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Estudava na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, quando foi cassado pelo decreto-lei 477. Foi preso no Rio de Janeiro em fevereiro de 1974, por agentes do DOI-CODI do I Exército. Desde então, está desaparecido, embora no arquivo do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná sua ficha esteja em uma gaveta identificada como “Falecidos”.

